

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 760
21 de Julho de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

XII CONGRESSO SERÁ NO PORTO

Comité Central aprovou resoluções sobre a elaboração do novo programa e as alterações dos Estatutos e uma nota sobre a situação política

- XII Congresso realizar-se-á no Porto nos dias 1 a 4 de Dezembro
- Comunicado e resoluções no caderno **Em Foco**



Johnny Clegg

na  **festas**
Avante!



LIBERDADE PARA NELSON MANDELA

Na sua reunião plenária de 18 e 19 de Julho, o Comité Central do PCP aprovou a seguinte saudação a Nelson Mandela pela passagem do seu 70.º aniversário:

Querido camarada Nelson Mandela

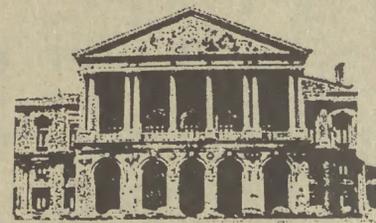
Reunido em sessão plenária no dia do seu 70.º aniversário, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda-vos calorosa e fraternalmente.

Neste dia fazemos os mais ardentes votos para que acções que se desenvolvem na África do Sul sob a direcção do ANC e a solidariedade activa das forças progressistas de todo o mundo, conduzam à sua breve libertação e dos seus companheiros de luta e à liquidação do regime do *apartheid* na sua Pátria.

Lisboa, 18 de Julho de 1988

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Pág. 16/Semana



NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA MAIORIA PSD IMPÕE MARATONA CONTRA A CONSTITUIÇÃO

Pág. 11/Semana

Editorial

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 760

21 de Julho de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O Comité Central do PCP na dinâmica do XII Congresso

Em Reunião Plenária de dois dias terminada na madrugada de ontem o Comité Central do PCP debateu de modo aprofundado questões fulcrais relativas à realização do XII Congresso do Partido, fez o ponto do estado actual dos trabalhos preparatórios e procedeu ao mesmo tempo a um elemento exame da actualidade política e das correlativas tarefas imediatas dos comunistas portugueses.

Num momento em que todo o Partido é solicitado e se empenha activamente na dinamização do movimento popular de massas em todas as frentes de acção, a que a ofensiva restauracionista da direita governante coloca exigências indeclináveis no plano político e institucional, só um grande e vibrante colectivo partidário como o PCP pode simultaneamente lançar-se ao trabalho de examinar todo o processo da revolução portuguesa, redefinir objectivos e tarefas históricas a médio e a longo prazo e dar resposta aos desafios de uma época que imparavelmente avança, ainda cheia de indefinições mas em plena fermentação.

O Comité Central apreciou o estado actual da elaboração de dois documentos fundamentais do Congresso a submeter nos meses imediatos à apreciação e discussão de todo o Partido — os projectos de um novo Programa e da actualização dos Estatutos para este final do século XX e o limiar do século XXI.

O novo Programa do Partido e as alterações aos Estatutos a submeter ao Congresso, na previsão das condições da nossa inserção nas novas realidades é naturalmente o que determinará a definição das grandes linhas de acção do Partido e o ajustamento das regras do seu funcionamento interno que a nova situação em perspectiva colocará de maneira imperativa.

O Comité Central do PCP acentuou que a elaboração e aprovação de um novo Programa se apresenta como uma necessidade na conjuntura política actual, mas defronta dificuldades reais que, contudo, está nas nossas possibilidades tempestivamente superar.

Três ordens de considerações fundamentam a

viabilidade de um novo Programa do Partido:

— A presença e valor dos resultados da Revolução de Abril na conjuntura portuguesa actual e como componentes de um projecto democrático para Portugal na década vindoura;

— O carácter imperativo e a possibilidade prática deste projecto, embora defrontando condicionamentos externos ponderosos como os que advêm na integração de Portugal na CEE;

— A sociedade socialista porque lutamos de características, objectivos a reexaminar e definir.

Aprovando a sistematização das matérias do projecto do novo Programa a submeter ao Congresso o Comité Central abordou as realizações, o carácter e as limitações da Revolução de Abril, dessa gesta heróica dos jovens capitães do MFA que em consonância e em estreita aliança com o seu povo, viraram uma página impar dos oitos séculos da nossa História.

Revolução inacabada — realidades, objectivos e valores da Revolução de Abril mantêm-se no projecto para uma democracia avançada que enforma o novo Programa a submeter ao XII Congresso, que terá lugar no Porto em Dezembro do ano em curso.

Determinar os avanços e as limitações impostas pela ofensiva contra-revolucionária à revolução portuguesa, reformular os seus objectivos à luz das novas condições de Portugal e do Mundo, deve constituir preocupação obrigatória na elaboração do projecto do novo Programa do Partido.

O documento saído da Reunião do CC faz um primeiro cômputo das transformações operadas pela revolução de Abril e dos objectivos como consequência do processo contra-revolucionário.

As conquistas democráticas do 25 de Abril, devem continuar a ser objectivos centrais da luta dos trabalhadores, do povo e das forças democráticas portuguesas e devem incorporar-se no programa de democracia avançada a submeter ao XII Congresso.

Abril deve necessariamente estar presente nos projectos do futuro democrático de Portugal.

Para os comunistas portugueses a democracia avançada que se perspectiva para o limiar do século XXI é uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

Seis componentes ou objectivos fundamentais corporizam as propostas do PCP ao povo português:

Um regime de liberdade; um Estado democrático; desenvolvimento económico; uma política social; democracia cultural; uma pátria independente e soberana, são objectivos que a Resolução do CC sobre a elaboração do novo Programa do Partido insere nas suas propostas para uma democracia avançada e se inserem na linha de continuidade do 25 de Abril em Portugal.

Mas, para o Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, é uma democracia avançada que se perspectiva no futuro socialista de Portugal.

Diz-se na Resolução do CC: «A luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI é parte constitutiva da luta pelo socialismo», de uma sociedade socialista se afirmam na organização económica, no sistema político, no plano social, no plano educacional.

Sociedade socialista que será necessariamente o prólogo da concretização do «sonho milenário da humanidade progressista, sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes» — o comunismo.

Necessariamente também, o papel insubstituível do PCP estará na construção do futuro democrático e socialista de Portugal como força essencial na defesa dos interesses do povo e do País, do regime democrático e da independência nacional.

O Comité Central deu naturalmente um realce particular ao Partido, armado pela teoria do marxismo-leninismo «Partido, cuja gloriosa história de 67 anos é indissociável da luta do povo portu-

guês pela liberdade, a democracia, a independência nacional e a paz», um partido que se norteia por princípios e objectivos e que «no quadro das suas responsabilidades para com o povo e o País, considera como tarefa inseparável dos seus objectivos políticos e sociais actuar para a unidade da classe operária, a unidade de várias classes e camadas sociais objectivamente interessadas no desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa, a convergência e a unidade das forças democráticas».

Para levar avante os seus projectos e objectivos o Partido propõe-se uma revisão dos Estatutos que actualize a nossa lei interna com as novas realidades e condições políticas em que se desenvolve no presente e no futuro a luta dos comunistas portugueses.

A Comissão de Revisão dos Estatutos informou o Comité Central do estado dos seus trabalhos e da grande valia das contribuições já recebidas até ao final do mês de Junho, que montavam a 800 sugestões e propostas incidindo sobre 51 dos 58 artigos dos Estatutos.

A assimilação da rica experiência colectiva do Partido, a necessidade de formulações correspondentes ao reforço dos princípios e características essenciais do Partido, as disposições que recolham e exprimam as exigências e características da situação e do momento actual, devem integrar-se na vida interna e na acção dos comunistas, devem incluir-se no projecto de Revisão dos Estatutos a submeter ao XII Congresso do Partido.

As duas Resoluções do Comité Central sobre a elaboração do novo Programa e sobre as alterações aos Estatutos, conjuntamente com a «Nota sobre a Actualidade Política» saídas da Reunião de 18 e 19 deste mês, que publicamos na íntegra neste número do «Avante!», constituem desde já um material de estudo e reflexão do Partido para o intenso trabalho preparatório do XII Congresso que terá por local a cidade do Porto em 1, 2, 3 e 4 de Dezembro do ano em curso.

Resumo

13 Quarta-feira

Os Estados Unidos, Angola, Cuba e África do Sul concluem em Nova York a elaboração de um documento intitulado «Princípios para a resolução pacífica dos problemas da África do Sudoeste». ■ A CGTP-IN e as Comissões Obreras assinam em Madrid um protocolo de cooperação. ■ De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a inflação não baixa e os preços sobem. ■ PCP considera como acto contrário aos interesses de Portugal, eventual entrevista da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República a um representante da Unita. ■ Realiza-se em Lisboa sessão de solidariedade com o povo da Coreia do Sul. ■ Suspensão por tempo indeterminado a execução dos «seis de Shaperville». ■ CC do Partido Socialista Operário Húngaro inicia em Budapeste plenário para debater política económica. ■ Governo grego informa os Estados Unidos de que deverá desmantelar as suas bases militares em território grego até Junho de 1990. ■ Embaixador dos Estados Unidos deixa a Nicarágua após expulsão.

14 Quinta-feira

Ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, abandona reunião do Conselho Permanente de Concertação Social, logo após o início da discussão da política de rendimentos e preços, em atitude que a CGTP-IN qualifica de fuga ao diálogo. ■ PSD e CDS votam favoravelmente a encontro com representante da Unita em Portugal, no âmbito da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros. ■ PCP preconiza a revisão imediata das tabelas salariais, considerando que o chamado acordo de rendimentos para o corrente ano «está completamente ultrapassado». ■ Secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, afirma que o consenso para a revisão constitucional talvez exclua o PCP. ■ Gorbachov e Jaruzelski, em declaração conjunta, afirmam que «a convergência entre a perestroika (na URSS) e a renovação socialista (na Polónia) assume uma grande importância política». ■ Polícia da África do Sul reprime manifestantes a tiro, no capital da província do Natal, ferindo 16 pessoas.

15 Sexta-feira

Delegação da CGTP-IN é recebida em Belém pelo Presidente da República, e acusa o Governo de «tentar antecipar a revisão constitucional». ■ A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) afirma, após encontro com o Presidente da República, que se o Governo não tomar medidas face à calamidade agrícola, ficarão na ruína milhares de agricultores. ■ O dólar é cotado em Lisboa ao valor mais elevado desde Janeiro de 86. A divisa

dos EUA termina a semana em alta nos principais mercados cambiais — Tóquio, Paris, Londres, Hong-Kong e Nova York. ■ Ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros declara na ONU que os Estados Unidos devem aceitar a responsabilidade da destruição do Airbus iraniano no Golfo. ■ Terroristas disparam mais de 20 «rockets» sobre Kabul, capital do Afeganistão, matando pelo menos 20 pessoas e ferindo 34.

16 Sábado

A cimeira do Tratado de Varsóvia decide adoptar uma série de novas propostas para acelerar o desarmamento de forças convencionais e táticas na Europa. ■ O Presidente da República recebe Bernd Carlsson, comissário das Nações Unidas para a independência da Namíbia, que lhe entrega uma mensagem do presidente angolano. ■ Trabalhadores da Rodoviária Nacional anunciam greve por aumentos salariais. ■ O presidente Reagan e o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, discutem problema dos pagamentos em atraso dos EUA à ONU. ■ Governo sandinista nacionaliza a maior empresa privada nicaraguense, o complexo agro-industrial de cana sacarina de San António. ■ As autoridades sul-africanas mobilizam grandes efectivos policiais para impedir as comemorações do 70.º aniversário de Nelson Mandela.



Em vários países europeus o aniversário de Mandela é comemorado. ■ Centenas de mexicanos desfilam pelas ruas da Cidade do México contra a fraude eleitoral e em apoio do candidato de centro-esquerda.

17 Domingo

Confederação Nacional de Agricultura propõe a criação urgente de uma Comissão Nacional de Emergência que adopte medidas visando minorar a «situação de catástrofe que atinge a agricultura portuguesa». ■ Debate organizado pela CGTP-IN conclui que reforma fiscal não só é inconstitucional como não tem condições para entrar em vigor em 1989. ■ Sindicatos do sector corticeiro anunciam nova greve. ■ Primeiro-Ministro afirma, em entrevista à Rádio Renascença, que o PS está «mais aberto para que se cadmine para uma Constituição euro-

pela». ■ Presidente do Iraque reafirma condições para uma paz «global e justa com o Irão». ■ Inicia-se em Atlanta a 41.ª Convenção do Partido Democrático dos Estados Unidos. ■ Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Económica Europeia encontram-se em Atenas, com debate sobre terrorismo em agenda.

18 Segunda-feira

Irão comunica ao secretário-geral da ONU que aceita a resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, abrindo assim as portas ao fim da guerra do Golfo. ■ CC



do PCP reúne para debater projecto de novo programa e alterações aos Estatutos, assim como a situação política. ■ A Federação das Uniões dos Agricultores do Distrito de Viseu reivindica a declaração do «estado de calamidade» no distrito e a avaliação de todos os prejuízos. ■ OCDE informa que índice de preços no consumidor em Portugal aumentou mais do que a média de todos os países desta organização. ■ Vaga de calor provoca a morte de 300 pessoas na China. ■ Presidium do Soviete Supremo da União Soviética reafirma por unanimidade a ligação administrativa do território de Nagorno-Karabakh à República da Azerbeijão.

19 Terça-feira

A União dos Sindicatos de Lisboa apela à presença dos trabalhadores na Assembleia da República, quando da votação do Pacote Laboral e da Lei de Delimitação dos Sectores. ■ Jovens deputados comunistas divulgam conjunto de iniciativas para o próximo ano parlamentar e anunciam o funcio-



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

namento de um Gabinete de Atendimento da Juventude. ■ Produtores de leite reclamam medidas do Governo para evitar situação de ruptura. ■ Governo de Pretória anuncia recusa pedido internacional de libertação de Mandela. ■ Presidium do Soviete Supremo da URSS encarrega Conselho de Ministros e autoridades da Arménia e Azerbeijão para que tomem medidas necessárias à normalização da situação. ■ Kabul é novamente bombardeada pelos terroristas.

Avante!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODIX — Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODIX — Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa
Tel. 24117

DISTRIBUIÇÃO: CDA, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáclio, 90 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24117

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto
Tel. 69 99 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 5 — 3000 Coimbra
Tel. 28994

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º — 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-8 — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º — 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Hecla Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Junho: 29 270 exemplares

CGTP e Comisiones Obreras

Iniciativas conjuntas a anunciar brevemente

Regressou a Lisboa vinda de Madrid, quinta-feira passada, uma delegação ao mais alto nível da CGTP, que assinou com as COs espanholas um comunicado conjunto (ver esta página) e foi recebida, por uma delegação da UGT.

Com as Comisiones Obreras a delegação portuguesa decidiu efectuar brevemente numerosas iniciativas conjuntas. Com a UGT, o departamento de Informação da Central portuguesa fez notar que o encontro do passado dia 12, com Nicolas Redondo, «constituiu a abertura do diálogo entre as duas centrais sindicais e nele ficou perspectivado o desenvolvimento das relações entre a CGTP-IN e a UGT espanhola».

A delegação portuguesa, que se deslocou a Madrid a convite da Confederacion Sindical de Comisiones Obreras (COs) efectuou uma série de contactos importantes a nível Institucional, conforme se pode ler no comunicado conjunto que assinou com a sua congénere espanhola.

Destaque-se que, para a CGTP e COs, «a Confederación Europea de Sindicatos deve desempenhar, como se lê no texto do comunicado conjunto, um papel protagonista na coordenação e mobilização social em prol de uma Europa progressista que se afaste das políticas liberais que hoje imperam na maioria dos governos nacionais e nas próprias instituições comunitárias». A delegação portuguesa, que foi recebida ao mais alto nível pelas centrais espanholas, pelo ministro do Trabalho, pelo presidente do Município de Madrid e pelo embaixador português na capital espanhola, era composta por Manuel Carvalho da Silva, José Luís Judas, Carlos Lopes e Fernando Maurício.

Entre os dirigentes sindicais espanhóis mais destacados que se encontraram com a delegação da CGTP contavam-se Marcelino Camacho e Antonio Gutierrez, pelas COs, e Nicolas Redondo, pela UGT.



A CGTP reforça a unidade internacional

CGTP em Madrid

Comunicado conjunto

De um conjunto de importantes actividades ultimamente desenvolvidas pela CGTP, destaque-se a visita que acaba de efectuar a Espanha. A convite da central espanhola Comisiones Obreras (CCOO ou COs) esteve, conforme anunciámos, em Madrid uma delegação da central portuguesa ao mais alto nível de representação. O mesmo sucedeu com as COs, que assinaram com os dirigentes sindicais portugueses um comunicado conjunto, inserto integralmente a seguir:

«De 10 a 14 deste mês reuniram-se em Madrid as direcções da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional e a Confederação Sindical de Comisiones Obreras.

«A delegação portuguesa era constituída por Manuel Carvalho da Silva, coordenador, José Luís Judas, da Comissão Executiva, Carlos Lopes, do Conselho Nacional, e Fernando Maurício, do Departamento Internacional.

«Por parte das CCOO participaram nos encontros, Marcelino Camacho, presidente, António Gutierrez, secretário-geral, Juan Moreno, secretário das Relações Internacionais, e outros elementos da direcção das CCOO.

«Durante a sua estada em Espanha a delegação da CGTP-IN teve encontros com o ministro do Trabalho espanhol, sr. Manuel Chaves, com o presidente do Município de Madrid, sr. Juan Barranco, e com o embaixador de Portugal em Madrid, sr. Paulouro das Neves.

«A delegação da CGTP-IN teve também um encontro com Nicolas Redondo, secretário-geral da UGT, e outros membros da direcção com quem debateu diversos problemas sindicais e sociais nacionais e europeus num ambiente de cordialidade e coincidência em numerosas apreciações.

«A visita da CGTP-IN a Espanha é vista pelas duas partes, CCOO e CGTP-IN, como um salto qualitativo nas relações tradicionalmente amistosas. E serviu para aprovar numerosas iniciativas conjuntas que se vão desenvolver no futuro próximo.

«A CGTP-IN informou as CCOO sobre a evolução da situação política, económica e social verificada em Portugal nos últimos anos.

«Pela sua parte, as CCOO informaram também a sua congénere portuguesa sobre a situação social de Espanha.

«As duas centrais coincidem na importância da sua luta específica em cada um dos dois países e ao mesmo tempo na necessidade de consolidar um movimento sindical europeu unitário capaz de tornar realidade o espaço social europeu e fazer face às consequências da entrada em vigor do Acto Único e do Mercado Interno de 1992.

«A Confederação Europeia de Sindicatos deve desempenhar um papel protagonista na coordenação e mobilização social em prol de uma Europa progressista que se afaste das políticas liberais que hoje imperam na maioria dos governos nacionais e nas próprias instituições comunitárias.

«Assim, a CGTP-IN e as CCOO mantêm o seu propósito de aderir à CES, que deve integrar, sem exclusões, todos os sindicatos representativos da Europa Ocidental.

«A luta pela paz foi outra das questões discutidas, existindo plena coincidência em valorar muito positivamente o novo clima de distensão mundial, que começa a dar os seus frutos.

«Neste mesmo sentido, a CGTP-IN e as CCOO aprovaram uma declaração em prol de uma Península Ibérica livre de armas nucleares, para a qual será necessária a assinatura de um tratado internacional pelos governos dos dois países.

«As duas delegações assinalaram o clima de grande fraternidade em que decorreram as conversações, que serão retomadas, ao mais alto nível, em Portugal, em 1989, quando as CCOO visitarem Portugal, a convite da CGTP-IN».

USO em Lisboa

Na sequência imediata da visita a Madrid de uma delegação da CGTP (ver esta página) reuniu-se em Lisboa, segunda-feira, uma outra delegação espanhola com a Central portuguesa. Trata-se da USO — Unión Sindical Obrera — com a qual a CGTP vai continuar a «desenvolver as suas relações, tendo em vista nomeadamente — destaca uma nota da Inter — a acção dos trabalhadores, tanto no quadro ibérico, como no quadro europeu».

Pela USO estiveram em Lisboa, Manolo Zaguirre, secretário-geral, a José Ramón Rincón, da direcção nacional e secretário-geral da Unión de Madrid daquela central

espanhola. Da delegação portuguesa faziam parte, Manuel Lopes, da Comissão Executiva, Carlos Trindade, do Conselho Nacional, e Fernando Maurício, do Departamento de Relações Internacionais.

O gabinete de Imprensa da CGTP disse que na reunião das duas confederações se tratou, particularmente, da «entrada de Portugal e da Espanha na CEE». Trocaram-se, além disso, «impresões sobre o relacionamento» entre as duas centrais sindicais e analisou-se, «com profundidade, os efeitos e a intervenção sindical a desenvolver em consequências do Acto Único Europeu».

Modas

... Portugal está na moda no estrangeiro, onde é admirado e respeitado — disse há dias o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que por ignotas razões decidiu sair da sua torre de silêncio e começar a dar entrevistas.

As cujas, para grande pena nossa, continuam a primar mais pela imperativa — ele diz, faz, nega, garante — do que pela informação.

É assim que ficamos sem saber se Portugal é admirado e respeitado porque está na moda; se a moda é portuguesa ou estrangeira; se a admiração e o respeito por Portugal, sendo uma moda, correm o risco de para o ano ficarem fora de moda; se, deixando Portugal de ser moda no estrangeiro, perderá a admiração e o respeito.

Poderíamos continuar por aí fora, como naquelas lenga-lengas infantis, sucedâneo do contar carneiros para chamar o sono. Porque isto de modas, caros amigos, tem muito que se lhe diga.

Veja-se o caso da inflação.

Durante uma data de tempo foi moda o Governo de Cavaco Silva dizer que a inflação ia baixar. Como sempre acontece com as modas, uns quantos antiquados — démodé para os fans da CEE — andaram para aí a clamar, em manifesta mania de contradizer os governantes, que a inflação não ia descer mas subir.

Haverá talvez quem se recorde que à conta disso até se fizeram umas greves, por acaso ainda a proliferar por aí em sectores tradicionalmente fora de moda. De trabalhadores, quer-se dizer, pouco habituados a andar atrás de modas.

O caso é que no tocante a modas cada um tem as suas. E os trabalhadores, como é do conhecimento geral, acham que os salários e a inflação costumam ter uma particularidadezinha desagradável: é que os primeiros ficam fora de moda muito mais depressa do que a segunda.

Vai daí, teimam em lutar para garantir aumentos que a inflação não engula no seu reinado anual. Uma mania. Nem se lhe pode chamar moda. Desta vez, o Governo tanto insistiu que a inflação ia baixar que provavelmente alguém acreditou. As modas são mesmo assim.

O pior é que agora, na hora da verdade, os números do Instituto Nacional de Estatística vieram deitar tudo por água abaixo. Na óptica do Governo, está bom de ver. Até os estudos da OCDE vieram ajudar à festa. Afinal, a verdade é que a inflação não vai baixar e é já a mais elevada dos países da OCDE. A verdade, é que os aumentos de salários de seis por cento impostos pelo Governo à conta da descida da inflação (que não há) deixaram milhões de portugueses pior do que antes.

A verdade é que as promessas — nova moda? — de ver baixar a inflação «lá para o fim do ano, ou em Fevereiro, ou em Março» para os ditos seis por cento, não alteram a efectiva perda de poder de compra dos trabalhadores.

Porque esta coisa de deitar contas à vida, quer se queira quer não, não é uma moda, é uma necessidade. A menos que desatemos todos por aí a dizer aos senhoros, padeiros, merceiros, e tantos outros com quem diariamente temos de fazer contas, que tenham paciência, que talvez lá para o fim do ano, ou Fevereiro, ou Março, se a inflação se aproximar dos seis por cento, lhes pagaremos as dívidas. Pensando bem no caso, até que não seria uma moda nada má.

É claro que o melhor mesmo era a moda da verdade, da honestidade, da competência, do respeito pelos direitos dos trabalhadores, da democracia, da justiça social.

Os modernistas da CEE é que eram capazes de não gostar. Imaginam se a moda pega e se espalha pela Europa?

Os modernistas como Cavaco Silva, aqui e além fronteiras, ficavam todos fora de moda.

■ A.F.

Trabalhadores

Sumário sindical



Professores na rua em Lisboa, 1987

STIEN — O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, no seu boletim «O Dínamo» de Julho, depois de referir na primeira página as principais datas da luta contra o pacote laboral este ano, designadamente a greve geral de 28 de Março, insere vasto noticiário laboral sobre a contratação inclusive. No que respeita a «outros sectores», onde o STIEN intervém em contratos ou convenções de outro tipo, «O Dínamo» destaca o **CCT semivertical-moagens** onde propôs a inclusão de uma nova categoria: **técnico de electrónica**. Quanto aos salários, o Sindicato do Norte propõe aumentos de 14 por cento naquele sector de actividade.

CES-Sul — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul acusou recentemente a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António de não ter respeitado o resultado de um inquérito sobre a **liberalização dos horários nos estabelecimentos comerciais**. Segundo o CES-Sul, oitenta por cento dos inquiridos pronunciaram-se contra essa medida. Acrescenta o CES-Sul que «a falta de democraticidade desta autarquia está a ser vivamente contestada no sector, pois cerca de 95 por cento das empresas são de pequena dimensão». O Sindicato acusa os responsáveis pelo município de «fúria liberalizadora» e de desrespeito pela democracia.

FSMMMP — A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal afirmou recentemente que, «nos últimos anos, verificou-se uma diminuição do emprego e da capacidade instalada nas **Indústrias de linha branca** (fogões, frigoríficos, esquentadores, etc.), com o encerramento, suspensão ou paralisação total da produção em várias empresas». Segundo a Comissão Executiva da FSMMMP, «os trabalhadores vão continuar a luta pela defesa dos seus direitos constitucionais». Prevalece neste caso o direito ao emprego contra os ataques aos interesses nacionais neste ramo da indústria, sublinha a FSMMMP. Quanto à **Setenave**, a mesma Federação dos metalúrgicos recordava recentemente que «o Governo do prof. Cavaco Silva, na alegada «reestruturação» e na continuação da sua acção inconstitucional contra as nacionalizações, projecta entregar a exploração da Setenave ao grande capital privado (**Mello/MPC**) e lançar no desemprego mais 2000 trabalhadores».

STIQCI — O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro e Ilhas protestou contra a tentativa de **encerramento dos Laboratórios Mediocoplast** e, apoiado por uma concentração de trabalhadores no passado dia 7, solicitou a intervenção da Inspeção do Trabalho, a fim de evitar que se concretizasse aquela iniciativa, que naturalmente envolveria o despedimento de todos os trabalhadores.

SITese — O Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias, com sede em Lisboa, inscreve, até 30 de Setembro próximo, os interessados

num **curso de Segurança Nacional**. Com horários das 18 às 21 horas — segundas e quartas — o curso decorrerá de 24 de Outubro a 16 de Janeiro de 1989.

STFPN — O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte manifestou-se recentemente contra o **pacote laboral (2.ª versão)**, enviando para o efeito um *telex* ao grupo parlamentar do PCP. A direcção do STFPN manifesta «a sua mais profunda preocupação e o mais veemente repúdio pela iniciativa do grupo parlamentar do PSD», considerando nomeadamente que «assim se prossegue no confronto com as organizações representativas dos trabalhadores e se fere a dignidade dos órgãos de soberania», designadamente da mesma Assembleia da República. O texto contém um apelo à rejeição do pacote.

SJ — O Sindicato dos Jornalistas apresentou recentemente às entidades e associações patronais uma nova proposta de revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho) dos jornalistas. Além da actualização da tabela salarial, a proposta inclui mais dois «objectivos essenciais»: um **novo enquadramento profissional** e algumas alterações necessárias no restante clausulado. A actualização inclui «algumas das propostas» que as empresas não aceitaram em 1985.

CGTP — Como tem sucedido com as comissões de trabalhadores e outras organizações representativas em locais de trabalho e sectores de actividade, a CGTP-IN e várias das suas estruturas intermédias, designadamente a USL (Lisboa) têm promovido debates e outro tipo de encontros e reuniões sobre a **revisão constitucional**. Recorde-se que além da nova lei dos despedimentos, pacote laboral, etc., estão em causa questões tão importantes e decisivas como o direito à greve, a proibição do *lock-out* e a própria lei das comissões de trabalhadores. Assinale-se ainda que, recentemente, a Coordenadora das CTs de Lisboa pediu uma audiência à comissão eventual de revisão constitucional, tendo os deputados de todas as forças políticas sido convidados para uma assembleia que a Coordenadora anunciou para 29 de Junho findo.

SPZS — O Sindicato dos Professores da Zona Sul, de que não nos chegam notícias desde meados de Maio, desenvolve, como é de supor, a sua actividade no âmbito da FEN-PROF — Federação Nacional de Professores. Embora não seja uma tomada de posição de qualquer órgão dirigente do SPZS, não queremos deixar sem registo um esclarecimento assinado por Maria do Céu Figueiredo que se refere a um artigo publicado pelo «Avante!» em 19 de Maio findo. Em substância, a nossa leitora acha que «não é correcto» termos dado a entender nessa peça que «só a actual Direcção — como escreve — se preocupou em actuar na defesa do progresso social e económico do País». Outras considerações da nossa leitora, sobre o vastíssimo material emitido pelo Sindicato na altura do seu I Congresso, aguardarão as notícias que nos forem chegando sobre a actividade do SPZS.

Subsídios em atraso na Universidade de Coimbra

O Departamento de Educação da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública revelou na segunda-feira que há subsídios em atraso na Universidade de Coimbra. A FNSFP refere-se a quantias em dívida deste 1980.

Os trabalhadores dos serviços sociais daquele estabelecimento de ensino decidiram apresentar queixa ao Provedor de Justiça. A acção judicial é principalmente dirigida contra a Secretaria de Estado do Ensino Superior.

Para a FNSFP estão também implicados os organismos responsáveis pela administração da Universidade.

Anunciada uma concentração em Lisboa

Os subsídios são devidos por trabalho nocturno. A queixa ao Provedor é reforçada com um abaixo-assinado dos trabalhadores da can-

tina universitária. Para ontem, acompanhando essas formas de luta, era anunciada pela FNSFP uma concentração em Lisboa, a efectuar pelas 15 horas junto da Secretaria de Estado do Ensino Superior.

A concentração foi decidida em plenário de trabalhadores.

Trabalhadores

No âmbito da inflação e salários

Governo acusado de má-fé

A CGTP, que acaba de ser recebida pelo Presidente da República, no âmbito dos contactos com os órgãos de soberania, decididos no último Conselho Nacional, avistou-se sexta-feira passada com a Comissão Parlamentar do Trabalho e Assuntos Sociais da Assembleia da República. Em causa continua o pacote laboral e a insistência do Governo em aplicar aos salários o chamado acordo de política de rendimentos para 1988, que a CGTP-IN não assinou. A UGT chegou a acusar o Governo de má fé nas negociações.

Para a direcção da CGTP (Conselho Nacional e Comissão Executiva), esse acordo deve ser posto definitivamente de parte. Para a UGT o objectivo seria renegociá-lo. De qualquer modo, nenhuma organização representativa no âmbito sindical aceita negociar salários na base da inflação prevista pelo Governo para este ano.

No entender do movimento sindical, os sindicatos e outras organizações representativas podem e devem negociar tabelas salariais acima dos 5,5/6 por cento previstos como índice inflacionário para 1988.

Quanto ao pacote laboral, como é conhecido o conjunto de leis fortemente combatidas pelos sindicatos, designadamente através da greve geral de 28 de Março, a delegação da Central que se avistou sexta-feira com aquela Comissão Parlamentar voltou a referir que a natureza formal e material da inconstitucionalidade se mantém na nova versão do pacote apresentada pelos deputados do PSD à Assembleia da República.

Kalidás Barreto e Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP, sublinharam perante aquela Comissão da AR que a discussão pública da

matéria que respeita à legislação laboral tem que ser da iniciativa da Assembleia da República.

Mantém-se também a inconstitucionalidade material. A delegação formada por aqueles dirigentes da CGTP destacou nesse aspecto «a intenção de revogar a lei de protecção aos representantes eleitos pelos trabalhadores; a subversão do conceito de justa causa para o despedimento individual através dos chamados fundamentos de "ordem

objectiva", ou seja, motivos económicos, tecnológicos ou "de mercado", relativos à empresa, estabelecimento ou serviço; a intenção de transferir o poder de decisão na aplicação do "lay-off" para excluir responsabilidades da entidade patronal e de legalizar o que é hoje ilegal nos contratos a prazo».

Ao divulgar, sexta-feira passada, uma nota sobre o encontro da delegação com a Comissão Parlamentar de Trabalho e Assuntos Sociais da Assembleia da República, a CGTP não refere a posição dos deputados que integram aquela Comissão, mas destaca que «o Governo de Cavaco Silva não tem legitimidade social e política para retomar esta iniciativa, revelando um comportamento ousado de evidente afrontamento social e institucional».

A delegação sindical composta por Kalidás Barreto e

Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP, além de outras posições já conhecidas, defendeu que o actual quadro constitucional deve ser respeitado, bem como «os equilíbrios existentes, tendo como base mínima de partida os direitos dos trabalhadores».

Delegação da CGTP com deputados do PS

Segunda-feira passada, uma delegação da CGTP-IN era, entretanto, recebida em audiência pelo grupo parlamentar do PS. Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Emídio Martins, todos elementos da Comissão Executiva da Central, expuseram aos deputados do PS, Jorge Sampaio, Elisa Damião e Jorge Reis, a posição já aqui referida sobre o chamado pacote laboral, que foi adoptada pelo Conselho Nacional da CGTP-IN.



Preços: O Governo não olha...

A SAPEC reestrutura a destruir

A SAPEC, empresa de Setúbal, tem um plano de reestruturação que, a ir por diante, destruirá «centenas de postos de trabalho». A expressão é das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs), que citam um «documento confidencial», onde se refere serem 318 os despedimentos a efectuar. A SAPEC é uma empresa multinacional de capital belga, com sede em Bruxelas.

Num memorando distribuído aos jornalistas, as ORTs da mesma empresa, que se dedica sobretudo à indústria química, referem que a SAPEC está instalada em Portugal desde 1926, onde iniciou a sua actividade produzindo adubos a partir do ácido sulfúrico.

Tem sido até agora uma empresa próspera, empregando muitas centenas de

trabalhadores, sendo 128 mulheres, em 1987.

Segundo o referido memorando da responsabilidade da comissão de trabalhadores (CT) e delegados sindicais, a SAPEC, actualmente com um quadro de pessoal de 943 elementos, é a segunda maior empresa a produzir adubos em Portugal. Embora a grande distância da Quimigal (a 1.ª), ainda as-

sim, a SAPEC facturou, em 1987, 14 500 milhões de contos, grande parte deles produto da exportação.

Menos 200 empregos nas Minas do Lousal

Embora tenha contribuído, a partir dos anos de 70, para o desenvolvimento do emprego na península de Setúbal, onde dispõe de um cais próprio privativo, a multinacional SAPEC mandou encerrar recentemente as Minas do Lousal, «destruindo mais de 200 postos de trabalho», recordam as ORTs no memorando já citado, sem que as razões desse encerramento sejam conhecidas dos trabalhadores.

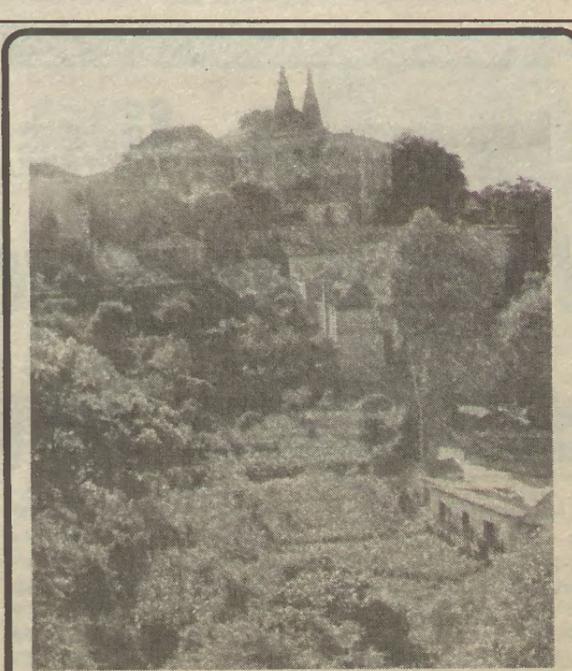
Para se ter uma ideia da importância da empresa e da sua viabilidade, acrescenta-se, apenas a título de exemplo, que a SAPEC é proprietária de seis aviões — salientam as ORTs — equipados tanto para o trabalho agrícola como para o combate a incêndios. Além disso, «os pilotos pertencem ao quadro efectivo da empresa», que dispõe de uma «oficina própria para a manutenção dos aviões» no Complexo Industrial de Setúbal — afirmam ainda no seu memorando as ORTs.

Os representantes do pessoal da SAPEC perguntam que reestruturação e que resultados se esperam para tomar a empresa «moderna e competitiva», como afirmam os patrões, no mercado nacional e internacional.

A resposta a essa pergunta está nos «segredos da empresa que não devem ser do conhecimento público».

O que se sabe, isto é o que sabem os trabalhadores e as suas organizações representativas, é que o grupo de trabalho para a reestruturação já levou ao «encerramento de três fábricas»: ácido sulfúrico (100 postos de trabalho a menos); sulfato de sódio (16, se o encerramento anunciado se concretizar) e ácido fosfórico (que está a trabalhar «aos soluços stand-by»); «forte indício do seu encerramento».

Pelo memorando das ORTs, documento extenso e a merecer mais espaço do que podemos hoje atribuir-lhe, percebe-se que a administração da SAPEC, não esclarecendo e ainda menos negociando com os representantes dos trabalhadores a sua «reestruturação», pretende fazer bandeira da política cavaquista, mas não obterá para isso a aquiescência dos sindicatos nem dos trabalhadores.



Sintra não tem culpa

Hotalaria Dois buracos de milhão

Um milhão e meio de contos, dois terços dos quais já gastos, podem caber em dois buracos de um campo de golfe, com este Governo de desportistas ricos, favorável como não podia deixar de ser à sua clientela de ricos proprietários de campos de golfe e de outros desportos muito nobres e pouco populares, em troca de um pequeno escândalo, que hoje dos grandes não há.

Quem conta o caso é a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos de Hotalaria e Turismo de Portugal. A FESHOT, como se abrevia, afirma que o que está em jogo — infelizmente neste caso não do desporto — é o projecto de construção da nova escola de hotalaria e turismo no Estoril, por causa dos «interesses de magnata, proprietário de um campo de golfe».

Note-se que o projecto da escola já se encontra em fase de construção, o que não acontece com os buracos, aparentemente muito fáceis de tapar e reabrir noutro lado. Mas a coisa é pela certa mais complicada do que parece. Pela curta nota que a FESHOT emitiu sobre o assunto no passado dia 15 percebe-se que, devido aos buracos, o Governo «determinou a alteração do traçado» da anunciada auto-estrada Estoril-Sintra.

Ora isso inviabiliza todo o projecto da escola de hotalaria e turismo. Para salvar os dois buracos, a nova auto-estrada teria que passar a cinco metros da «escola em construção». Não só da escola, aliás, mas do seu próprio auditório, com o qual o magnata proprietário do campo de golfe do Estoril nada teria a ver.

Se bem entendemos, primeiro está a escola e depois a auto-estrada — isto apenas no tempo — porque antes de tudo parece estar o já instalado campo de golfe do magnata no Estoril.

Coisas destas são previsíveis, dado o actual estado de coisas, que é de «coisas em si», como dizia o outro, separadas dos vulgares «fenómenos» da vida comum.

Dessa opinião não é, felizmente, a comissão instaladora da nova escola do Estoril que se reuniu e protestou. Protestou contra a alteração do traçado da auto-estrada que constava do primeiro projecto. Reclamou, e bem, contra a reformulação tracejante que lhe põe uma estrondosa via de trânsito colada aos ouvidos dos futuros — previsíveis — alunos da escola de hotalaria e turismo. Serão as duas coisas compatíveis, no actual estado de coisas do turismo nacional?

O que averiguámos sobre o caso é da responsabilidade estrita da FESHOT. Não tivemos acesso a outras fontes. Mas aquela chega-nos para protestarmos também aqui com as palavras dos dirigentes sindicais, pois o novo traçado para satisfazer o magnata e talvez outros interesses «põe em causa, incluso, os valores dispendidos na aquisição dos terrenos (para a escola) e constitui um duro golpe no projecto» respectivo que é o de reforçar a «capacidade de formação profissional idónea para o sector turístico-hoteleiro».

Como a expressão «a quem de direito» está um pouco fora de uso, o melhor é confiar na capacidade de intervenção da comissão instaladora da nova escola de que faz parte a FESHOT.

Esta Federação não se limita, porém, a denunciar o escândalo, como lhe chama. Exige — é também um termo seu — que sejam investigadas as razões de ele aparecer e que o determinaram, abrangendo as investigações os seus «agentes activos e passivos».

A FESHOT conclui o seu comunicado do dia 15 afirmando que «irá requerer à Alta Autoridade contra a Corrupção e outros responsáveis» que tomem medidas contra «os interesses protegidos por Cavaco Silva e pelo seu Governo».

Nada mais justo, resta dizer.



Os adubos estarão em crise?

Trabalhadores

Após 13 dias de greves parciais Metalúrgicos do cobre obtêm solução favorável no Porto

A Companhia Portuguesa do Cobre (CPC) suspendeu as paralisações que estavam previstas até domingo passado. A decisão foi tomada em plenário de trabalhadores. As greves parciais por revalidação de salários tinham começado no passado dia 11.

Durante duas horas por turno, os 700 trabalhadores daquela fábrica metalúrgica com sede na estrada exterior da circunvalação, no Porto, paralisaram a 90 por cento, segundo afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Porto (STIMMP).

As paralisações, que durante treze dias provocaram «fortes quebras de produção numa das mais importantes empresas metalúrgicas do distrito do Porto», deveriam-se ao desfavor salarial que recaía sobre os trabalhadores directos, isto é, os da produção.

O STIMMP e as ORTs (organizações representativas) dos trabalhadores da empresa acusavam a direcção da fábrica de pôr em prática uma «política discriminatória» que se iria reflectir no anunciado «reajustamento salarial» de Outubro.

Segundo o STIMMP, no plenário de sexta-feira pas-

sada, onde se decidiu suspender as paralisações por turnos, os 700 trabalhadores foram informados de que a empresa negociaria «novos salários já em Outubro, para vigorarem a partir de 1 de Janeiro próximo».

Rever salários com nova inflação

Depois de sublinhar que o «ajustamento» previsto pela direcção da fábrica iria agravar ainda mais a discriminação existente, o STIMMP afirma que os salários a negociar irão ter em conta os novos «valores da inflação e a necessidade de corrigir as injustiças salariais».

Os mais afectados por essas injustiças são naturalmente os trabalhadores com salários mais baixos.

Na segunda-feira passada, o STIMMP recordava num comunicado que, «nas últimas três semanas, mais de 90 por cento dos trabalhadores da CP do Cobre aderiram às greves parciais. No início do conflito, a direcção da empresa mostrou-se inabalável na sua política salarial, mas as fortíssimas reduções da produção — como referimos



A «doença» da metalurgia atinge o cobre

na semana passada — a dificuldade crescente de satisfazer dezenas de toneladas de produto acabado e a firmeza demonstrada pelos trabalhadores ao longo de

todo o período de greves, foram minando a intransigência patronal e acabaram por impor uma solução francamente favorável aos trabalhadores».

Melhorias nos bancários conseguidas com a greve

Os trabalhadores da banca nacionalizada conseguiram melhorias na revisão do ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) com o recurso à greve. Além disso, foram mantidos direitos já alcançados, que Governo e gestores pretendiam reduzir e mesmo eliminar. A tabela salarial subiu 6,04 por cento, quando a associação bancária (gestores e responsáveis governamentais) não queriam ir além dos 5 por cento antes das greves.

Recorde-se que o recurso às paralisações, com uma adesão surpreendente, fechou a quase totalidade dos balcões, como destacámos em números anteriores do «Avante!».

Dirigentes sindicais dos bancários, e designadamente o presidente do SBSI, Barbosa de Oliveira, disseram em público que a revisão do ACTV foi «positiva», embora «não totalmente satisfatória». Adiantaram, no entanto, pela voz do presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que, no entender do próprio grupo negociador representante das instituições de crédito, a luta foi decisiva: «foi a força dos bancários»

que levou aquele grupo negociador a aceitar essa revisão.

Contudo, depois de se saber que a inflação dificilmente ficará este ano abaixo dos 8 por cento e sendo sabido também que as previsões do Governo falharam redondamente nesta matéria, não é de afastar a hipótese de os sindicatos bancários mais representati-

vos virem a reclamar nova revisão, ou apoiarem, lutando, a recusa de qualquer «tecto salarial».

Recorde-se que o aumento alcançado (6,04 por cento) está dentro dos limites do chamado acordo de política de rendimentos e preços que a UGT assinou, mas agora pôs em causa juntamente

com a CGTP no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social.

O novo ACTV foi assinado na madrugada de sexta-feira passada pelos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, do Norte, do Centro e dos Quadros e Técnicos Bancários, que conduziram as greves.

Corticeiros

Se o patronato não recuar mais dois dias de greve

No seguimento da luta desenvolvida com recurso à greve, os trabalhadores corticeiros voltam a parar hoje. Uma nota da União dos Sindicatos de Aveiro divulgou o pré-aviso respectivo. A greve, anunciada também para amanhã, 22, «só não será concretizada — diz a União — se o patronato modificar positivamente a sua posição».

Como o «Avante!» noticiou na semana passada, os corticeiros reclamam aumentos salariais de 11,5 por cento. A adesão à greve do passado dia 7 foi praticamente a 100 por cento.

Mas os grandes patrões da cortiça — um deles gabou-se ainda recentemente que gastava 400 contos mensais só em despesas domésticas — escolheram a in-

transigência. Na reunião de quarta-feira da semana passada, dia 13, mantiveram as posições anteriores, acrescenta a União dos Sindicatos de Aveiro na nota de quinta-feira.

Essa reunião «de conciliação» efectuou-se na delegação do Ministério do Emprego e Segurança Social, no Porto.



Álvaro Cunhal

FALÊNCIA
DA POLÍTICA

DE DIREITA DO PS
(1983-1985) I e II

634 pp. / 900\$00

Poder Local

Rui Godinho, a propósito da Câmara Alternativa CDU

Uma forma inovadora de intervenção autárquica



Rui Godinho, vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa

Há exactamente uma semana reuniu-se pela 6.ª vez a Câmara Alternativa CDU para o município da capital, organismo criado em Janeiro deste ano pela Coligação Democrática Unitária de Lisboa e que, desde 14 de Maio passado, vem mantendo encontros quinzenais «com o objectivo de constituir um instrumento da CDU que seja uma forma de intervir eficazmente na gestão do quotidiano da cidade e, ao mesmo tempo, também um instrumento para a construção de um projecto alternativo de gestão municipal que a cidade tanto carece», segundo as palavras de Rui Godinho, vereador comunista na CML e membro da Câmara Alternativa CDU, a quem entrevistámos para que pormenorizasse as actividades deste organismo, quer recordando os objectivos para que foi criado, quer fazendo um breve balanço da sua actividade. Que agora também entra «de férias», até Setembro.

Após referir as datas da criação da Câmara Alternativa e reportando-se exactamente a esse momento, Rui Godinho começou:

Nós dizíamos na altura — e repetimo-lo — que a Câmara Alternativa CDU seria (e é-o, já hoje, comprovadamente) uma equipa e um projecto para mudar para melhor a cidade de Lisboa. Vale a pena referir que ela é constituída por 17 áreas de trabalho, ou pelouros, abrangendo todos os sectores de actividades relacionadas com a resolução dos pequenos e grandes problemas da cidade de Lisboa. Vale a pena referir que ela é constituída por 17 áreas de trabalho, ou pelouros, abrangendo todos os sectores de actividade relacionados com a resolução dos pequenos e grandes problemas da cidade de Lisboa.

A explicação do funcionamento da Câmara Alternativa veio logo de seguida:

Tem funcionado em íntima articulação com os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Lisboa, os quais integram também a Câmara Alternativa, o que

Câmara Alternativa que ela constituiria uma forma inovadora da intervenção em termos autárquicos na cidade de Lisboa, e assim pensamos que tem sucedido, quer pela receptividade que a opinião pública tem manifestado perante esta forma de trabalho, quer pelo impacto que pensamos estar já a ter junto das populações. Podemos dizer, em síntese, que apesar de ainda só termos realizado seis reuniões e de ainda também necessitarmos fazer alguns ajustamentos em termos de funcionamento e eficácia de trabalho, a Câmara Alternativa é já uma realidade que se impôs.

Atenção a Alfama!

E quanto ao que já se fez, no âmbito das seis reuniões realizadas pela Câmara Alternativa? O nosso interlocutor começou por sublinhar a importância da descentralização que caracteriza as reuniões da CDU, todas realizadas em diferentes pontos da cidade e sempre em instalações cedidas por autar-

nesta primeira «ronda» de reuniões a Câmara Alternativa CDU já cobriu significativamente a cidade. Depois Rui Godinho avançou para os assuntos discutidos nestas reuniões:

Quanto aos temas já tratados, destacaríamos como dos mais importantes, os projectos de recuperação de Alfama e Mouraria. São propostas da CDU apresentadas em Câmara, aprovadas e em curso de execução, sobre as quais a Câmara Alternativa fez um ponto da situação no tocante à forma preocupante como a direita está a encarar esta frente de trabalho autárquica, que é uma das principais para os próximos anos. Outra questão importante abordada foi o problema da habitação, designadamente o Encontro da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL) so-

balanço do relatório de actividades da CML/87, a descentralização de algumas competências e verbas para as Freguesias e a recuperação do Terreiro do Paço e da Zona Ribeirinha — estes últimos tratados na reunião da Câmara Alternativa da semana passada. Foi sobre eles que o vereador do PCP se deteve um pouco, a seguir.

Câmara a reboque

Na nossa última reunião — recordou — passámos à prática uma das recentes deliberações da Câmara Alternativa, no âmbito das discussões temáticas que iremos fazer nas próximas reuniões (a próxima será sobre transportes e rede viária). Tem a ver com a questão da Zona Ribeirinha.

E pormenorizou: Um primeiro ponto: mau grado, quer a CDU quer as

Municipal de Lisboa se apresente totalmente a reboque dos acontecimentos e iniciativas que outros, designadamente a Administração Central, vêm tomando, mesmo com invasão de áreas de actuação da própria Câmara. Veja-se o que se passou com as decisões a respeito do Centro Cultural de Belém e da atribuição à Administração do Porto de Lisboa (APL) pelo ministro das Obras Públicas da incumbência de intervenção na zona do Cais do Sodré ao Terreiro do Paço, inclusive, sem que a Câmara seja parte nestas decisões.

Foi exactamente isto que a Câmara Alternativa criticou fortemente na sua última reunião: o facto de a Câmara Municipal de Lisboa estar a ser escandalosamente ultrapassada pelo Governo e pela APL nas suas competências

gia inequívoca sobre o que pensa e o que quer fazer para a reabilitação da Zona Ribeirinha, que sirva como instrumento a ser usado no diálogo institucional que urge estabelecer, sem pelas e sem complexos entre a CML, a APL, a Administração Central e os restantes concelhos ribeirinhos (norte e sul do Tejo, a partir de Vila Franca de Xira). Só assim pensamos que a Câmara Municipal de Lisboa terá credibilidade e forma negociada para participar de corpo inteiro e com autoridade em tudo o que terá que se fazer na Zona Ribeirinha tendente a restabelecer as ligações cortadas entre o rio e a sua cidade.

E a CDU, como vê a situação e o que propõe? Rui Godinho citou de novo, na resposta, o que foi visto e definido na última reunião da Câmara Alternativa:

No plano das ideias adiantamos desde já que, tal como sempre fizemos, estamos disponíveis para participar na Câmara na obtenção das melhores soluções para a cidade e a sua população, o que faz com que defendamos que, de modo algum, a Zona Ribeirinha se poderá transformar num novo espaço de especulação da cidade de Lisboa, devendo ser, pelo contrário, transformada desde os Olivais e Poço do Bispo até Belém e Pedrouços num conjunto de áreas de grande valor urbanístico, cultural, paisagístico e ambiental para fruição da população, em articulação harmónica com as actividades económicas consubstanciadas no porto de Lisboa.

Quanto às potencialidades da Zona Ribeirinha para estes fins propostos pela CDU, são imensas e inequívocas:

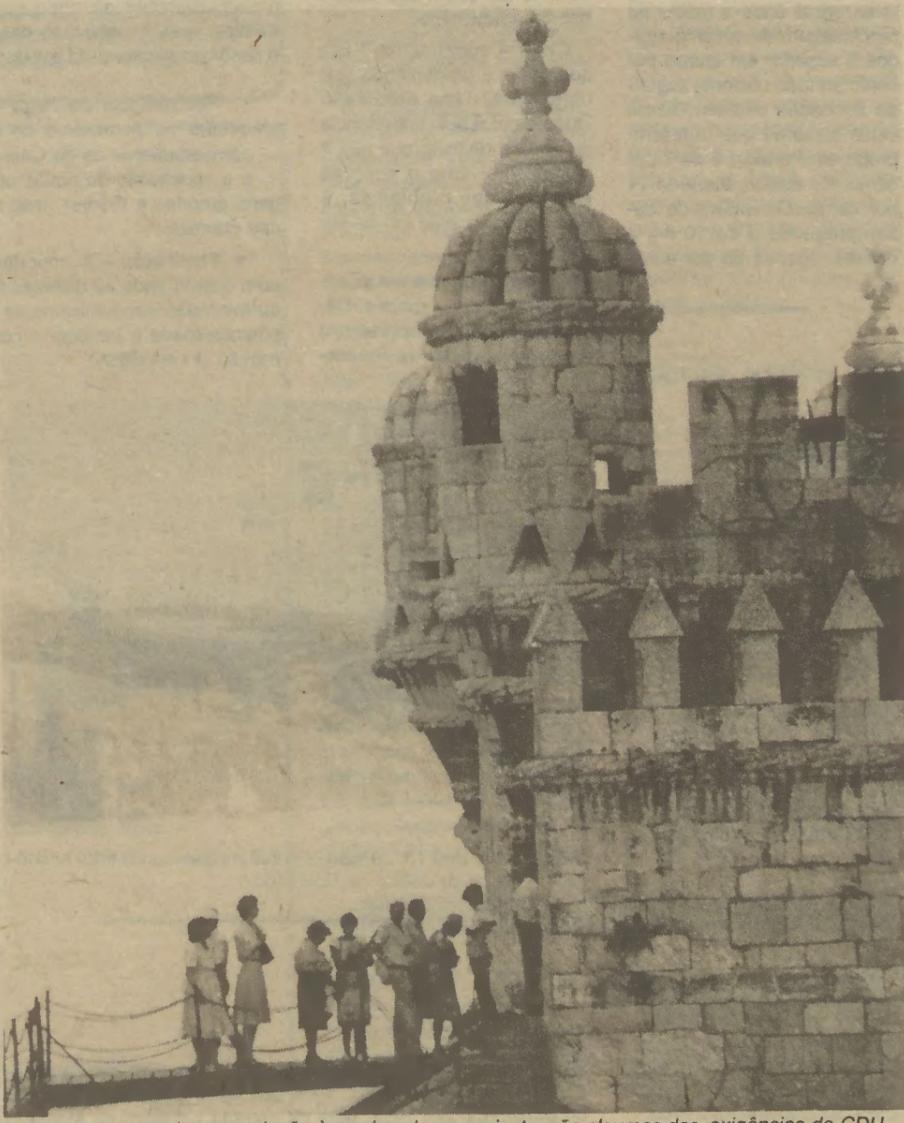
São imensas e inequívocas e ficaram bem patentes em algumas das soluções apresentadas no concurso de ideias que a Associação dos Arquitectos Portugueses promoveu, para as quais há que ter a melhor atenção, como contribuição significativa para o arranque de uma boa solução dos problemas da Zona Ribeirinha.

E terminou: Em síntese, diria que, mais que construir muito na Zona Ribeirinha, o que importa é estabelecer uma inequívoca vontade política de desenvolver uma série de acções de gestão e planeamento urbanístico em toda esta zona, em articulação com as áreas adjacentes da cidade à que está ligada (Alfama, Madragoa, Alcântara, Xabregas, zonas monumentais do Terreiro do Paço, baixa pombalina, Santos, Belém, etc.).

■ H.C.



Devolver a zona ribeirinha de Lisboa aos seus habitantes e não permitir novo surto de especulação à sombra desse projecto, são algumas das exigências da CDU para a capital



tem permitido fazer uma ponte muito eficaz entre o nosso trabalho na Câmara, a gestão autárquica da cidade no seu conjunto e aquilo que, no entender da CDU, deverão ser os principais aspectos a privilegiar em termos de defesa dos interesses e direitos da população da cidade.

Rui Godinho considera que se está perante uma forma original de intervenção autárquica, já com prestígio junto das populações. Assim: Dizíamos no arranque da

quias ou colectividades populares: a primeira na Voz do Operário (zona da Graça/S. Vicente/Alfama), a segunda na Junta de Freguesia de S. João («ligada» ao Alto de Pina), a terceira na Junta de Freguesia de Benfica (que é a 2.ª Freguesia da capital), a quarta na Federação das Colectividades de Cultura e Recreio (zona de Anjos/Desterro/Martim Moniz), a quinta na Junta de Freguesia de Carnide e a sexta na Junta de Freguesia de Alcântara. É caso para dizer que,

bre os balros degradados, bem como as medidas que reputamos indispensáveis para uma resolução atempada e justa das situações de grave carência habitacional que a cidade apresenta (mais de 15 000 barracas), área na qual também é notório que a direita falhou.

Embora sem pormenorizar, Rui Godinho citou ainda alguns outros assuntos analisados pela Câmara Alternativa ao longo das suas seis reuniões, nomeadamente o

outras forças políticas, terem apresentado na Câmara propostas tendentes à definição de uma estratégia de actuação do município face a esta importante área da cidade (cujas necessidades de preservar e aproveitar já ninguém ousa contestar, recordamos nós), o presidente da Câmara e a actual gestão municipal dão provas de confrangedora debilidade e incúria no tratamento deste problema, o que faz com que neste momento a Câmara

em questão tão importante como a Zona Ribeirinha, cuja recuperação tem de passar, no plano institucional, «por um diálogo operativo entre a Câmara de Lisboa, a APL e o Governo», como realçou na referida reunião.

Vontade política, precisa!

Para a Câmara Alternativa CDU, segundo Rui Godinho, a questão é clara:

A CML deve definir clara e rapidamente uma estraté-

Portalegre

Carências agravadas impõem discussão

Portalegre é um concelho com graves problemas, onde aos custos da interioridade se somam os erros de uma política que não teve — não tem — por base o seu desenvolvimento.

Uma situação que já hoje é gravosa e que se reflecte na crescente desertificação do distrito, e que terá consequências ainda mais nefastas em 1992, com a entrada em vigor do Acto Único Europeu. E que por isso mesmo, urge alterar. Este, aliás, o objectivo das 1.ªs Jornadas sobre o desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre. Realizaram-se sábado passado e foram o contributo do PCP para o solucionar dos problemas que afectam a região norte do Alentejo.

Desde já com um dado novo. Pela primeira vez, houve uma discussão franca e aberta a todos quantos nela quisessem participar sobre os problemas daquele distrito.

Assim aconteceu este fim-de-semana. Do somatório dos pontos de vista, uma conclusão pode ser tirada. É necessário investir correctamente nas potencialidades do distrito.

É necessário, também, que as populações e os seus agentes participem activamente na discussão sobre os objectivos económicos, sociais, políticos e autárquicos

que permitam um desenvolvimento que lhes é destinado.

Carências agravadas

O distrito de Portalegre é uma região onde a média de percentagem de desempregados é superior em quatro por cento ao todo nacional segundo os dados oficiais. Dizem estes números que o desemprego em Portugal é de 7 por cento. No distrito, ele é de 11 por cento. O número de desempregados é de 10 mil e desses, apenas 30 por cento

recebem o subsídio a que têm direito.

Aqui ainda, o analfabetismo absoluto afecta 28 por cento da população e os reformados e pensõesistas representam 45 por cento do total dos habitantes, sem que existam as infra-estruturas necessárias, ou sequer mínimas, para lhes suprir as necessidades.

Por estes números, se pode ver qual a razão para a desertificação crescente do distrito. As suas carências são agravadas e os mais jovens vão à procura de uma vida melhor.

Mas em Portalegre, essa vida que tantos procuram fora das fronteiras do distrito é possível. Só que para tal, torna-se imperioso que desde já se comece a pensar no futuro. Em termos concretos e com a certeza de que muito tempo não foi aproveitado.

Onde e como actuar? Em que áreas e privilegiando que objectivos? Uma discussão longa e difícil pela importância de que se reveste, que não é compatível com o simples enunciar dos problemas, e que começou este fim-de-semana.

Começou porque estas primeiras Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre

não foram o culminar da discussão. Constituíram, isso sim, o seu primeiro passo, tendo sido anunciada a realização de encontros sectoriais subordinados ao mesmo tema e a decorrerem até ao final do ano.



Encontrar as vias para o desenvolvimento do distrito

Seis linhas para desenvolver

Para que as graves carências do distrito de Portalegre possam ser minoradas e até ultrapassadas, há seis sectores onde a rápida intervenção se impõe. Esta uma ideia-chave saída das jornadas de sábado passado.

• **Desenvolvimento da agricultura** — Sem o desenvolvimento da agricultura, não se pode pensar num futuro melhor para este distrito predominantemente agrícola. Mas este desenvolvimento só pode ser feito sem latifúndios, que, foi afirmado nas jornadas, «são o fenómeno natural do subdesenvolvimento».

• **Perímetros de rega** — É necessário aproveitar os perímetros de rega existentes — nomeadamente os do Caia e do Maranhão — e a construção de novas barragens. Barragens grandes e médias, mas também pequenas charcas.

• **Floresta** — A importância da floresta num distrito onde as diversas árvores não são aproveitadas economicamente em toda a sua potencialidade e também o combate à massificação do eucalipto.

• **Indústria** — Apostar na indústria também, com particular relevo (dadas as características do distrito) na agro-alimentar, sem que se caia numa secundarização das outras. Criar também incentivos à instalação de novas indústrias.

• **Turismo** — Quando tanto se diz que é o turismo que irá desenvolver Portalegre, a opinião de que não deverá ser o primeiro sector. No entanto, é necessário dar-se-lhe uma particular atenção, tendo em vista a proximidade de Espanha. Há um inestimável património histórico e cultural, há boas barragens. Existem condições para fixar o turismo, têm, isso sim, de ser aproveitadas.

• **Vias de comunicação** — Um dos graves problemas do distrito. As existentes, tanto rodoviárias como ferroviárias, não só não permitem o desenvolvimento, como constituem um obstáculo. É mau o estado das estradas, é péssima a política da CP para a região. Há que criar as condições para um rápido escoamento dos produtos e fácil circulação das pessoas.

Associação de municípios

Dos trabalhos destas 1.ªs Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre saiu a ideia nova de que urge ponderar a criação de uma Associação Distrital de Municípios.

Um local onde as autarquias possam unir esforços com vista ao desenvolvimento integrado da região, onde possam debater os problemas com que ela se defronta.

Uma estrutura que bons resultados tem dado noutros locais, nomeadamente nos dois outros distritos alentejanos.

E que no caso de Portalegre terá uma particularidade. Os comunistas, que são quem primeiro avança com a ideia, não são maioritários no distrito. Este facto, por si só, diz da verdade de trabalhar sem complexos em prol da sua região.



Um aspecto das 1.ªs Jornadas sobre o desenvolvimento económico e social do distrito de Portalegre

Operação integrada

A Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano agora em fase de lançamento é — ou pode ser — de facto um importante instrumento para desenvolver o distrito.

Por isso, não é a própria Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) que os comunistas de Portalegre põem em causa. Não é o instrumento em si. É, isso sim, a forma como está a ser conduzido.

Foi dito nestas Jornadas que a OID «tem insuficiências e erros crassos que é necessário corrigir. Não passa de um somatório de verbas a que a rígida departamentação governamental cria problemas».

O primeiro grande erro, são os próprios limites territoriais abrangidos pela OID. Pretende o plano que ao distrito se retirem os concelhos de Gavião e Ponte de Sor, o que foi repudiado pelos seus órgãos autárquicos, e que se anexem cinco concelhos ao norte de Évora — Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Redondo e Alandroal.

• Fundos europeus

Outro erro, é o entender-se que se pode desenvolver apenas com os fundos da CEE. A opinião saída das Jornadas é

diferente, e diz que não basta vir o dinheiro a rodos. É necessário saber como investir, para que este autêntico maná não se transforme em 1992, data da entrada em vigor do Mercado Único Europeu, em mais um factor de subdesenvolvimento.

Um exemplo várias vezes apontado foi o dos cursos de formação profissional. Em Portalegre, a grande maioria desses cursos têm a informática como disciplina. Falam os comunistas da «incapacidade de os cursos se integrarem na vida económica do distrito».

Um erro mais. A falta de discussão e de preparação com que foi lançada a Operação Integrada de Desenvolvimento tiveram como fruto a sua fragilidade. É necessário que as populações e os seus agentes participem activamente na preparação de uma OID, de modo a que ela não seja desfasada da realidade.

E a propósito, a crítica às Comissões de Coordenação Regional (CCR's), extensões do poder central nas regiões e que se têm constituído num autêntico obstáculo ao desenvolvimento, o que também torna a regionalização particularmente importante. É necessária a criação de um local de debate, de forma a que se encontrem os meios eficazes para combater a desertificação do distrito e para que essa tendência seja invertida.

Dixit

«Portugal é um dos principais produtores de urânio da Europa. As jazidas do Alto Alentejo são as maiores do país e situam-se nos concelhos de Nisa, Marvão, Castelo de Vide e Crato. No contexto geral desta área, as jazidas de Nisa são as mais importantes. Mas a sua exploração ainda nem começou. (...) Quando a exploração deste minério se iniciar, prevê-se que crie à partida entre 250 a 300 postos de trabalho, a maioria recrutados no próprio concelho».

Amélia Caldeira
Agente de Desenvolvimento do Concelho de Nisa

«É fundamental o desenvolvimento do Plano de Rega do Alentejo, cujo programa prevê a construção de pequenas barragens como a do Abrilongo (que irrigaria 1000 ha e criaria 220 postos de trabalho), a de Portalegre/Estação (que irrigaria 320 ha e criaria 70 postos de trabalho), a de Freixo/Monforte (que irrigaria 350 ha e criaria 70 postos de trabalho), e ainda as barragens da Apertadura e a do Pisão.

Chavelro
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre

«É indispensável, uma vez apresentada a Operação Integrada de Desenvolvimento, e na perspectiva da sua aprovação, que ela seja concretizada e acompanhada por uma estrutura radicada no distrito, e integrada — ao contrário do que se verificou na sua elaboração — pelos mais diversos agentes económicos, sociais e políticos do distrito, sem discriminações, e com efectivos poderes de decisão.

«Tal estrutura deve, de resto, constituir um factor importante de correcção dos múltiplos aspectos negativos que agora encerra a OID».

Bartolomeu
Presidente da Câmara Municipal de Avis

«Pela elevada gama de espécies florestais existentes, podemos ver qual a importância que a produção florestal tem e pode vir a ter no nosso distrito, não só pelo aproveitamento dos produtos especificamente florestais, mas também pelas actividades associadas, como a silvo-pastorícia, agricultura, a caça e até a piscicultura».

Floriano
Técnico Florestal

«As jornadas de desenvolvimento do distrito, demonstram que existem potencialidades agrícolas, hídricas, hortofrutícolas, mineiras e turísticas que, se aproveitadas, o fariam sair do atraso para onde os sucessivos governos o enfiaram. Nestas jornadas foi demonstrado existirem alternativas a esta política. As propostas aqui apresentadas são viáveis e eficazes para a resolução dos problemas com vista ao desenvolvimento do distrito».

Diamantino Dias
Membro do Comité Central do PCP

PCP

Visita de trabalho a países socialistas

Entre 27 de Junho e 18 de Julho, deslocou-se a cinco países socialistas, em visita de trabalho, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Ângelo Veloso, membro da Comissão Política, Albano Nunes, membro do Comité Central e Viriato Pina Moura, membro da DORP.

A delegação visitou sucessivamente a Checoslováquia, República Democrática Alemã, Bulgária, Hungria e União Soviética, onde realizou conversações e encontros de trabalho sobre diferentes temas e contactou directamente com importantes aspectos da realidade e da actividade dos partidos respectivos.

Na Checoslováquia a delegação encontrou-se com Vasil Bilac, membro da Presidência e do Secretariado do PCC e Michel Stefanak, membro do CC e responsável da Secção Internacional e realizou encontros de trabalho com Bouchal, membro do CC e chefe do Departamento de Organização de Massas, Oto Cmoliik, chefe do Departamento dos Meios de Comunicações de Massas e Josef Muller, vice-chefe do Departamento junto do CC.

Na RDA, a delegação encontrou-se com Herman Axen, membro do Bureau Político e do Secretariado do PSUA e Lehman, vice-chefe da Secção Internacional e realizou encontros de trabalho com Otto Reinhold, membro do CC e Reitor da Academia de Ciências Sociais, Klaus Gabler, membro do CC e Chefe do Departamento de Propaganda e Gerd Freidrich, vice-director do Instituto de Gestão Económica Socialista junto do CC do PSUA.

Na Bulgária, a delegação encontrou-se

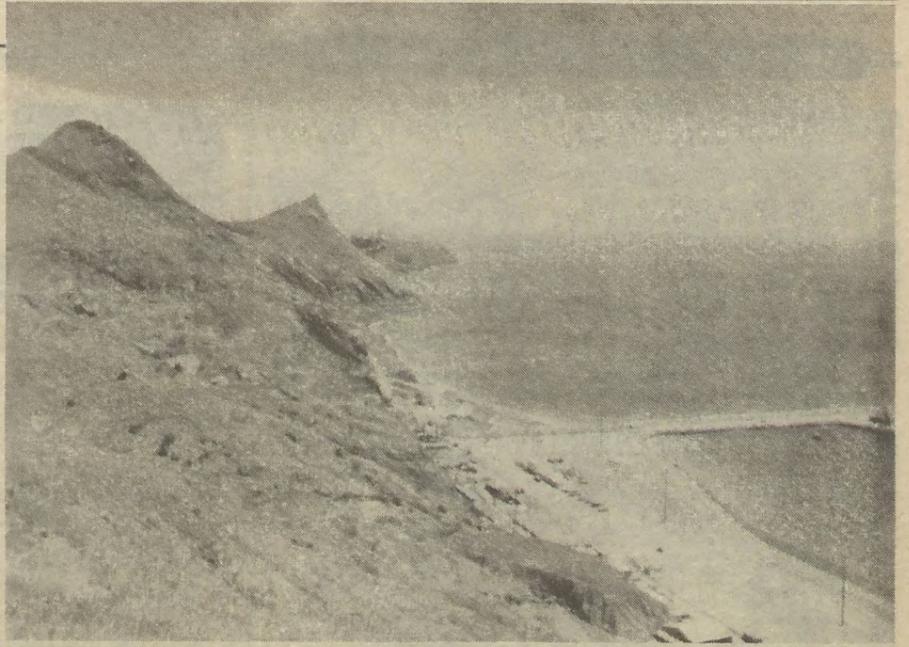
com Milko Balev, membro da Comissão Política e do Secretariado e Dmirar Stanichev, membro do Secretariado e teve encontros de trabalho com Konstadin Ivan, primeiro vice-director do Departamento de Política Económica e Científica e com responsáveis do Departamento de Política Ideológica junto do CC do PCB.

Na Hungria, a delegação encontrou-se com Janos Berecz, membro do Bureau Político e Secretário do CC do POSH, Gyorgy Fejti, Secretário do CC, Geza Kottai, membro do CC e Responsável da Secção Internacional e Imre Kovacs, Chefe da Secção da Política Económica junto do CC do POSH.

Na URSS, a delegação encontrou-se com Kornienko, membro do CC e vice-chefe da Secção Internacional, Vadim Ojin, vice-chefe da Secção de Economia, Igor Zaramensk, vice-chefe da Secção de Propaganda, Juravlov, vice-director do Instituto de Marxismo-Leninismo junto do CC do PCUS e Schvertz, da Secção de Organização. A delegação visitou ainda Leninegrado onde foi recebida no Comité Regional do PCUS de Leninegrado.

A delegação avistou-se ainda com membros de colectivos de empresas de cooperativas, de explorações agrícolas estatais e de organizações sociais dos diferentes países.

A visita de estudo permitiu aprofundar o conhecimento dos processos em curso nos países socialistas e confirmar a sua enorme importância e significado internacional, com particular relevo para o processo de reestruturação na URSS.



O Governo Regional contribui para o desprestígio da autonomia regional e das suas instituições

Madeira

«Sistemática política de desafio»

● PCP responde a Governo Regional

O Governo Regional da Madeira afirmou a sua disposição de não cumprir as decisões do Tribunal Constitucional e, numa atitude provocatória, desafiou este tribunal a declarar inconstitucional toda a produção legislativa regional.

O comunicado do Governo Regional do PSD onde esta provocação vem contida é uma resposta a uma nota à imprensa elaborada pela DORAM do PCP. Estas afirmações, afirma agora a DORAM, «não foram produzidas por acaso ou impensadamente. São a continuação de uma premeditada e sistemática prática de desafio à ordem constitucional e à soberania nacional.

«Como tal — continua a DORAM — devem ser encaradas e repudiadas pelos órgãos de soberania, pelas forças democráticas e pelos cidadãos em geral».

Os comunistas lembram que estas declarações são a continuação de uma linha política que «não beneficia, antes contribui para o desprestígio da autonomia regional e das suas instituições». Sublinhando ainda que «não há que estranhar que o Governo Regional do PSD assumia posturas de caloteiro»,

não pagando aos fornecedores, empreiteiros, comerciantes, expropriados e ainda a médicos e farmacêuticos.

«No fundo, as atitudes do Governo Regional do PSD são lógicas: quem não cumpre as leis gerais do País, porque é que há-de cumprir as obrigações para com os seus concidadãos?, e não há declaração mais ou menos calorosa de apego à autonomia que esconda este desprezo do Governo Regional por todas as leis que servem interesses mais gerais e diferentes do PSD».

Convém lembrar

Continuando a citar o comunicado da DORAM:

«Por outro lado, enquanto não cumpre leis que lhe são mais ou menos desafectas, o Governo Regional do PSD aplica zelosamente e com mão pesada todas as que lhe convém, tal é o caso dos impostos e taxas em que, cumprindo aplicadamente as determinações do Governo de Cavaco Silva, o Governo Regional tem feito tábua rasa das declarações demagógicas que em tempos fazia convidando os madeirenses a não pagar.»

«Vem aqui a propósito denunciar que o peso enorme dos impostos nos magros orçamentos familiares dos trabalhadores e de largas camadas da população madeirense é fruto da política fiscal que o PSD tem prosseguido.

«E vem a propósito lembrar que o Governo de Cavaco, pretende em breve piorar ainda mais esta situação, perante o silêncio cúmplice do Governo Regional do PSD.»

O PCP

«O PCP por seu lado, conclui a DORAM, apresentando firmemente as suas discordâncias com as políticas prosseguidas quando, no nosso entender prejudicam o nosso povo, como é o caso das políticas do Governo de Cavaco ou do Governo Regional do PSD, mantém a sua posição de princípios de cumprir integralmente a legalidade constitucional e a ordem jurídica em vigor e denuncia os que, como o Governo Regional do PSD Madeira só cumprem para receber os impostos mas não cumprem para pagar as dívidas nem obedecer aos tribunais.»

Camaradas Falecidos

Miguel Ferramacho

Com 79 anos, faleceu no passado sábado o militante comunista Miguel Jesus Ferramacho. Preso durante vários anos nas cadeias fascistas, o nosso camarada estava actualmente ligado à organização do Partido em Mosca.

O funeral realiza-se para Vila Real de Santo António.

José Joaquim Guerreiro

Na sequência de doença grave faleceu o camarada José Joaquim Guerreiro, operário metalúrgico, membro da célula da Torralta no Alvor.

José João Duarte

Faleceu no hospital de Portimão, vítima de doença

incurável o camarada José João Duarte que militava na célula dos bancários de Portimão. Este camarada fora recentemente eleito para o secretariado regional de Portimão do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

João Carvalho Borracha

Vítima de acidente de viação, faleceu o camarada João Carvalho Borracha, de 67 anos, membro da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal de Benavente e da direcção da Cooperativa de Consumo de Benavente.

João de Almeida Cavacas

Faleceu vítima de acidente de trabalho o camarada João de Almeida Cavacas, operá-

rio de Lanifícios na Fábrica Estevão Ubach de S. Paio concelho de Gouveia.

A morte do camarada deveu-se à explosão da caldeira com que trabalhava e para cuja falta de condições de segurança tinha, por diversas vezes alertado a entidade patronal.

O camarada João de Almeida Cavacas contava 60 anos de idade e era membro do partido desde 1976 pertencendo à organização de freguesia de S. Paio. Foi sempre candidato nas listas apoiadas pelo Partido.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

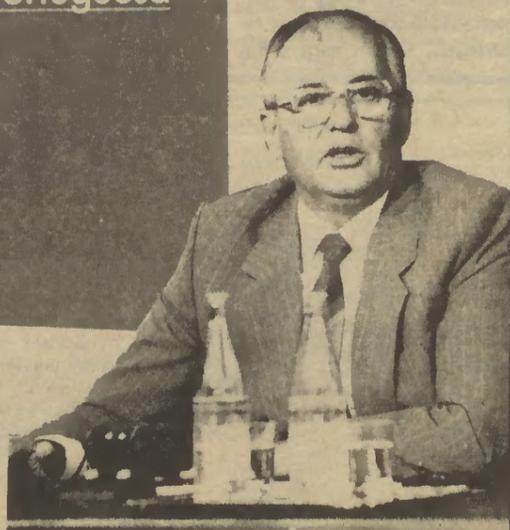
edições
Avante!

Colecção «Paz e Socialismo»

MIKHAÍL
GORBATCHOV

DISCURSOS
E ARTIGOS
ESCOLHIDOS

com um prefácio
para a edição portuguesa



PCP



Vitória da legalidade na cidade do Montijo

Montijo

Criação de nova freguesia

A comissão concelhia do Montijo emitiu um comunicado onde sublinha a necessidade de que «a prossecução do projecto para a criação da nova freguesia de Afonsoeiro,

remetido à Assembleia da República, venha a ter a brevidade possível que caracterizou o requerimento ao Governo já apresentado pela deputada comunista Apolónia Teixeira».

Em sequência, afirma a concelhia estar em condições de garantir que «a CDU concorrerá aos órgãos autárquicos do Montijo e do Afonsoeiro, assim que as populações sejam chamadas a próximos actos eleitorais».

Nesta reunião, a concelhia do Montijo saudou «o amplo consenso verificado tanto no repúdio do acidente aéreo recentemente ocorrido naquela cidade, sublinhando o significado da imediata e incondicional manifestação de solidariedade que a 17 de Junho o secretariado do Movimento Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN), reunido em Faro, assegurou à Câmara Municipal do Montijo e à população do município. Contraste elucidativo se comparado com a recusa com que os comunistas e a CDU viram votada a sua proposta de adesão ao ZLAN, dias antes, na Assembleia Municipal».

Eleita toma posse

O recente parecer do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa favorável ao recurso entroposto por uma activista da CDU e membro da Comissão Concelhia do Montijo do PCP logo que, no início de 1986, a coligação PS/PSD lhe vedou o lugar para o qual tinha sido eleita — vem confirmar que o PS/PSD se pautou antes de tudo pela preocupação fundamental de ferir preceitos e o consenso democrático, recorrendo ao arbítrio e à prepotência.

Para a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, reunida a 15 de Julho de 1988, o culminar deste processo demonstra quão não deve ser descurada a linha de defesa da democracia e das liberdades.

Assim sendo, a eleita da CDU apresentar-se-á para tomar posse na Assembleia Municipal do Montijo.

Concelhia da Marinha Grande

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP reuniu-se recentemente, em encontro alargado às comissões de freguesia da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, tendo sido analisada a campanha que tem vindo a ser movida contra o PCP em diversos órgãos de comunicação social e onde se concluiu que «a importância do papel dos comunistas torna-os, naturalmente, alvo preferencial da direita».

Nesta reunião, sublinhou-se «ser difícil de se com-

prender que militantes do Partido, em vez de expressarem as suas opiniões nos seus organismos e organizações, inserindo-se no trabalho colectivo, o façam em iniciativas tipicamente fracionárias».

Reafirmando que a democracia interna do PCP admite diferenças de opinião, divergências e críticas, a Concelhia da Marinha Grande salienta que, no entanto, os militantes do Partido não têm o direito de se constituírem em

grupo ou fracção, ou mesmo de actuarem de acordo com as suas propostas, desinserindo-se do trabalho colectivo.

A tónica do comunicado desta reunião é de confiança, concluindo-se que «é justo afirmar que o Partido no concelho trabalha e reforça-se na luta, desenvolve intensa actividade em diversas frentes com destaque para as lutas sociais, festas e iniciativas, preparando a Festa do «Avante!» e o XII Congresso».

Viseu

Encontro de quadros

O Encontro de Quadros da Organização Concelhia de Viseu, realizou-se no passado domingo, no salão da Assembleia Municipal desta cidade.

O Encontro teve como objectivos fazer o balanço da actividade da Comissão Concelhia cessante, a definição das tarefas futuras da nova Concelhia e, naturalmente, a eleição da nova Comissão Concelhia.

Na mesa do encontro estiveram alguns quadros da comissão concelhia cessante e os camaradas Fernando Rodrigues, membro suplente do Comité Central e responsável pela Organização Concelhia de Viseu, e Carlos Fraião, também membro suplente do Comité Central, e responsável pela Organi-

ção Distrital de Viseu.

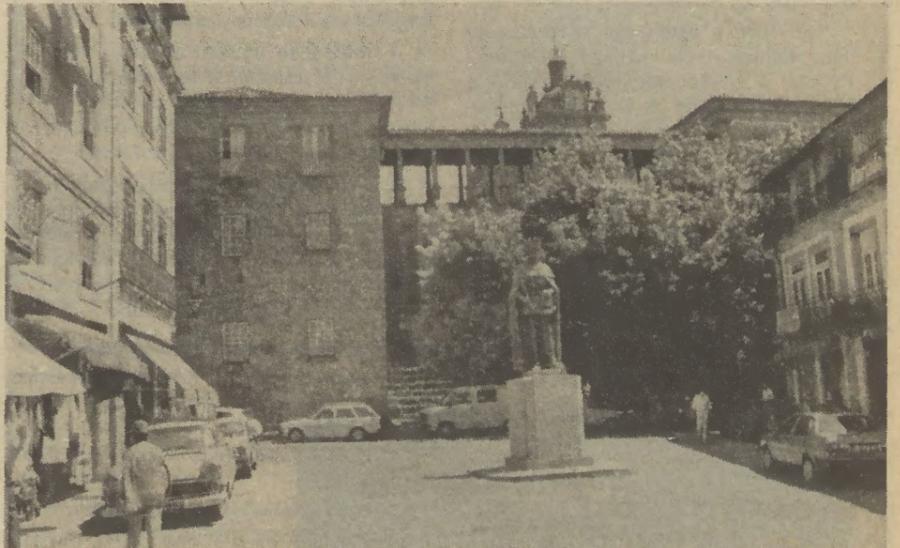
Após uma intervenção inicial do camarada Fernando Rodrigues, que relatou a actividade da Comissão Concelhia cessante e expôs as grandes direcções de trabalho propostas para o futuro, verificou-se um vivo e participado debate quer sobre as insuficiências que se constataram existir no trabalho, quer sobre o balanço inegavelmente positivo existente em vários sectores da actividade do Partido, bem como sobre as formas de melhorar o trabalho e de consolidar alguns avanços.

Particularmente importantes, entre outras, foram as conclusões retiradas sobre a necessidade de conferir uma maior estabilidade e regularidades à vida do colectivo de

direcção que é a Comissão Concelhia e de, no futuro, serem melhor articuladas essas características com uma maior definição e concretização individual de responsabilidades dos seus membros.

Eleita por maioria, com duas abstenções, a Comissão Concelhia de Viseu passou a contar com 12 membros, com uma média de idades de 39 anos e em que a percentagem de mulheres, de operários e de intelectuais é idêntica: 38,4 por cento.

Encerrou o encontro o camarada Carlos Fraião que, referindo-se a muitas questões levantadas pelos presentes durante o debate e à situação política nacional, deu também uma informação sobre o trabalho preparatório do XII Congresso.



Viseu tem nova Comissão Concelhia

Santarém

Contra fecho dos correios

A Direcção da Região Centro dos Correios em consonância com as posições do Governo do PSD/Cavaco Silva, tenta fechar postos dos correios de comprovada utilidade pública em várias localidades do distrito de Santarém.

Assim, em Vila Moreira, Vila do Paço e Lamarosa medidas no sentido de fechar particularmente os postos das localidades referidas estão a ser postas em prática.

Justamente as populações destas localidades, levantaram-se contra estas arbitrariedades lesivas dos seus interesses, saíram para a rua

e ocuparam os postos dos correios (particularmente nos casos de Vila do Paço e Lamarosa).

A GNR foi chamada, não para defender as populações, mas para as intimidar e tentar fazer cumprir medidas arbitrárias e ilegítimas da administração dos correios.

Está à vista o motivo porque querem fechar os postos de correios. O Governo na sua desmedida ânsia de favorecer o sector privado não olha a meios para o conseguir. Fecha linhas e estações na CP, corta circuitos de carreiras da RN e agora aparecem a fechar postos de correios para poder à vontade privatizar os sectores rentá-

veis dos CTT, no caso concreto as telecomunicações.

Estas manobras mais não visam que o desmembramento de empresas públicas, cujos serviços são imprescindíveis às populações, como são os CTT, para, separando os correios das telecomunicações, entregar estas, que são parte rentável ao sector privado.

A DORSA do PCP apoia a justa luta das populações de Vila Moreira, Vila do Paço e Lamarosa na defesa de um benefício público a que têm direito e alerta a população do distrito, pois certamente que não ficará por aqui o encerramento dos postos dos correios.

A TELEVISÃO NO OCIDENTE

N. S. Biriukov

Falar de televisão exige, nos dias que vivemos, um conhecimento razoável de alguns aspectos da revolução técnico-científica e uma reflexão profunda acerca dos enormes desequilíbrios que caracterizam a ordem internacional prevalente na informação, no sentido mais lato do conceito.

N. S. Biriukov
A Televisão no Ocidente e as Suas Doutrinas



Nada disso poderá, entretanto, fazer sentido sem que primeiro se analisem a génese e a evolução das organizações que moldaram a actividade televisiva, tal como hoje a conhecemos, e as circunstâncias históricas em que o fizeram

A *Televisão no Ocidente e as Suas Doutrinas* surge, nessa perspectiva, como utilíssima obra de consulta, independentemente do quadro ideológico em que se inclua quem a ela recorra.

61.07 / 240 pp. / 650\$00

E. D. Vikhovtchenko
Novas Formas de Exploração Capitalista



AS NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

E. D. Vikhovtchenko

Nesta obra analisam-se as teorias burguesas que fundamentam ideologicamente a reorganização do trabalho na actual etapa, e critica-se a sua orientação ideológica. Mostram-se a forma e os métodos de reestruturação dos processos de trabalho nos grandes monopólios, a sua amplitude e os seus resultados tanto para o capital como para a classe operária.

61.80/ 304 pp. / 650\$00

PCP

Carta reivindicativa do concelho de Almada

A necessidade de resolução das principais carências sentidas pela população de Almada está no centro dos objectivos da «carta reivindicativa» dirigida ao Poder Central, documento aprovado na 5.ª Assembleia da organização concelhia de Almada do PCP (Março de 1988) e que, em forma de desdobrável colorido, continua a ser amplamente divulgado por todo o concelho.

Os objectivos concretos que se apontam na Carta são antecedidos duma breve

nota onde se constata «o arastar de soluções e o não cumprimento de inúmeras promessas» e fenómenos e problemas como o aumento do desemprego, o encerramento de empresas, a burocracia e a acção centralizadora dos governos, o corte de verbas para o Poder Local democrático, o protelamento da regionalização, etc.

Os comunistas de Almada consideram, entretanto, que compete ao Poder Central, entidades e empresas públicas a realização integrada de

projectos e acções com vista à resolução das carências do concelho, do seu desenvolvimento e bem-estar. E que são grandes as potencialidades e capacidades do laborioso concelho de Almada, confirmadas pelas múltiplas actividades instaladas e propostas dos trabalhadores e autarquias consignadas em vários documentos.

Partindo destas ideias-base, a Carta reivindica em seguida questões muito objectivas no âmbito do Poder

Local e regionalização, ensino, saúde, rede viária estruturante do concelho, transportes públicos (RN), planos e projectos para o desenvolvimento da Costa da Caparica, património cultural e histórico, zona ribeirinha, tratamento de águas residuais (ETARs), infância e terceira idade, bombeiros, forças de segurança pública (PSP e GNR), rede bancária, repartição de finanças, CTT, associativismo, desporto e cultura, juventude, pescas e indústria.



Comunistas do distrito de Setúbal pugnam pelo desenvolvimento da região

Setúbal: reunião da DORS

Estudar os melhores métodos de trabalho

Mantém-se em situação difícil diversas empresas do distrito, onde se faz sentir a constante ameaça de desemprego (estão nesta situação milhares de trabalhadores na Quimigal, Setenave e Siderurgia) — refere uma breve nota divulgada pela Direcção Regional

de Setúbal (DORS) do PCP, que esteve recentemente reunida no Centro de Trabalho do Barreiro para «análise da situação política e preparação do XII Congresso».

«Cada organização», propõe a DORS, «deverá estudar os melhores métodos para que a intervenção co-

lectiva se concretize em todas as suas frentes no que respeita à preparação do XII Congresso». Recorde-se que, além naturalmente das tarefas e responsabilidades derivadas da situação política e social, os comunistas da Organização Regional de Setúbal estão firmemente

empenhados na preparação da Festa do «Avante!», na construção do novo Centro de Trabalho da DORS (cuja segunda fase de obras já se iniciou) e respectiva campanha de fundos, que, como temos informado, decorre em todos os concelhos do distrito setubalense.

Comité Local de Viseu contra actuação da CP

O comité local de Viseu do PCP tomou posição pública contra os novos ataques do Conselho de Gerência da CP às linhas do Dão e do Vale do Vouga.

A saída de mais um comunicado à imprensa sobre este tema surge depois de ter sido retirada à estação da

CP de Viseu a autorização de transporte de mercadorias por automotora. O conselho de gerência da CP entendeu que o despacho de mercadorias deve passar a ser feito por autocarro.

Com esta medida, verificam-se atrasos no despacho, a que se veio juntar a altera-

ção dos horários, de modo que as mercadorias não podem ser enviadas a partir das 20 horas, uma situação que se verifica numa capital de distrito.

Diz o comité local de Viseu do PCP que esta medida é extremamente gravosa e lesiva dos interesses das po-

pulações de Viseu, daí que reclame junto do conselho de gerência da CP contra este estado de coisas, reafirmando a sua oposição ao encerramento das linhas do Dão e do Vale do Vouga.

Como alternativa, sugerem os comunistas a sua recuperação e aproveitamento.

Delegação do PCP visita a Vidigueira

Uma delegação do PCP visitou recentemente o concelho da Vidigueira, onde contactou com a realidade concelhia, nomeadamente com o trabalho executado pela Câmara Municipal local.

Durante a visita, pôde a delegação constatar os esforços da edilidade para dar

uma melhor qualidade de vida aos cerca de 7500 munícipes, nomeadamente pugnando pela inexistência de discrepâncias entre as suas seis freguesias.

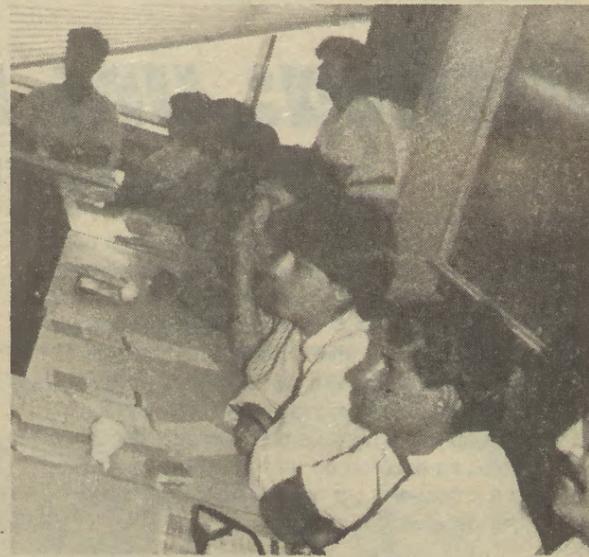
Uma actuação a contrastar com a do poder central para a zona. Alguns exemplos conhecidos durante a vi-

sita, o atraso no pagamento do azeite (que se eleva a um ano), ou a falta de pessoas e as deficiências de instalação dos centros de saúde.

A delegação do PCP que visitou o concelho alentejano da Vidigueira foi composta por António Murteira, mem-

bro do Comité Central, pelos deputados Manuel Filipe e Lourdes Hespanhol, pelo presidente da Câmara local, Carlos Góis, pelo vereador António Teles, por Rosa Mestre, da Comissão Concelhia da Vidigueira do PCP e ainda pela arqueóloga Maria Luísa.

Juventude



Évora

Assembleia-debate da JCP para garantir o futuro

Cerca de 200 jovens participaram no passado dia 10 de Julho, em Montemor-o-Novo, na Assembleia de Debate da Juventude Comunista Portuguesa do distrito de Évora, sob o lema «desenvolver o Alentejo, garantir o futuro».

O regime democrático de Abril e as conquistas da Juventude, o desenvolvimento económico e social, o desenvolvimento cultural no distrito de Évora, foram os temas que deram corpo às três secções em que se repartiram os trabalhos. A questões surgidas de uma viva discussão, como, «que futuro para o Alentejo e para os jovens no Alentejo», «que garantias de ensino, de emprego e de habitação», responderam os jovens participantes com a firme vontade de permanecer e contribuir para o desenvolvimento desta região, lutando pelo regime democrático e pelo desenvolvimento económico e social do Alentejo através de medidas que respeitem as aspirações das suas gentes. «Queremos viver no Alentejo. Acreditamos nas suas potencialidades. Só lutando garantiremos o futuro!», frase constante de um documento alusivo a esta realização, encontrou a sua tradução na generalidade das intervenções dos participantes.

Nesta iniciativa, que elegeu uma comissão coordenadora da JCP para o distrito de Évora, participaram, entre outros convidados, os camaradas Bernardina Sebastião, da Comissão Política do CC do PCP e Carlos Rabaçal do Secretariado da DN da JCP.



Juventude pela Paz

No próximo dia 6 de Agosto, por iniciativa dos jovens comunistas, a Paz vai à praia. Trata-se de uma acção onde o esclarecimento, o convívio e o espectáculo aparecerão interligados e que decorrerá nas praias de Carcavelos, Parede, Estoril e Cascais.

O grande objectivo desta iniciativa, que culminará à noite com um espectáculo no jardim Visconde da luz em

Cascais, é a sensibilização dos jovens e dos menos jovens para as questões do trânsito e estacionamento de armas nucleares no nosso país.

Mais pormenores sobre a acção serão conhecidos esta segunda-feira, no decorrer de uma conferência de imprensa que se realiza na sede da Juventude Comunista Portuguesa pelas 10 da manhã.

Assembleia da República

Justiça: um lastimável balanço

A organização em Outubro próximo sob a égide da Comissão de Assuntos Constitucionais de uma Conferência Nacional sobre a situação da Justiça com a participação de entidades públicas e privadas ligadas ao sector constituiu o objecto de uma proposta do Grupo Parlamentar do PCP recentemente apresentada na referida Comissão. Tornada pública há cerca de duas semanas, na sequência das Terceiras Jornadas do Grupo Parlamentar comunista, esta proposta foi entretanto confirmada faz hoje oito dias pela deputada Odete Santos no decorrer de uma intervenção destinada a proceder a um breve balanço da acção governativa na área da Justiça.

Um balanço pouco animador, «lastimável» mesmo, segundo as palavras da oradora, que acabaria por resumir a opinião da sua bancada sobre esta matéria afirmando que a Justiça é cada vez mais uma «Justiça que crucifica tudo e todos».

Na origem desta afirmação, responsável pela crescente agudização dos problemas e pelo distanciamento da Justiça em relação aos cidadãos, está de acordo com as palavras de Odete Santos a «concepção puramente economicista da Justiça» defendida pelo Governo, concepção esta que, disse ainda com alguma ironia, encara a Justiça como uma coisa «para rentabilizar em termos

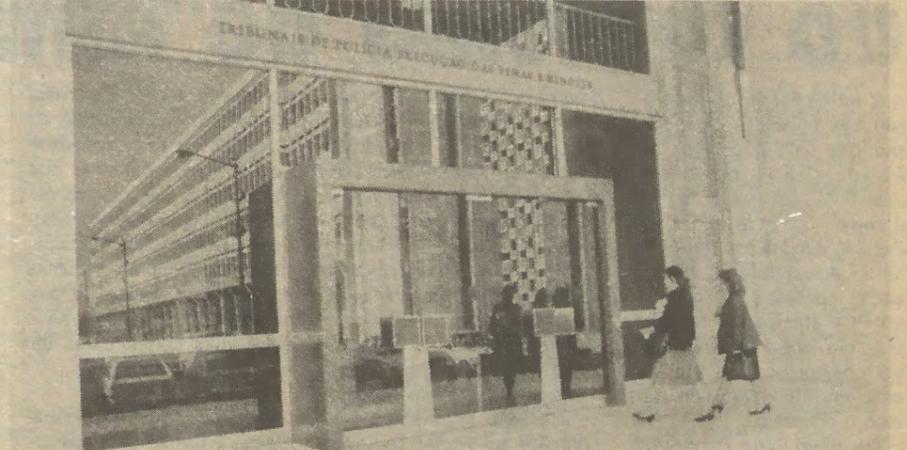
económicos, parecendo mesmo que o Governo para compensar as privatizações de empresas públicas rentáveis, pretende tornar os Tribunais Judiciais em empresas públicas rentáveis».

A afirmação é pertinente como de resto o comprovam os aumentos brutais dos preparos e das custas judiciais, cujo primeiro efeito reflexo se situou na já esperada redução do volume processual, como aconteceu no 1.º semestre do corrente ano, e num acréscimo de receitas nos Tribunais obtidas «à custa de uma triste sementeira de injustiças — as palavras são da deputada comunista — que privou muitos cidadãos do acesso aos tribunais».

Só que deste aumento das receitas não resultou, como acentuou Odete Santos, nem o investimento em meios humanos e técnicos «minimamente necessários para melhorar a prestação de serviços aos utentes», nem qualquer melhoria para os funcionários e magistrados cujas reivindicações «continuam sem resposta».

Detendo-se ainda sobre a limitação do volume processual e, por conseguinte, de direito de acesso à Justiça e aos tribunais, assinalou aquela jurista do PCP como causas para esse facto o aumento brutal das alçadas, e, por outro lado, o próprio «sistema de organização judiciária» decorrente da Lei Orgânica dos Tribunais e do seu Regulamento.

A este propósito, observou, as deslocações à sede dos Tribunais Judiciais por parte dos utentes e das suas testemunhas cifram-se num «desencorajamento à solução judicial», lembrando ainda que o Regulamento da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais não podia obter como efeito «endireitar a sombra da vara torta», isto é, o Regulamento não podia colmatar o erro das soluções constantes da Lei Orgânica.



Contestada pelos profissionais ligados ao sector e pelos utentes dos serviços que clamam contra as desigualdades, a Justiça é cada vez mais, como assinalou a deputada Odete Santos, uma «Justiça que crucifica tudo e todos»

«Que dizer de um diploma que face a indefinições já está na origem de declarados conflitos de competência se não de processos disciplinares?», interrogaria Odete Santos.

«Que dizer de um Regulamento que com base em obscuros critérios (que não afastam a suspeita de clientelismo político nalguns casos) não cria determinados círculos judiciais e extingue outros como o de Almada e Vila Nova de Gaia».

«Que dizer deste Regula-

mento que obriga populações com difíceis meios de transporte a deslocar-se a uma sede de Tribunal de Círculo? De um Regulamento que mostra ter já na sua génese uma reforma desconhecida do Código do Processo Civil?»

Depois de referir que com a aplicação do referido Regulamento 37 tribunais de Instrução Criminal irão ser extintos, «desta forma se associando ao Código do Processo Penal na policiação da instrução criminal, com graves restrições aos direi-

tos, liberdades e garantias dos cidadãos» e de chamar a atenção para a justeza das preocupações manifestadas pela bancada comunista por ocasião da entrada em vigor do Código do Processo Penal, Odete Santos salientou que «ninguém se sente beneficiado com este Código». E concluiu: «Queixam-se os arguidos, as vítimas de crimes mais desprotegidas agora na concretização do seu direito à indemnização, os magistrados, os trabalhadores judiciais. Queixa-se a Justiça».

PCP advoga transparência na dignificação do estatuto da carreira diplomática

A concessão de uma autorização legislativa ao Governo no sentido de legislar em matéria de regime e estrutura da carreira diplomática constitui uma das iniciativas que preencheu em boa parte uma das três sessões plenárias realizadas na última semana.

Para o Governo, segundo reza a exposição de motivos da proposta de lei, trata-se de «esclarecer e definir o regime e estrutura desta carreira no actual quadro normativo das carreiras da Administração Pública», medida esta que para lá do seu carácter urgente se enquadra ainda naquilo que o ministro definiu como a «necessidade de valorização dos recursos humanos

do Ministério dos Negócios Estrangeiros» terdente à «cabal execução da política externa portuguesa». Sem questionar de nenhum modo a necessidade de serem adoptadas medidas que visem a «dignificação da diplomacia portuguesa» ou que reforcem a «sua capacidade de intervenção na esfera internacional», o Grupo Parlamentar comunista pela voz do seu deputado Jorge Lemos defendeu relativamente a esta matéria que tal dignificação deve no entanto ser produzida «com plena transparência» e com o «exacto conhecimento» das soluções preconizadas.

Ora sucede que nem um aspecto nem outro foram adoptados pelo Executivo, preferindo este manter um «tom secretista» em todo o processo, no que é considerado pela bancada do PCP como uma postura que «não joga muito a favor da trans-

parência e da clarificação de uma matéria sobre a qual não deveriam restar quaisquer dúvidas».

Mas para os parlamentares comunistas a questão reside ainda no facto de se estar perante um pedido de autorização legislativa completamente em branco, circunstância essa que exige que em sede parlamentar, conforme assinalou Jorge Lemos, se encontrem as formulações na especialidade que permitam dar conteúdo a essa autorização legislativa, «ultrapassando o vício congénito de inconstitucionalidade decorrente precisamente do facto de na proposta de lei não estar definido o sentido».

Num convite à reflexão da câmara, o deputado comunista lançou ainda a questão de se saber se «há ou se não há uma diferenciação entre o que se refere à evolução na carreira diplomática e o que respeita à colocação de agentes diplomáticos, de embaixadores» sendo que esta poderá corresponder, sim, como é dito no texto da proposta, a exactas necessidades de execução da política externa do Governo.

Explicitando a posição da sua bancada a este respeito, lembrou Jorge Lemos que o regime de promoções não pode «estar sujeito a enquadrar-se na execução do programa do Governo — isso seria governamentalizar a carreira diplomática», garantiu —, sublinhando simultaneamente que um dos perigos que se corre com este pedido de autorização legislativa é precisamente o de que haja a possibilidade de «faci-

litar a promoção de determinados funcionários a embaixador que de outra maneira não o seriam».

Nacionalidade portuguesa

Alvo da atenção dos deputados na mesma sessão plenária foi também a proposta de lei governamental que prevê a revogação do decreto-lei relativo à conservação da nacionalidade portuguesa por cidadãos domiciliados nos novos países africanos de expressão portuguesa.

Para o Governo, passados que são dez anos sobre a publicação do referido decreto, deixaram de ter «efeito útil» a grande maioria das suas disposições, pelo que as formas de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa passam a ser as gerais.

Recorde-se que de acordo com o articulado do referido diploma a concessão da nacionalidade ou a sua conservação dependia de uma declaração de vontade expressa por quem desejasse beneficiar desse regime excepcional ou de um decisão do Governo.

No decorrer do debate seria no entanto em torno do problema de Timor que os deputados intervenientes centrariam a sua atenção considerando Almeida Santos (PS) a este respeito que a revogação terá no plano político o efeito do «corte cerce de uma importante

raiz», enquanto que Mário Raposo (PSD) garantia estar a questão acautelada e que quando o território do povo maubere estiver liberto da ocupação a «opção pela cidadania portuguesa virá a ser facultada».

Pese embora esta afirmação do deputado da maioria, corroborada aliás pelo Secretário de Estado presente, para a bancada comunista esta questão continua todavia a não se apresentar suficientemente clara, lembrando José Manuel Mendes a propósito que tal como a proposta surge formulada existindo «abertas indevidas portas para discriminações que não seriam nunca toleráveis».

Referia-se o deputado comunista à circunstância de se não «acautelarem expectativas fundadas de portugueses de Macau e Timor» facto que a seu ver exige que com a revogação do referido Decreto «não resultem defraudados aqueles que, legitimamente, esperam do Estado português, em circunstâncias idênticas às que ocorreram aquando do acesso à independência de ex-colónias, como Angola ou Moçambique, uma mesma atitude equilibrada, adequada e digna».

Mais benefícios para o capital

Na sessão Plenária realizada faz amanhã oito dias os deputados aprovaram entretanto por unanimidade uma proposta de lei que autoriza

o Governo a alterar a redacção de um artigo do Código de Processo das Contribuições e impostos, tendo igualmente acolhido o voto unânime da Câmara a Conta de gerência da Assembleia da República relativa ao ano de 1987.

Debatida foi também uma outra proposta governamental que isenta do imposto de mais-valia o aumento de capital das sociedades anónimas. Sobre esta matéria dirigindo-se ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o deputado comunista Octávio Teixeira indagaria qual o artigo do Orçamento do Estado para 1987 que permitia a isenção do imposto de

Mais-Valias por aumento de capital, manifestando curiosidade em saber também por que é que o Governo não apresentou a proposta de lei atempadamente, em sede de Orçamento para 1988, já que, disse, a necessidade é acrescida para este ano.

Quis ainda saber Octávio Teixeira, sem que tenha obtido a desejada resposta, como é que o Governo concilia esta proposta de lei com aquilo que é a doutrina dominante, ou seja, que a lei fiscal não deve ter efeitos retroactivos interrogando por último como é que o Executivo compatibiliza esta proposta de lei com a Lei das Finanças Locais.

Gabinete do Eleitor em Setúbal

Os cidadãos residentes no distrito de Setúbal contam desde o início da passada semana com um **Gabinete do Eleitor** através do qual poderão colocar directamente aos deputados do PCP eleitos por aquele círculo todas as questões que desejam, quer no respeitante a esclarecimentos e informações quer na apresentação de problemas ou propostas.

Inserindo-se numa prática de contacto regular com as populações, a abertura deste Gabinete do Eleitor pretende estreitar ainda mais essa aproximação por forma a melhor conhecer os problemas e anseios dos trabalhadores, da população e dos agentes socioeconómicos e, deste modo, melhor os defender na Assembleia da República.

Situado na Av. 5 de Outubro, n.º 47, 5.º Dt.º — 2900 Setúbal, o Gabinete do Eleitor manterá sempre à disposição dos interessados um deputado do PCP eleito por aquele círculo que prestará todos os esclarecimentos às segundas-feiras, entre as 17.30 e as 20.30 horas (excepto nos meses de Agosto e Setembro), podendo ainda ser estabelecido contacto por via telefónica através do número 261123 ou 26529 (rede de Setúbal).

Assembleia da República

Hoje, perante o repúdio geral

Maioria aprova leis inconstitucionais

Com uma agenda inteiramente preenchida com declarações políticas e com a votação de uma catadupa de leis que previsivelmente entrará pela noite dentro, o Plenário deverá encerrar hoje os seus trabalhos deste primeiro ano da V Legislatura. Um ano de sessão legislativa indelevelmente marcado pelo plano do Governo de Cavaco Silva de controlo e monopartidarização do funcionamento e gestão da Assembleia da República, pelo incumprimento da generalidade das promessas eleitorais e ainda pela estratégia cavaquista de antecipação inconstitucional da revisão constitucional, impondo para o efeito num quadro de afrontamento com outros órgãos de soberania — um conjunto de «pacotes» legislativos obtidos por maioria simples mas que em sede de revisão só poderiam passar por maioria de dois terços.

Severamente condenada pela generalidade dos partidos da oposição — e designadamente pelo Grupo Parlamentar do PCP que ao longo deste ano, em circunstâncias de trabalho adversas, desenvolveu um vigoroso trabalho de denúncia das acções mais nefastas do Governo, e da maioria, em simultâneo com a apresentação de propostas alternativas — esta estratégia do Executivo irá pois conhecer, durante o dia de hoje, uma nova etapa com a mais que previsível aprovação de alguns desses pacotes.

As Leis de delimitação dos Sectores, a Reforma Agrária, o arrendamento florestal, a lei dos despedimentos e a reforma fiscal surgem neste contexto como os diplomas

mais gravemente lesivos do interesse nacional, susceptíveis de introduzir profundas e graves alterações institucionais e estruturais contrárias à Constituição, numa clara subversão do regime democrático.

A este propósito, ainda bem recentemente o líder parlamentar do PCP Carlos Brito, referindo-se à tentativa de destruição ou de mutilação do Sector Empresarial do Estado, lembrava que em quaisquer circunstância tal acção representa «um enorme atentado contra o interesse nacional», não podendo deixar de ser encarada como «uma operação verdadeiramente criminosa contra os interesses do País».

Ora é exactamente no sentido desta transferência

para grandes grupos económicos privados nacionais e estrangeiros de meios de produção e riquezas do País, reduzindo simultaneamente os direitos dos trabalhadores e reforçando os meios de controlo e manipulação da opinião pública, que o Governo e a maioria se aprestam a dar um novo e decisivo passo, contando para o efeito com a colaboração de uma maioria que nunca se fortou ao longo desta sessão legislativa — de forma acrílica e diligente — a servir fielmente a estratégia governamental.

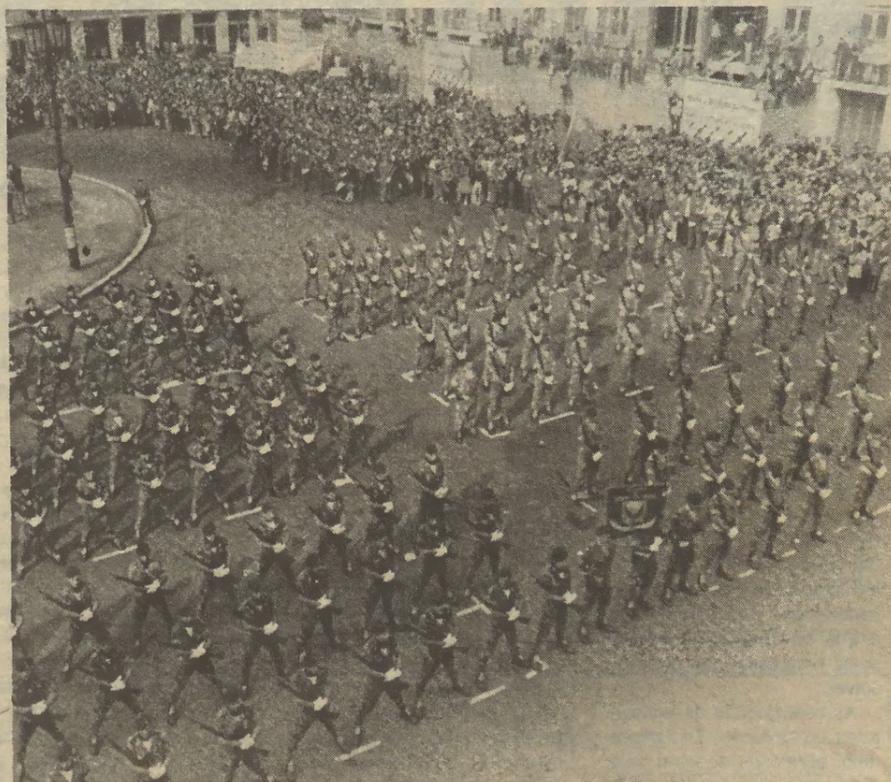
Sem referência não podem ainda passar as formas de pressão e intimidação que o Governo vem multiplicando sobre outros órgãos de soberania visando constringer e condicionar a sua actuação, aspecto que constitui um dos traços mais marcantes do presente momento político, como sublinhou no início do mês corrente o Grupo Parlamentar do PCP na sequência das suas terceiras jornadas Parlamentares.

Por contraste com esta acção destruidora do Governo e da sua maioria, especial registo neste final de sessão legislativa merece, por outro lado, a actividade responsável do Grupo Parlamentar comunista que, dando voz às aspirações e reclamações mais sentidas do povo português, num prática mantida ao longo de todo o ano, entregou na Mesa da Assem-

bleia mais quatro projecto de lei versando as mais variadas matérias, apresentando

ao mesmo tempo diversas outras propostas tendo em vista contribuir para a solu-

ção dos problemas que afectam os trabalhadores e o País.



Manter sistemas anquilosados de prestação do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e tratar os jovens sem respeito pela sua dignidade apenas serve para alimentar campanhas contra o SMO e para afastar os jovens do seu cumprimento

Serviço Militar Obrigatório Projecto do PCP reforça direitos e garantias dos jovens

A consagração explícita dos direitos materiais (alojamento, fardamento, alimentação, etc.), a elevação do valor do pré, o direito a transporte gratuito, o reforço dos mecanismos de garantia do direito à saúde e a possibilidade de opção da idade de incorporação, constituem algumas das medidas mais inovadoras contidas no projecto de lei do PCP destinado a reforçar os direitos e garantias dos jovens em prestação do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Entrado muito recentemente na Mesa da Assembleia e dado a conhecer aos órgãos de comunicação social terça-feira última, o projecto de lei prevê ainda no seu articulado o alargamento do direito à informação; a melhoria do sistema de equivalências profissionais em relação aos cursos, especialidades e cadeiras ministradas pelas Forças Armadas; a instituição de um sistema de colaboração e participação; a definição de um mecanismo que garanta transparência do sistema de instrução; e garantias de recurso quanto à decisão sobre o requerimento para reconhecimento da situação de amparo à família.

Para os jovens deputados comunistas, todas estas novas normas consagradas na iniciativa legislativa, de que são autores, vêm enriquecer a nova Lei do Serviço Militar aprovado o ano passado, diploma que pese embora os progressos introduzidos relativamente ao anterior, ainda assim, na opinião de Rogério Moreira e Álvaro Amaro, ficou «muito aquém do que seria desejável e possível no que respeita à consagração de direitos e

garantias dos jovens em prestação do Serviço Militar Obrigatório.

Ora foi justamente para colmatar a ausência de normas relativas à consagração desses direitos que os jovens deputados do PCP meteram ombros à elaboração deste projecto de lei partindo ainda do claro pressuposto de que, tal como a Constituição determina, a base organizativa das Forças Armadas deve assentar no Serviço Militar Obrigatório, sendo de repudiar quaisquer modelos que assentem na sua profissionalização.

Nesse sentido, e para dar prossecução a um tal objectivo, entendem igualmente ser fundamental o prestígio do Serviço Militar Obrigatório, o que, segundo afirmam, na sociedade democrática em que vivemos, «só será possível se desde logo e em primeiro lugar o Estado manifestar expressamente o seu respeito para com os jovens que cumprem o seu dever de defesa da Pátria.»

Partem ainda os jovens comunistas da suposição de que manter «sistemas anquilosados» de prestação do SMO ou tratar os jovens sem respeitar a sua dignidade,

«marginalizá-los do conteúdo das actividades que desenvolvem», e bem assim envolver o SMO numa «cortina de segredos e praxes incomprensíveis», tudo isto, asseveraram, apenas servirá «para alimentar campanhas contra o SMO e para afastar os jovens do seu cumprimento».

Neste quadro, como refere o preâmbulo do projecto de lei, importa assim valorizar as normas propostas relativas à transparência do sistema de instrução e à instituição de um sistema de colaboração e participação.

Trata-se no fundo, com pleno sentido da responsabilidade, de encontrar as respostas para as «novas situações» e para os «novos desafios». É que, como afirmam os jovens parlamentares comunistas, há muito que os jovens «rejeitam ser tratados como alheios às situações que têm de enfrentar», importando por isso que todos compreendam que os jovens «queiram saber, queiram participar, queiram responsabilizar-se».

Com o sistema de colaboração e participação contemplado na sua iniciativa legislativa é pois convicção dos jovens deputados do PCP que no futuro ganharão as Forças Armadas e ganharão os jovens, até porque, garantem, será «melhor organização a ocupação de tempos livres, será valorizado o sentido de responsabilidade dos jovens, será combatido o ócio, tantas vezes ligado a comportamentos desviantes».

Jovens deputados do PCP prestam contas

Acção muito positiva sem paralelo nos outros grupos

A criação de um Gabinete de Atendimento de Deputados no Grupo Parlamentar do PCP com vista a estreitar a relação entre os jovens deputados e os jovens eleitores por forma a um melhor conhecimento dos problemas juvenis e a apresentação em breve na Mesa da Assembleia de dois projectos de lei na área da juventude, um, prevendo a criação de um sistema de bolsas incentivo para jovens artistas, outro, apontando para o desenvolvimento da Lei das Associações de Estudantes, constituem algumas das iniciativas a que os jovens deputados do PCP deram forma nesta ponta final do primeiro ano da presente legislatura.

Em vésperas de férias parlamentares, o anúncio destas iniciativas foi efectuada de terça-feira em conferência de imprensa concedida num cenário diferente do habitual — um sugestivo terraço virado para o jardim interior do Palácio de S. Bento —, no decorrer da qual os deputados Rogério Moreira e Álvaro Amaro, que estavam acompanhados por António Filipe, da direcção da JCP, deram simultaneamente a conhecer um breve balanço da sua actividade.

Tratou-se sobretudo, como eles próprios afirmaram, de um «prestar de contas» relativamente a um trabalho que, também o disseram, sempre foi pautado pela preocupa-

ção de levar à Assembleia os problemas e aspirações dos jovens portugueses.

Em sua opinião, não restam dúvidas quanto ao carácter amplamente positivo da sua acção, tendo feito questão de sublinhar para os jornalistas presentes o facto de ter sido o Grupo Parlamentar comunista aquele que mais projectos apresentou na Assembleia da República em áreas de interesse juvenil tão relevantes como o associativismo juvenil, a formação profissional, o estágio de jovens advogados, o combate ao insucesso escolar e o apoio social aos estudantes, sem esquecer ainda a actividade desenvolvida no plano da fiscalização do Governo e da administração.

Lamentavelmente, como foi referido, a tradução deste esforço pouco foi correspondida na aprovação de leis, facto que todavia os jovens deputados comunistas consideram não ser de estranhar se se atender ao comportamento da maioria, a quem por outro lado acusam de não ter apresentado durante esta sessão um único projecto em matéria juvenil.

O mesmo sucedeu aliás com os jovens deputados socialistas cuja iniciativa legislativa, segundo garantiram, foi igual a zero, circunstância que do ponto de vista dos parlamentares do PCP torna impensável uma mudança na linha de rumo da Assembleia na próxima sessão legislativa, concedendo nomeadamente maior importância ao tratamento da problemática juvenil.

Os jovens deputados do PCP chamaram ainda a atenção para a indispensabilidade da existência e funcionamento no quadro parlamentar de uma Comissão de Juventude, salientando a este propósito as suas enormes potencialidades, como ficou provado este ano na preparação do Orçamento em áreas de particular relevância para a juventude.

Nacional

Quem se lembra da catástrofe agrícola?

Com o granizo que, em 15 minutos, devastou esta semana o resto da agricultura do Nordeste Transmontano que havia sobrevivido aos temporais de Junho/Julho, a Natureza parece que pretendeu mostrar ser ela a única que ainda se «lembrava» dos agricultores portugueses, já que, escassas semanas após a catástrofe que se abateu sobre quase toda a produção agrícola de Portugal continental, a generalidade do Poder e a própria Comunicação Social encaminhavam o assunto para mais um túnel de silêncio onde, geralmente, se perdem os grandes problemas nacionais.

Na verdade o granizo que agora se abateu sobre o Nordeste Transmontano teve um único mérito, se assim se lhe pode chamar — o de lembrar que houve temporais e que há uma crise agrícola deles resultante, que urge resolver.

As associações de agricultores do Nordeste Transmontano, agredidos de novo pela catástrofe, já recordaram a única medida que minorará os prejuízos e é, há semanas, clamada pela generalidade dos seus pares: a atribuição a fundo perdido, equitativa e sem discriminação, de subsídios a todos os agricultores vítimas do mau tempo. Só que, como se sabe, a posição do Governo de Cavaco Silva nesta matéria continua a ser a mesma definida logo na sequência dos temporais, ou seja: recusa de subsídios a fundo perdido ou indemnizações compensatórias, iludindo a questão com a concessão de moratórias no pagamento de encargos entretanto contraídos com a banca.

Trata-se de um sofisma e ainda por cima grosseiro. «Conceder» aos agricultores prazos mais dilatados para o pagamento de dívidas à banca não resolve a questão central, que é a de lhes facultar a possibilidade de investir no próximo ano agrícola. E se os agricultores não puderem investir no próximo ano agrícola (o que acontecerá, se não se lhes facultar os meios financeiros para isso, concretamente indemnizando-os a fundo perdido sobre os prejuízos deste ano), não há moratórias sobre dívidas que os salve. Mais: tal «solução» é falsa como Judas, pois se os agricultores não puderem fazer novas colheitas, muito menos poderão pagar os encargos contraídos este ano, por muitos prazos de pagamento que lhes estendam.

«Distinguir zonas»?!...

É conveniente lembrar que apenas a CAP se manifestou satisfeita com a decisão governamental de não conceder indemnizações a fundo perdido, o que diz tudo sobre a situação, o Governo e a própria CAP: a situação é de catástrofe generalizada, a política do Governo é de

desprezo para com a esmagadora maioria dos agricultores portugueses e a CAP surge, na crueza dos factos, como aquilo que é — uma corporação de agrários que nada tem a ver com a agricultura e os agricultores, reimpando-se (desta vez com grande inabilidade) ao lado do Governo que tão bem representa os seus interesses.

Resta, à generalidade dos agricultores deste País, confiar em si próprios e cerrar fileiras na reivindicação do que lhe é devido. E é isso que está a acontecer; um movimento de luta reivindicativa que está a unir a esmagadora maioria dos agricultores portugueses à volta do seu problema concreto, pondo de lado opções políticas e exigindo do Governo a definição de medidas compensatórias urgentes.

Com a arrogância que o caracteriza, o ministro da Agricultura já afirmou que «é preciso distinguir as zonas onde houve maiores prejuízos daquelas onde, sobretudo, há maior barulho por parte dos agricultores. Só depois dessa avaliação definiremos em concreto todas as medidas de apoio». Resposta clara a isto deu-a a DORSA do PCP em recente comunicado, ao interrogar: **Como vai o sr. Ministro «distinguir as zonas» se até ao momento os agricultores de Santarém não têm sido contactados pelos serviços? Como vai o sr. Ministro avaliar os prejuízos? Nos gabinetes?**

A observação vale para o resto do País. Donde os protestos chovem e as exigências ganham corpo.

Problema nacional

Citando apenas alguns comunicados chegados à nossa Redacção e enviados por diversas associações de agricultores, apercebemo-nos de como este problema está a ser agudamente sentido em todo o território continental.

A Liga dos Agricultores de Chaves, por exemplo, num documento aprovado em reunião no passado domingo, considera as medidas propostas pelo Governo «inadequadas face à dramática situação agrícola que vivemos, insuficientes atendendo aos incalculáveis prejuízos regis-

tados — nos batatais, cereal, feno, vinha, etc. e marginalizam grande parte dos agricultores do nosso Concelho», pelo que urge medidas de carácter excepcional e de emergência, medidas, aliás, «reclamadas por cerca de meio milhar de agricultores reunidos no passado dia 6 de Julho na sede da Liga de Agricultores de Chaves, seguido de desfile para os serviços da zona agrária», onde entregaram diversas reclamações, nomeadamente «a criação de comissões concelhias compostas por representantes de organizações da lavoura, autarquias, técnicos do MAFA, para em conjunto avaliarem e quantificarem os prejuízos já registados» e «a concessão a todos os agricultores afectados de um subsídio a fundo perdido, em função dos prejuízos, para podermos atenuar a perda de rendimentos que a actual situação anómala, nos trouxe».

Quanto ao secretariado das Ligas e Associações dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa, sediado em Torres Vedras, após resumir os enormes prejuízos registados na zona, afirma: «Os agricultores já não acreditam em promessas. A soma anunciada pelo sr. primeiro-ministro na RTP será distribuída como e a quem? Visto que não foi feito um levantamento da situação com dados concretos. Se isso não foi feito ficamos com a sensação de uma saída à maneira de Pôncio Pilatos. A situação exige uma actuação imediata no terreno pelos serviços do Ministério da Agricultura em colaboração com as organizações dos agricultores».

A Liga dos Agricultores de Mirandela dá, entretanto, conta do «desespero de todos os agricultores, pois está em causa a sua sobrevivência bem como dos seus familiares», pelo que, no final de



Os cereais perderam-se na ordem dos 50 a 60%, enquanto as palhas ficaram praticamente todas destruídas

uma reunião, «uma delegação de agricultores deslocou-se à Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Mirandela, onde expuseram as suas preocupações, reclamando que seja feito um levantamento imediato dos prejuízos totais e o pagamento de indemnizações a fundo perdido a todos os agricultores».

Quanto à Confederação Nacional de Agricultura (CNA), reuniu em Coimbra também no passado domin-

go e preconizou uma série de medidas a tomar, com urgência (isto após demonstrar, com dados e números, que a calamidade agrícola afectou todo o território continental): garantia de escoamento de todos os produtos, mesmo os de fraca qualidade; rápida avaliação dos prejuízos; atribuição de justas indemnizações; abertura de linhas de crédito com juros bonificados e prazo dilatado; reformulação do actual seguro agrícola; isenção do pagamento do imposto sobre a indústria agrícola.

CDU-Madeira denuncia PSD quer tapar a boca à oposição

«A Coordenadora da Comissão Regional da Coligação Democrática Unitária-Madeira, ao tomar conhecimento da aprovação na Assembleia da República, unicamente com os votos do PSD, das alterações ao regime eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira, vem manifestar publicamente o seu repúdio por esta manobra antidemocrática e anticonstitucional do PSD», afir-

ma uma nota desta força política, que prossegue:

«Antidemocrática porque, tal e qual escreveu o presidente da Com. Política Regional do PSD, a redução do actual número de 50 deputados, para quarenta e tal, apenas prejudicaria o Partido Comunista ou porventura os restantes partidos... com um ou dois deputados, isto é, para o PSD tratava-se de tapar a boca à oposição».

«Anticonstitucional ao pre-

tender transformar círculos eleitorais em uninominais e rever indirectamente o Estatuto da Região. Entretanto a aprovação desta legislação na Assembleia da República não significa por si só, a sua entrada em vigor e sendo legítimo esperar que o normal funcionamento das instituições democráticas a venha impedir.

«A CDU-Madeira, independentemente do que ve-

nha a suceder à legislação aprovada, está consciente da necessidade de enfrentar os objectivos totalitários do PSD», afirma-se ainda.

Neste sentido, «a CDU-Madeira, estará fortemente empenhada na discussão das suas tarefas eleitorais e políticas, em defesa do regime democrático constitucional e da autonomia, ao serviço das populações da Madeira e Porto Santo».

Guimarães

Para onde vai o Centro Têxtil?!...

Intervindo na Assembleia Municipal de Guimarães acerca do falado «Centro Tecnológico Têxtil», a CDU

desta questão. E disse:

«Foi Guimarães sobressaltada pela notícia dos jornais segundo a qual o Centro Tecnológico Têxtil, velha aspiração do município, vai ser instalado em Vila Nova de Famalicão, caso prevaleça a opinião da respectiva comissão instaladora de que fazem parte 4 associações patronais têxteis e 2 representantes do Governo.

«Trata-se de uma decisão cujos fundamentos se desconhecem, excepção feita às razões de que a imprensa se fez eco, e que significará uma perda importante na perspectiva da reorganização do principal vector da nossa estrutura produtiva, a indústria têxtil e do vestuário, pon-

do em risco o necessário e tão apregoado desenvolvimento económico».

Nesta perspectiva, «não pode a Câmara, não pode a Assembleia Municipal deixar passar de ânimo leve uma decisão cujas consequências são consideradas preocupantes, inclusive por alguns dos que, agora, na qualidade de membros da referida comissão, decidiram em sentido contrário ao antes publicamente manifestado».

A rede empresarial têxtil de Guimarães, «que ocupa mais de 77% da classe trabalhadora industrial na indústria têxtil, caracteriza-se por elevada percentagem de pequenas e médias empresas, exactamente aquelas em nome de quem e para quem foi criado o centro tecnológico com o fim de acompanhar e ou estimular a modernização sectorial», explica a

CDU de Guimarães, que prossegue:

«A ser verdade o que as notícias dizem, ao optar por Famalicão em detrimento de Guimarães, conclui-se que aquele equipamento vai ficar mais distante dos seus potenciais interessados e mais perto das empresas cuja dimensão e nível tecnológico e organização e métodos de produção estão já mais avançados.

«Guimarães pode lastimar o comportamento daqueles que em sede própria não souberam ou não quiseram pugnar pelas suas justas aspirações. Guimarães pode e deve criticar aqueles que negaram agora o que antes defenderam com entusiasmo e bairrismo. Mas não pode deixar no esquecimento ou na sombra aqueles que deixaram correr o marfim, deleitando na comissão instala-

dora a defesa dos nossos interesses».

Finalmente a CDU adverte:

«Aceitar pacificamente, obediamente, reverentemente a opinião da comissão instaladora como definitiva, irreversível ou inamovível, pode ser um acto que agrada superiormente aos deuses, aos infalíveis que nunca erram e raramente falham, mas constituirá uma machadada forte e profunda no devir de Guimarães.

«Pela nossa parte estamos dispostos e disponíveis para analisar com todos, as medidas aconselháveis hoje e talvez platónicas amanhã.

Para a CDU de Guimarães impõe-se que o descontentamento não se resume a belas mas inofensivas declarações de princípios, sob o pretexto de nada haver já a fazer».

Internacional



Os agricultores americanos estão neste momento particularmente ameaçados. Mais de 1200 condados em 30 estados foram declarados zonas sinistradas, mas ainda não há nenhum programa de assistência

A meio caminho das presidenciais O que há de novo?

A 41.ª Convenção do Partido Democrático iniciou os seus trabalhos, dia 18, em Atlanta, capital do estado da Geórgia. 5300 delegados, entre efectivos e suplentes, reuniram-se para escolher os candidatos democráticos à presidência e à vice-presidência dos Estados Unidos e elaborar a plataforma partidária.

Michael Dukakis, o governador do Massachussets, é nomeado candidato à presidência, por ter obtido a maioria absoluta dos delegados durante as eleições primárias.

O debate na Conferência centra-se assim na escolha do vice-presidente (Dukakis aponta como candidato Lloyd Bentsen, conservador texano, que no comentário do «New York Times», «mais parece um vice-presidente de Bush»), muito controversa e na elaboração da plataforma partidária. Pontos em que será sensível o peso da campanha (e dos resultados nela obtidos) de Jesse Jackson, que já antes havia afirmado ser sua intenção «influenciar o programa do Partido».

A verdade é que ao longo destes meses de campanha, o facto mais saliente é a dinâmica da candidatura de Jackson. Porque se trata de um candidato negro nos Estados Unidos. Pelas afirmações e pelo programa avançados. Pelos impressionantes resultados obtidos.

Este facto, que em grande medida marca uma diferença sensível no decorrer destas presidenciais, não pode naturalmente ser desligado da própria evolução da realidade socioeconómica e política dos Estados Unidos. Entre os dois sucessivos mandatos do candidato do complexo armamentista da Califórnia, Ronald Reagan, e a campanha de massas conduzida pelo reverendo Jesse Jackson, vai todo um caminho bem significativo. Que passa também pelo cheque aos discursos sobre o «império do mal», que o diálogo soviético-americano e os passos já dados no caminho do

desanuiamento e do desarmamento representam.

Jesse Jackson

As primárias dos democratas foram ganhas por Jesse Jackson no Alabama e no Mississippi. Há 20 anos, os democratas brancos destes estados recusavam a integração.

Um facto significativo a que há que somar um outro. As estatísticas norte-americanas de há dois anos indicam que dos 51,7 milhões de casais, apenas 0,5% eram negros.

Entretanto, em Iowa e New Hampshire, estados em que os negros constituem menos de 2% da população, Jackson obteve cerca de 10 por cento dos votos, e no Minnesota, com apenas 1,3 por cento da população negra, cerca de 20 por cento dos votos.

Claro que a população negra constitui a grande base

de apoio de Jackson, tanto mais quanto é evidente a discriminação nas suas actuais condições de vida. O desemprego atinge a população negra duas vezes mais que a média nacional e cerca de 50% dos jovens negros estão sem trabalho.

Mas também aqui há um processo interessante a registar. Hoje trata-se de um apoio quase unânime dos negros. Em 1984 uma parte importante das classes médias negras não apoiaram Jackson.

O que há no discurso de Jackson que de forma tão clara corresponde a necessidades particularmente sentidas pela maioria esmagadora dos negros e por muitos brancos americanos?

E o que é que mudou nessas necessidades e na realidade norte-americana para que as ideias avançadas por Jackson possam ter um tão grande acolhimento?

Um outro discurso

«Alguém quer um míssil Midgetman pelo Natal? As pessoas querem Honda, Toyota, Sony, Panasonic e gravadores vídeo. Pensemos primeiro e depois ganharemos dinheiro e preservaremos os nossos postos de trabalho. Podemos eliminar os mísseis Midgetman: 45 mil milhões de dólares. Não precisamos deles e não nos podemos dar a esse luxo. Temos 13 porta-aviões. A URSS tem um. Reagan quer construir mais dois, que custarão 40 mil milhões de dólares. Podemos acabar com a pobreza de todas as mulheres, recém-nascidos e crianças, em vez de adoptar dois sistemas de armas de que não precisamos».

Aqui repetimos palavras de Jackson, curto extracto de um dos seus discursos de campanha, e que nos diz muito do sentido do seu programa. E até da forma de abordagem dos problemas do povo norte-americano.

No seu programa Jackson propõe, por exemplo, uma brusca redução do défice do orçamento federal através da elevação dos impostos sobre os grandes monopólios e empresas multinacionais para 35 por cento (agora são de 33 por cento) e sobre as

grandes fortunas para 38 por cento (actualmente, 28 por cento). Defende paralelamente um plano de «investimentos na América», que

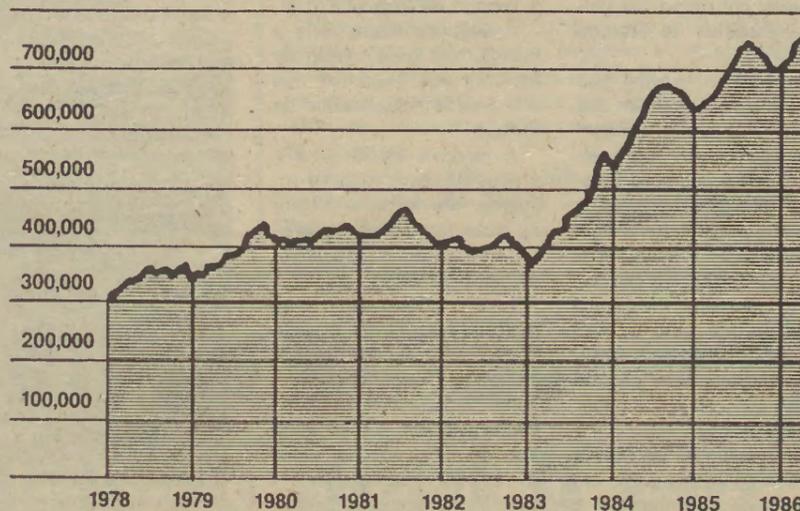
O que está a mudar A palavra ao PC/EUA

«Genericamente as forças da ultradireita estão em de-

não menos importantes – nas diferentes mentalidades no seio da classe operária norte-americana.

No relatório ao Congresso

GRÁFICO DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS



Entre 1979 e 85 o número de pessoas que é forçada a trabalhar a tempo parcial aumentou de 60%



prevê a redução do défice comercial, a limitação das importações e formas de punição para as multinacionais que transfiram a produção para países em vias de desenvolvimento. E preconiza ainda um corte de 20 mil milhões de dólares no orçamento militar, suspensão dos programas de criação dos mísseis balísticos intercontinentais MX e «Midgetman» e dos submarinos «Trident». A limitação do incremento da força naval.

Formas interligadas de saneamento económico, com uma importante e positiva dimensão sociopolítica.

No plano da política externa, Jesse Jackson preconiza três princípios fundamentais: a observância do direito internacional, os direitos do Homem, e o desenvolvimento económico.

Este, em linhas muito gerais, o programa que congregou um tão grande apoio ao reverendo Jesse Jackson, ao longo das primárias. O que só de si é significativo. E nos leva a uma outra questão: o que está a mudar na América?

bandada. A denúncia do Irão-Contragate deu-se numa altura em que estas forças já estavam em declínio (...) Isto quebrou de algum modo a atmosfera ultradireitista no Congresso (...) Existe um novo sector em crescimento, um vasto leque de progressistas, liberais, activistas e lutadores que agem para salvar a Humanidade do desastre nuclear, que são contra o racismo e pela defesa da nossa estrutura democrática contra a conspiração urdida na cave da Casa Branca. A nossa orientação táctica fundamental deve centrar-se nas nossas novas forças (...)

As coligações e alianças devem ser forçadas em torno de duas grandes preocupações populares: a preservação da Humanidade e a defesa da democracia» – palavras de Gus Hall, secretário-geral do PC dos Estados Unidos, em reunião preparatória do 24.º congresso dos comunistas americanos, realizado em Agosto de 1987.

Já então se falava em mudanças em curso no panorama político norte-americano. E também de mudanças –

nomeadamente se afirma que «a organização e mobilização de uma classe operária unida devem constituir a essência do que é costume denominar-se abordagem táctica principal. O modo de pensar mudou a tal ponto que na maioria das questões se pode fazer apelo a toda a classe. Daí a concepção da frente unida da classe operária. E a esta classe operária unida está ligado, sendo sua parte inalienável, o sector de esquerda, que cresceu e continua a crescer».

Em relatório debatido em Abril deste ano, os comunistas americanos testemunham de um ainda maior optimismo no que respeita às perspectivas de luta.

Nele textualmente se afirma: «Os movimentos populares e a classe operária estão em movimento. É uma grande vaga democrática. A unidade na luta está a adquirir um novo carácter e dimensões».

Palavras cheias de confiança que nos devem levar a estar particularmente atentos ao que há de novo, ao que está em movimento nos Estados Unidos.

Internacional

Gorbatchov em Varsóvia

Em foco, a redução de armas convencionais na Europa

«Nós estamos dispostos a permitir a fiscalização mesmo antes do início das conversações» — anunciou em conferência de imprensa em Moscovo, Viktor Karpov, responsável pelas questões do desarmamento no Ministério soviético dos Negócios Estrangeiros — «Esperamos que esta proposta evite a repetição de 14 anos de frustrantes negociações em Viena sobre armas estacionadas no centro da Europa, em que ambos os lados agitam números que nunca foram submetidos a verificação».

Karpov anunciou ainda que Mikhail Gorbatchov já enviou aos Estados Unidos e à Itália a formalização da proposta de retirada de aviões militares soviéticos do leste europeu, em troca da retirada dos 72 «F-16» que está acordado serem transferidos de Espanha para a Itália.

Estes os mais recentes desenvolvimentos do conjunto de propostas no sentido da paz e do desarmamento, nestes dias avançadas em Varsóvia. Primeiro pelo dirigente soviético, Mikhail Gorbatchov. E depois pelo comité político consultivo dos países signatários do Tratado de Varsóvia.

Desenvolvimentos que uma vez mais confirmam que o terreno pisado pela diplomacia soviética de forma alguma se fica por boas palavras e intenções, mas antes se afirma como terreno sólido, terreno de realista construção de uma nova realidade internacional.

Que impõe que batalhe permanentemente para superar obstáculos. Num processo que não deve conhecer tréguas.

Isso mesmo foi na prática afirmado por Gorbatchov, em Varsóvia, ao sublinhar que a

perspectiva de eliminação de uma parte dos arsenais nucleares da URSS e dos Estados Unidos «leva o pensamento político a procurar novas abordagens da questão de que a solução defronta até hoje sérios obstáculos». Concretamente, a redução dos armamentos convencionais e das forças armadas na Europa.

Neste caminho se propõe três etapas.

Uma primeira consistiria em «revelar e liquidar todos os desequilíbrios e todas as assimetrias entre a NATO e o Tratado de Varsóvia».

A segunda etapa seria a redução em meio milhão de homens dos exércitos dos dois blocos estacionados na Europa.

A terceira etapa seria o prosseguimento destas reduções «de forma a conferir às duas formações militares (...) um carácter exclusivamente defensivo».

Neste contexto, em que simultaneamente se avança com a ideia de um «Rekjavik pan-europeu», para romper o actual círculo vicioso, e da criação de um «centro europeu de redução dos riscos de guerra», Gorbatchov fez questão de sublinhar: «esta-

mos prontos a entender-nos, não apenas na terceira etapa, mas desde o início, sobre as reduções prioritárias da arma nuclear táctica, da aviação táctica, dos tanques».

As primeiras reacções por parte da NATO estão de acordo com o evidente esforço de resistência que tem

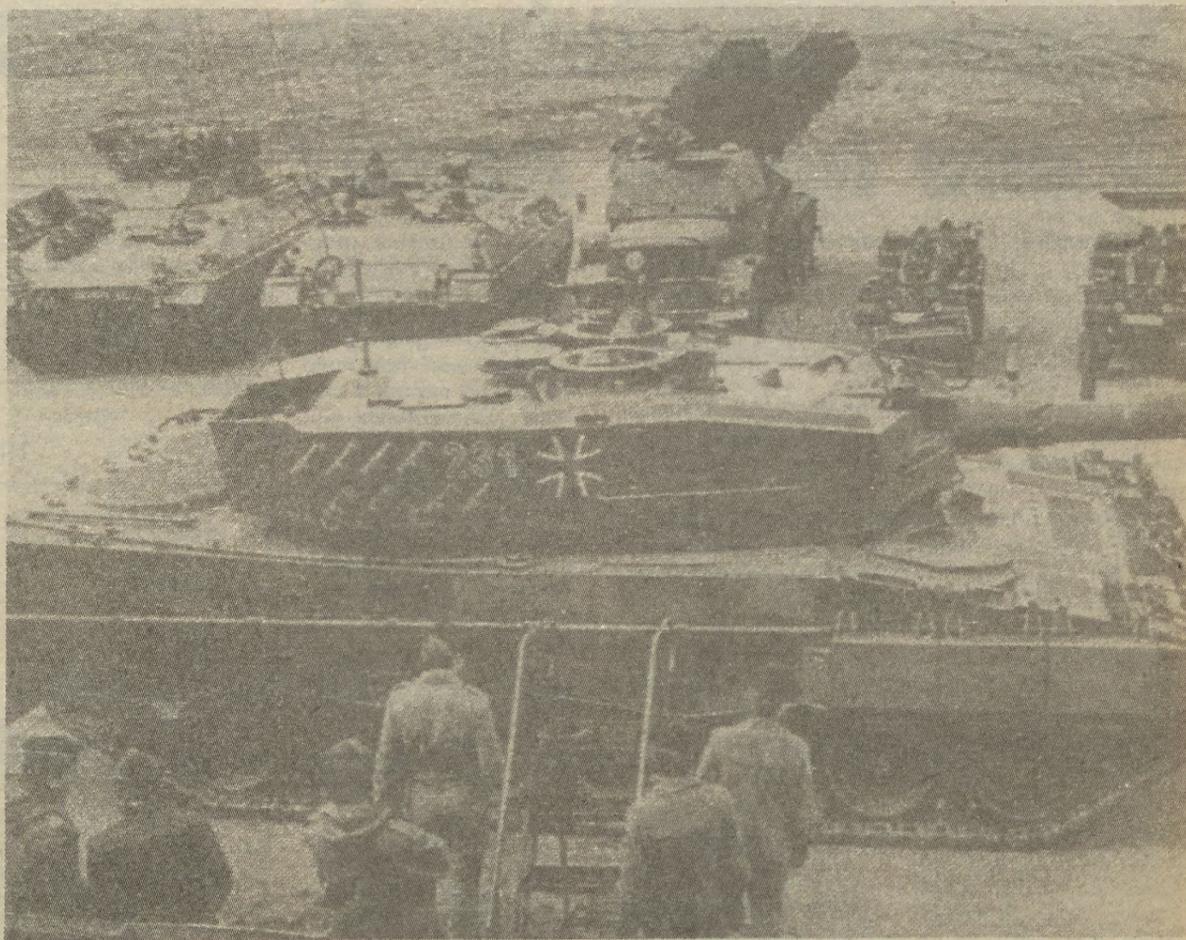
vindo a ser desenvolvido por esta organização a quaisquer passos concretos rumo ao desarmamento na Europa, e em particular à perspectiva de total liquidação das armas nucleares.

Concretamente a NATO reagiu negativamente, afirmando que a proposta de Gorbatchov sobre a retirada

dos «F-16» não corresponde às exigências do Tratado do Atlântico Norte sobre uma redução assimétrica das forças armadas soviéticas. Ou melhor dizendo: exigências de desarmamento unilateral por parte da URSS e do Tratado de Varsóvia.

Só que para os dirigentes da NATO — já reconhecida-

mente a braços com sérios problemas quanto ao convencimento das populações da Europa de que para desarmar... é necessário continuar com a corrida aos armamentos — não será fácil repisar recusas às propostas soviéticas. O velhíssimo espantalho da ameaça está reduzido a um fantasma de si próprio.



O Leopard 2, tanque de guerra dos mais sofisticados, de que o exército da RFA possui 2500 exemplares. Uma escalada de aperfeiçoamento de armas que urge travar

Tratado de Varsóvia debate desarmamento e ecologia

Varsóvia foi nestes dias um importante centro de debates e inovadoras propostas para a criação de condições de desarmamento na Europa. Dias 15 e 16 realizou-se a conferência do comité político consultivo dos países signatários do Tratado de Varsóvia, reunindo dirigentes da Bulgária, Hungria, RDA, Polónia, Roménia, URSS e Checoslováquia.

Da reunião saíram três importantes documentos: um comunicado em que nomeadamente se aborda as tarefas prioritárias no âmbito do desarmamento; uma declaração sobre negociações com vista à redução das forças armadas e dos armamentos convencionais na Europa; e ainda um documento sobre «As consequências da corrida aos armamentos para o meio ambiente e outros aspectos da segurança ecológica».

A declaração

O início urgente de conversações para a redução substancial de armamentos e forças armadas na Europa, do Atlântico aos Urais — é a

proposta inserida na Declaração dos países membros do Tratado de Varsóvia. Aparentando como tarefa prioritária, «a drástica redução dos potenciais militares de ambas as alianças para se atingir no continente uma situação em que os países da NATO e do Tratado de Varsóvia só tenham forças e meios necessários para a defesa, mas insuficientes para ataques-surpresa ou operações ofensivas».

Para a primeira etapa de negociações, é apontada a solução dos seguintes problemas: alcançar níveis quantitativos, em homens e armas, relativamente equilibrados e mais baixos que os actuais, entre as duas alianças; criar zonas com um nível diminuído de armamento; trocar, em termos de recípro-

cidade, dados referentes às forças armadas e aos armamentos convencionais, prevendo a possibilidade de verificação desses dados por inspecções «in loco».

A declaração exorta ainda a uma redução substancial e à posterior liquidação das armas tácticas nucleares, incluindo as cargas para armamento de finalidade dupla.

As tarefas prioritárias

«Certas tendências favoráveis» no desenvolvimento das relações internacionais, são assinaladas no comunicado aprovado na Conferência, que entretanto sublinha que «não se operou uma viragem radical para melhor. A situação no mundo continua difícil e contraditória».

Para que essa viragem radical se concretize, os países do Tratado de Varsóvia consideram tarefas prioritárias: a conclusão de um tratado de redução de 50 por cento dos armamentos estratégicos so-

viéticos e norte-americanos, com a rigorosa observância do tratado DAM; a proibição total e universal dos ensaios com armas nucleares; a conclusão de uma convenção sobre a proibição total das armas químicas e eliminação das suas reservas; redução das forças armadas e armamentos convencionais na Europa, acompanhada de redução das despesas militares.

Cooperação ecológica

Os países do Tratado de Varsóvia lançam um apelo a todos os Estados do mundo, para que seja elaborada uma concepção de segurança ecológica internacional baseada numa ampla e aberta cooperação internacional.

«A segurança ecológica internacional, que deve contribuir para um desenvolvimento estável e seguro de todos os Estados e para a criação de condições favoráveis de vida a cada povo e a cada homem, pressupõe relações internacionais de tal

tipo que se garantam a manutenção, aproveitamento racional, renovação e aumento da qualidade do meio ambiente» — diz-se no documento «Consequências da corrida aos armamentos para o meio ambiente e outros aspectos da segurança ecológica».

O documento sublinha em particular que a corrida aos armamentos, sobretudo nucleares, «é uma das fontes mais perigosas de deterioração do meio ambiente».

São propostas concretas: a aprovação de «princípios e normas obrigatórios de comportamento dos Estados», assim como a «determinação das principais orientações da cooperação ecológica internacional»; a aprovação em 1992 de um documento jurídico internacional que assinale o vigésimo aniversário da Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente; e a convocação de uma conferência pan-europeia a fim de elaborar um programa de acções conjuntas.

As decisões de Varsóvia vêm na sequência lógica do que foi aprovado em Berlim,

em Maio de 87, a última conferência do comité político consultivo.

Em Berlim foi aprovado o documento «Sobre a doutrina militar dos Estados signatários do Tratado de Varsóvia», em que os países socialistas solenemente proclamam que «nunca, sejam quais forem as circunstâncias, começarão operações militares contra um Estado ou grupo de Estados, se eles próprios não se virem alvo de ataque armado», e simultaneamente assumiram o compromisso de nunca recorrer ao primeiro golpe nuclear.

Nem as mesmas doutrinas, nem idênticos compromissos existem por parte da NATO, como bem sabemos. Não é menos verdade, entretanto, que algo se está a avançar no caminho do desarmamento. No período decorrido desde a Conferência de Berlim conseguiu-se concretizar um dos principais objectivos deste programa: a URSS e os Estados Unidos assinaram um acordo sobre a liquidação dos mísseis de médio e curto alcance.

Internacional

África Austral

Princípios para a paz acordados em Nova Iorque

As conversações quadripartidas para a paz na África Austral, realizadas a semana passada em Nova Iorque, terminaram de forma positiva, tendo todas as partes — Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos — afirmado a disposição de implementar até 29 de Setembro próximo a aplicação da resolução 435/78 das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

No encontro de Nova Iorque foi acordado um documento que consagra os «Princípios para uma paz duradoura na região do Sudoeste de África (Angola e Namíbia)», o qual deverá ser agora ratificado pelos governos dos quatro países.

Embora se saiba que o documento tem 14 pontos, o seu conteúdo continua no concreto a ser desconhecido da opinião pública. Contudo, a partir das declarações feitas pelos responsáveis das diferentes delegações, parecem não restar dúvidas de que os principais pontos em debate — independência da Namíbia e a segurança de Angola — estão em vias de congregar um acordo.

As maiores divergências continuam a respeitar ao calendário da retirada das tropas cubanas de Angola, que tanto a África do Sul como os Estados Unidos consideram demasiado longo. Recordou-se que Luanda manifestou já disposição de tornar a sua proposta mais flexível, desde que os acordos baseados nos princípios agora estabelecidos sejam também implementados.

No essencial, o que Angola pretende ver consagrado e garantido no acordo a estabelecer é a sua própria segurança, a certeza de que a África do Sul não voltará a atacar o seu território. Nesse sentido, defende a retirada das tropas sul-africanas do Sul de Angola, ao mesmo tempo que as forças cubanas recuam para Norte do paralelo 13 e se implementa a aplicação da resolução 435/78, com a retirada sul-africana e a chegada à Namíbia das forças de paz das Nações Unidas. O calendário para a retirada total e global

dos cubanos terá de ser elaborado em função do cumprimento destes aspectos fundamentais.

Saliente-se, a propósito,



A paz é essencial para o desenvolvimento da África Austral

que segundo alguns observadores a África do Sul já começou a fazer recuar os seus efectivos do Sul de Angola, no seguimento das derrotas sofridas na região da barragem de Calueque.

Espera-se a todo o momento que os governos dos quatro países se pronunciem sobre o documento de Nova Iorque. Entretanto, nova reunião a nível de peritos foi marcada para a primeira semana de Agosto, o que não deixa de testemunhar o desejo de avançar o mais rapidamente possível na assinatura de um acordo definitivo.

Delegação portuguesa em Angola

Um grupo de personalidades e intelectuais portugueses que durante dez dias visitou Angola afirmou, entretanto, na passada sexta-feira em Luanda, que as nego-

ciações em curso «só constituirão uma solução adequada com a retirada dos agressores sul-africanos e a aplicação da resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia».

O grupo, que foi chefiado pelo ex-presidente marechal Costa Gomes, afirmou ainda que «são as ingerências violadoras da soberania do Estado angolano, as agressões

tado para a Esfera Produtiva, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy» e pelos ministros das Relações Exteriores, Afonso Van-Dunem «M'Binda», e da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedale», entre outras personalidades.

No documento divulgado no final da visita, a delegação portuguesa afirmou que os contactos mantidos com as autoridades de Angola lhe permitiram obter «um mais ri-

guroso e aprofundado conhecimento da situação real na RPA e das perspectivas que se oferecem ao saneamento económico e financeiro, de libertação do território nacional angolano de ingerências e violações, de retirada das forças invasoras e de uma paz negociada».

Durante a sua estada em Angola, a delegação portuguesa foi recebida pelo presidente José Eduardo dos Santos, pelo ministro de Es-

guroso e aprofundado conhecimento da situação real na RPA e das perspectivas que se oferecem ao saneamento económico e financeiro, de libertação do território nacional angolano de ingerências e violações, de retirada das forças invasoras e de uma paz negociada».

Declaração de Bissau apoia diálogo para a paz

A VIII Conferência dos Chefes de Estado dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizada em Bissau de 27 a 28 do mês passado, dedicou particular atenção à evolução da situação na África Austral, tendo aprovado uma declaração final — Declaração de Bissau — cujo texto integral foi agora divulgado.

No referido documento, os dirigentes de Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau reafirmam a opinião de que «a política belicista e de terrorismo de Estado para a solução de conflitos é contrária aos interesses dos povos» e defendem que «se deve enveredar pela via de soluções negociadas, na base do respeito da soberania, integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos dos Estados».

Os Cinco consideram que «o momento é particularmente favorável ao diálogo e à compreensão e permite que se assumam posições realistas e flexíveis tendentes a encontrar soluções justas para os problemas da África Austral».

Nesse sentido, a Declaração de Bissau exorta a opinião pública mundial a desenvolver acções que conduzam à erradicação do sistema de *apartheid* e à instauração na África do Sul de uma sociedade de democracia e justiça social.

Após manifestar a sua apreensão pelo agravamento da situação interna na África do Sul, bem como pelo incre-

mento das acções militares sul-africanas contra os Países da Linha da Frente, a Declaração saúda o «espírito construtivo, coragem, realismo e flexibilidade demonstrados pelo governo da República Popular de Angola no quadro das suas iniciativas de paz que conduziram às conversações quadripartidas em curso, com o objectivo de facilitar a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia e garantir a segurança de Angola».

Ao mesmo tempo que encoraja Angola a prosseguir nessa via, a Declaração reafirma «o direito do povo e

Nota do Secretariado do CC do PCP

1. O Secretário-Geral do PCP recebeu uma carta, com pedido de audiência, assinada por Alcides Sakala Simões, que se diz «representante da Unita para a Europa» e invoca a solicitação de Jonas Savimbi para visitar Portugal.

Sendo conhecida a posição do PCP relativamente à situação em Angola, às actividades terroristas da Unita fomentadas pelos invasores racistas sul-africanos e pelos Estados Unidos da América, e à urgência de pôr termo às actividades antiangolanas em Portugal, um tal pedido de audiência tem de considerar-se de natureza provocatória.

2. O mesmo denominado «delegado da Unita para a Europa» solicitou à Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República uma entrevista, através de ofício datado de 11 de Julho passado.

Por iniciativa dos deputados do PSD, o pedido de entrevista foi presente à reunião da Comissão realizada hoje, dia 13 de Julho.

Nessa reunião, os deputados presentes do PSD manifestaram-se favoravelmente à concessão da entrevista.

A posição assumida pela representação do grupo parlamentar do PCP foi de clara oposição a essa entrevista.

Objeções levantadas por deputados da oposição democrática levaram a que a decisão sobre a concessão da entrevista fosse adiada.

3. Nestas circunstâncias, o Secretariado do Comité Central do PCP exprime publicamente o seguinte:

O envolvimento do órgão de soberania Assembleia da República na operação desenvolvida pela Unita tendente a forçar a sua aceitação institucional seria, a verificar-se, um acto de hostilidade contra a República Popular de Angola, contra o seu governo e contra o MPLA, um acto contrário aos interesses de Portugal e de uma política externa de paz e cooperação, e constituiria, objectivamente, um acto contrário aos esforços e negociações em curso para uma solução política das questões da África Austral.

Nestes termos, e reafirmando a sua solidariedade com o MPLA e com a luta do povo angolano, o Secretariado do CC do PCP manifesta a sua clara e completa oposição à concessão de tal entrevista, e declara que, designadamente por intermédio do grupo parlamentar, se oporá firmemente à decisão de a efectivar.

Lisboa, 13 de Julho de 1988

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Visitas a Savimbi

Parece confirmar-se a recusa governamental portuguesa ao pedido de visto feito por Jonas Savimbi para visitar Portugal, embora as estruturas (ilegais) da Unita que operam no nosso país tenham conseguido ser oficialmente recebidas por um organismo oficial, no caso concreto pela Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros.

O insólito da situação dá bem a medida da duplicidade da política seguida pelo PSD, que reconhece através dos seus deputados, com o apoio do CDS, o que a nível do executivo se nega, a actividade de grupos armados contra o MPLA e a República Popular de Angola em Portugal.

Simultaneamente, conhecidas figuras do PSD, CDS e do PS, bem como jornalistas sempre prontos para clandestinas visitas ao quartel-general de Savimbi em território angolano ocupado pela África do Sul, manifestaram a sua disposição de se encontrarem em Marrocos com Savimbi, numa espécie de missão de desagravo e vassalagem ao homem-de-mão de Pretória na desestabilização de Angola.

Se é certo que as atitudes ficam com quem as pratica, não é menos certo que não se pode desligar as pessoas dos cargos que ocupam e das responsabilidades que detêm. A conclusão é óbvia.

governo angolano de defender e preservar a sua soberania e integridade territorial», considerando que «todas as acções que o governo da República Popular de Angola empreende para a materialização desse princípio relevam da sua soberania e não devem ser interpretadas como ameaças contra qualquer território».

Também os esforços empreendidos pela República Popular de Moçambique para levar a África do Sul a observar os compromissos de N'Komati mereceram o apoio da Cimeira, que registou com apreço os esforços de Angola e Moçambique para preservar e desenvolverem relações de compreensão, boa vizinhança e cooperação com os países limítrofes.

A Declaração de Bissau refere, por outro lado, o «desenvolvimento positivo da consciência da comunidade internacional sobre a natureza do banditismo armado em Angola e Moçambique, que se traduz na crescente denúncia do seu carácter terrorista e antinacional» e apela «aos países africanos para que nesta fase crucial da luta na África Austral, contra o *apartheid* e o banditismo armado, continuem a pautar a

sua actuação solidária com os Países da Linha da Frente, pela estrita observância da carta e das resoluções da OUA, e mobilizem os respectivos povos para este combate comum.

Após salientar a luta abnegada dos povos da Namíbia e da África do Sul, «sob a liderança das respectivas vanguardas — a SWAPO e o ANC —» e de lhes reiterar a solidariedade dos Cinco, a Declaração de Bissau refere as «novas orientações que o governo português vem assumindo nas suas relações com os Cinco» e exprime a convicção de que Portugal prosseguirá os seus esforços no sentido de pôr termo às actividades dos grupos terroristas que no seu território actuam contra os povos da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique».

A terminar, a Declaração de Bissau reitera a determinação dos Cinco em reforçar e aprofundar as relações privilegiadas entre os respectivos povos «com vista à materialização dos objectivos de desenvolvimento harmonioso e da construção da sociedade de paz, progresso e justiça social.»

Internacional

Irão e Iraque dispostos a negociar a paz

A decisão do regime iraniano de aceitar a resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o cessar-fogo na guerra do Golfo, anunciada horas depois do Iraque ter proposto ao Irão uma «paz honrosa», foi acolhida na cena política internacional com tanta surpresa como expectativa, já que abre pela primeira vez em oito anos de guerra uma perspectiva real de pôr termo aos sangrentos confrontos que dilaceraram a região do Golfo Pérsico.

O Irão informou oficialmente o secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, da sua decisão, na passada segunda-feira, através da missão iraniana em Nova Iorque.

Na carta enviada a Cuellar, o presidente iraniano Ali Khamenei afirma:

«Como bem sabe, o fogo da guerra iniciada pelo regime iraquiano em 22 de Setembro de 1980 por via de uma agressão contra a integridade territorial da República Islâmica do Irão atingiu dimensões sem precedentes, fazendo entrar outros países na guerra e envolvendo mesmo vítimas inocentes.

«A morte de 290 seres humanos inocentes, causada pelo derrube de um avião Airbus da República Islâmica do Irão por um dos navios de guerra dos Estados Unidos no golfo Pérsico é uma manifestação clara desta discórdia.

«Nestas circunstâncias, os esforços de V. Ex.ª para implementar a resolução 598 são de particular importância. A República Islâmica do Irão sempre lhe facultou assistência e apoio para alcançar esse objectivo. Neste contexto, decidimos declarar, oficialmente, que a República Islâmica do Irão — devido à importância que atribuiu ao salvamento de vidas de seres humanos e ao estabelecimento da justiça e da paz e segurança, regional e internacional — aceita a resolução 598 do Conselho de Segurança.»

Tudo leva a crer que esta importante decisão assenta, por um lado, na impossibilidade de manter um conflito em que o Irão vinha registando cada vez mais pesadas derrotas e, por outro lado, na necessidade de encontrar uma saída honrosa sem deixar ao Iraque os «louros» duma solução política.

Recorda-se que no domingo o presidente iraquiano, Saddam Hussein, num discurso à nação, apelou «aos dirigentes de Teerão para extraírem lições genuínas das suas derrotas e aventuras abortadas contra o Iraque e outros países no Golfo», propondo-lhes «uma paz honrosa».

Reafirmando o empenho iraquiano no cumprimento da resolução 598 do Conselho de Segurança, Hussein afirmou que «o Iraque quer uma paz geral e duradoura, baseada nos princípios do respeito mútuo pela soberania, não ingerência nos assuntos internos e respeito mútuo pela dignidade de cada país».

De referir ainda que o Iraque se diz disposto a retirar as suas forças do território iraniano que actualmente ocupa.

O «contributo» americano

Não menos importante é o facto de o Irão, por seu turno, parecer ter desistido de duas exigências feitas aquando da aprovação da resolução 598, em 20 de Julho do ano passado: reconhecimento por parte do Iraque da responsabilidade de ter desencadeado a guerra e o pagamento de vultosas indemnizações.

demnizações.

Embora o processo de negociações de paz possa ainda ser complexo, é de salientar o optimismo manifestado pelo secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que em pronta resposta às tomadas de posição do Irão e do Iraque afirmou ser possível, num prazo de dez dias, fazer desloçar para a região do Golfo uma força de paz das Nações Unidas para supervisionar o fim dos combates.

A nível internacional as reacções também não se fizeram esperar, saudando a possibilidade de se pôr termo a uma guerra que provocou já mais de um milhão de mortos.

No entanto, o processo de paz, já de si complexo, poderá ser dificultado pela posição de países como os EUA que, embora afirmando oficialmente que «farão tudo o que estiver ao seu alcance para contribuir para o mais rápido estabelecimento de uma paz estável entre o Irão e o Iraque, e o reforço da segurança na zona do Golfo Pérsico», não estão dispostos a abandonar as posições que ocupam na região.

Phillis Oakley, porta-voz do Departamento de Estado, afirmou a propósito que os EUA pretendem «continuar a

ser um jogador forte no Golfo», defendendo que a presença dos navios de guerra norte-americanos na região «teria contribuído para a estabilidade» do golfo.

Não menos preocupante é o facto de o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, ter declarado que o recente acidente com o Airbus iraniano deve ser considerado como um factor que contribuiu, indirectamente, para a aceitação pelo Irão da resolução 598, dado que o vice-presidente George Bush, ao intervir no Conselho de Segurança da ONU, «expôs em termos muito enérgicos a nossa política, manifestando a nossa firme intenção de permanecer no Golfo Pérsico».

Com contributos destes a paz corre o risco de se tornar ainda mais difícil.

Esperemos que o clima de desanuviamento alcançado na recente cimeira de Moscovo — que não deverá ser de todo estranho a esta possibilidade de acabar com a guerra no Golfo — contribua para moderar as aspirações hegemónicas norte-americanas e incentivar à resolução pacífica dos conflitos sem a repetição de «erros trágicos» internacionalmente condenáveis.

Mandela

Uma vida de luta contra o apartheid

Aprecio muito a minha liberdade, mas preocupo-me ainda mais com a vossa. Não gosto menos da vida do que todos vós, mas não venderei nunca o meu direito nem o direito inato de todos à liberdade — as palavras são de Nelson Mandela, o dirigente histórico do ANC preso há 26 anos na África do Sul, que na passada segunda-feira completou 70 anos.

Mandela respondia assim à «oferta» do presidente Pieter Botha de lhe «conceder a liberdade» mediante «certas condições». Recusando, o dirigente do ANC reafirmou em mensagem enviada da prisão: **Bater-me-ei pela liberdade até ao fim dos meus dias.**

Liberdade aos 70 é hoje uma palavra de ordem praticamente em todo o mundo, juntando na luta pela libertação de Mandela milhões de pessoas. As iniciativas para assinalar o 70.º aniversário do dirigente africano começaram no princípio do mês em diversas capitais da Europa, devendo culminar no passado fim-de-semana com festivais de música e outras iniciativas culturais e desportivas na própria África do Sul.

Num reconhecimento implícito da capacidade de mobilização, prestígio e influência de Mandela junto das massas, mesmo na prisão, as autoridades racistas consideraram ilegais todas as iniciativas previstas. O concerto marcado para a Universidade do Cabo, a escassos quilómetros da prisão de «Pollsmoor» onde Mandela está encarcerado, foi interrompido pela polícia, no domingo.

Entretanto, uma verdadeira «caça» aos membros do comité «Mandela-70», a poli-

cia prendeu diversas pessoas e confiscou cartazes e dícticos destinados às manifestações de solidariedade.

A repressão e as ameaças não conseguiram no entanto evitar, tanto a nível interno como externo, as acções de solidariedade com o dirigente africano, os apelos à sua libertação, as iniciativas em sua homenagem, a divulgação da sua história que se confunde com a do próprio povo sul-africano.

Nascido em Umtata, capital do bantustão do Transkei, em 18 de Julho de 1918, filho de um chefe da tribo Tembe, Nelson Mandela foi preso pela primeira vez com Oliver Tambo, actual presidente do ANC, em Fort Hare, por terem organizado uma campanha de boicote às leis racistas.

Em 1941 vai viver para Joanesburgo, onde mantém contactos com Walter Sisulu, figura bem conhecida na luta de libertação, que o ajuda a terminar os estudos de Direito. Três anos depois ingressa no Congresso Nacional



Nelson Mandela e Winnie Mandela há um quarto de século antes do regime de apartheid o ter condenado a prisão perpétua

Africano, em cuja actividade participa intensamente, em particular na organização do movimento juvenil do ANC.

Em 1952 é preso por participar numa campanha de desobediência civil, mas é libertado em seguida com pena suspensa. Volta a ser preso em 1956 e em 1960, após a proclamação do esta-

do de emergência no país. Ao ser libertado, passa à clandestinidade, para poder prosseguir a luta contra o apartheid.

É novamente preso a 5 de Agosto de 1962. Sujeito a dois julgamentos, acaba por ser condenado a prisão perpétua. É então enclausurado na ilha de Robben, ao largo

da Cidade do Cabo. Dezoito anos depois, é transferido para a prisão de Pollsmoor, onde ainda permanece.

A luta pela libertação de Mandela data desde então, mas foi a partir do início dos anos oitenta que ela assumiu uma dimensão mundial. Milhões de seres em todo o mundo exigem hoje a libertação de Mandela.

Também em Lisboa a Comissão de Paz lançou um apelo à solidariedade das organizações sociais e políticas nacionais para com os presos políticos sul-africanos, exigindo o fim do regime de apartheid e a libertação imediata e incondicional de Nelson Mandela.

No comunicado divulgado a propósito, a Comissão de Paz de Lisboa recorda as palavras recentes de Winnie Mandela:

Sonho com a liberdade do meu país, do meu povo, do meu marido e dos seus amigos. Nelson é um símbolo da luta popular pela liberdade e quando ele sair da prisão será o dia mais lindo para toda a nação. Espero por este dia, sonho com este dia. Irão esperar Nelson representantes de todas as comunidades, uniões, sindicatos, organizações femininas e juvenis. Os racistas sabem que será a manifestação mais grandiosa da história da África do Sul.

É da responsabilidade de todos nós lutar para que esse dia não tarde.

«Sob a pressão das exigências da industrialização que requer cada vez mais preparação técnica por parte dos operários e empregados, o governo foi finalmente obrigado a encarar o aumento da escolaridade obrigatória até à sexta classe, ainda que dilatando a sua aplicação prática para daqui a quatro anos, devido à falta de professores!»

Devido à política reaccionária de Salazar, orientada pelo conceito de que «saber ler, escrever e contar é suficiente para a grande maioria da população portuguesa», as escolas do Magistério Primário, para a formação de professores, estiveram encerradas durante dez anos. Muitas outras medidas de atrofiação da cultura e da educação foram tomadas ao longo do negro reinado fascista de Salazar, tais como a perseguição e demissão de muitos milhares de professores e intelectuais democratas.

Por esse Portugal fora há falta de escolas e salas de aula. Dão-se lições em salas arruinadas, em pardieiros e casas particulares. Cifram-se em muitas e muitas centenas as escolas sem mestre!

Portugal é, assim, o país da Europa de mais baixa escolaridade e cujo ensino é dos mais retrógrados.

(«Reforma do Ensino Primário» — **Avante!**, VI Série, n.º 344, Julho 1964)



Concentração industrial e liquidação da pequena empresa

«A voracidade dos grandes monopólios não se alimenta exclusivamente da miséria e da exploração das classes trabalhadoras — alimenta-se também da ruína das classes médias, do esfacelamento económico dos pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes.

(...)

A chamada «lei da reorganização industrial» instituída por Salazar em 1945 e o «condicionamento industrial» outra coisa não são senão a destruição legal e organizada dos sectores economicamente fracos da indústria nacional em proveito dos monopólios. É significativo que o II Plano de Fomento consagre dois milhões de contos para a concentração das indústrias de conservas, têxtil, da cortiça, da metalurgia e metalomecânica, da refinação de açúcar e do vidro, e ainda que nele se preconize a «expropriação» sem indemnizações das «instalações excessivas». Mas a concentração realiza-se em todos os sectores industriais, como demonstram os exemplos das indústrias de moagem, panificação, dos sabões, resinosos, etc.

Monopolização da terra e ruína dos camponeses

A monopolização da terra faz-se num ritmo ainda mais elevado. A pulverização da pequena propriedade rústica e, por outro lado, a concentração da propriedade nas mãos de um reduzido número de grandes latifundiários tem atirado para a proletarianização e a indigência centenas de milhares de camponeses pobres e médios.

Num curto período de 13 anos, de 1938 a 1951, desapareceram por incorporação noutros prédios mais de meio milhão de prédios rústicos. A hipoteca e os empréstimos leoninos concedidos pelos bancos e usurários são a causa imediata da ruína de milhares de famílias camponesas e o meio pelo qual se realiza em alta escala a concentração da propriedade rústica. A crescente penetração de capitais industriais na agricultura, agravando o absentismo, está a dar lugar ao aparecimento de grandes rendeiros que ocuparam igualmente as terras de muitos pequenos produtores.

(...)

(«Os Monopólios e a Burguesia Nacional» — **Avante!**, 6.ª Série, n.º 291, Julho 1960)



Reunião do Comité Central de 18 e 19 de Julho de 1988

Na sua reunião plenária de 18 e 19 de Julho o Comité Central examinou o andamento dos trabalhos relativos à elaboração do novo Programa do Partido e às alterações dos Estatutos. Tendo apreciado os relatórios das Comissões respectivas, o Comité Central aprovou duas resoluções que contêm linhas gerais orientadoras relativas aos trabalhos em curso.

Estas resoluções passam a constituir desde já um material de estudo e reflexão no Partido tendo em conta que brevemente serão aprovados pelo Comité Central e editados os projectos de Programa e de alterações aos Estatutos com vistas à sua discussão em todo o Partido e a sua ulterior submissão ao XII Congresso.

Sublinhando o valor para o trabalho das Comissões das contribuições até agora recebidas e traduzidas em ideias, propostas e sugestões de numerosos camaradas, o Comité Central reitera o apelo a todos os militantes e organizações para que se empenhem no estudo e no debate dos diferentes aspectos da vida nacional

e actividades partidárias, inserindo esses estudos e debates no trabalho colectivo do Partido.

Todo este trabalho prepara o debate, a realizar no momento apropriado, em todo o Partido para a discussão dos documentos propostos pelo Comité Central.

O Comité Central aprovará numa próxima reunião plenária o regulamento relativo à 3.ª fase preparatória do Congresso (metodologia para a discussão dos documentos a apresentar ao Congresso e eleição de delegados).

O Comité Central decidiu que o XII Congresso se efectuará na cidade do Porto, nos dias 1 a 4 de Dezembro.

Na sua reunião plenária, o Comité Central aprovou ainda uma Nota relativa à situação política actual.

Antes da ordem de trabalhos, o Comité Central aprovou uma saudação a Nelson Mandela pela passagem do seu 70.º aniversário, em que expressou os votos pela sua libertação e reafirmou a profunda solidariedade do PCP para com a luta do povo sul-africano e para com o ANC.

Resolução do Comité Central sobre a elaboração do novo programa do PCP

INTRODUÇÃO

O Comité Central foi informado do trabalho realizado pela Comissão do Programa para a elaboração do novo Programa do PCP, cujo projecto, uma vez examinado e aprovado no Comité Central, será submetido à apreciação de todo o Partido e proposto depois, com as alterações que resultarem do debate, ao XII Congresso.

A elaboração e aprovação de um novo Programa do Partido apresenta-se na actual conjuntura como uma necessidade, mas com dificuldades reais.

Necessidade — dadas as profundas modificações na situação nacional resultantes da revolução de 1974/75 e do avanço posterior do processo contra-revolucionário, o carácter conjuntural de numerosas alterações introduzidas em 1974 (VII Congresso extraordinário) no Programa de 1965 e a urgência (conforme sublinhou o Comité Central na Resolução da sua reunião plenária de 5 de Maio) de definir no Programa a sociedade portuguesa por que lutam os comunistas, os objectivos que se colocam na actualidade ao Partido, aos trabalhadores, ao povo português.

Dificuldades reais — resultantes por um lado das indefinições decorrentes da revisão da Constituição em curso e relativas ao regime democrático nas suas componentes política, económica e social; e por outro lado dos condicionamentos e limitações externas à soberania nacional e à política interna resultantes nomeadamente da integração de Portugal na CEE.

Na sua reunião de 5 de Maio, o Comité Central tendo aprofundado o exame desta questão e procedido a uma me-

lhor consideração e avaliação positiva das análises e estudos já feitos anteriormente pelo Partido concluiu não apenas pela necessidade, como pela possibilidade de elaborar, pôr à discussão no Partido e submeter à aprovação do XII Congresso o novo Programa do PCP. Com esse fim, o Comité Central constituiu uma Comissão do Programa.

A **viabilidade** de, neste momento de indefinição da vida nacional, assim como numa situação mundial caracterizada por grandes transformações, elaborar, aprovar e apresentar ao povo português um novo programa do Partido, assenta em **três considerações fundamentais**:

1.^a A presença e valor das realizações, conquistas e objectivos da revolução de Abril na actual realidade económica, social, política e cultural portuguesa e o seu valor duradouro como componentes essenciais de um projecto democrático para Portugal neste final do século XX e limiar do século XXI.

2.^a O carácter imperativo e a possibilidade, na base da firme defesa dos interesses, independência e soberania nacionais, de realização pelo povo português de um projecto democrático que, embora contrariado, não seja impedido pelos condicionamentos externos particularmente os que provêm da nova realidade provocada pela entrada de Portugal na CEE.

3.^a A sociedade socialista que o PCP defende para Portugal cujas características e objectivos se impõe reexaminar

e definir tendo em conta a experiência própria, a evolução mundial e as transformações, processos e ensinamentos na construção do socialismo na URSS e nos outros países socialistas.

Tendo sido informado do trabalho já realizado (embora ainda não completado) na elaboração do projecto do novo Programa, o Comité Central aprovou na generalidade as ideias fundamentais já contidas no projecto em elaboração pela Comissão do Programa. Logo que completado o projecto será de novo apreciado na especialidade pelo Comité Central, aprovado, editado e sujeito ao debate em todo o Partido.

Antecedendo a edição do projecto do novo Programa, o Comité Central considera ser útil desde já dar a conhecer ao Partido ideias fundamentais já contidas no projecto em elaboração, embora o que agora se divulga seja apenas um resumo não abrangendo portanto grande parte dos desenvolvimentos em cada uma das matérias versadas.

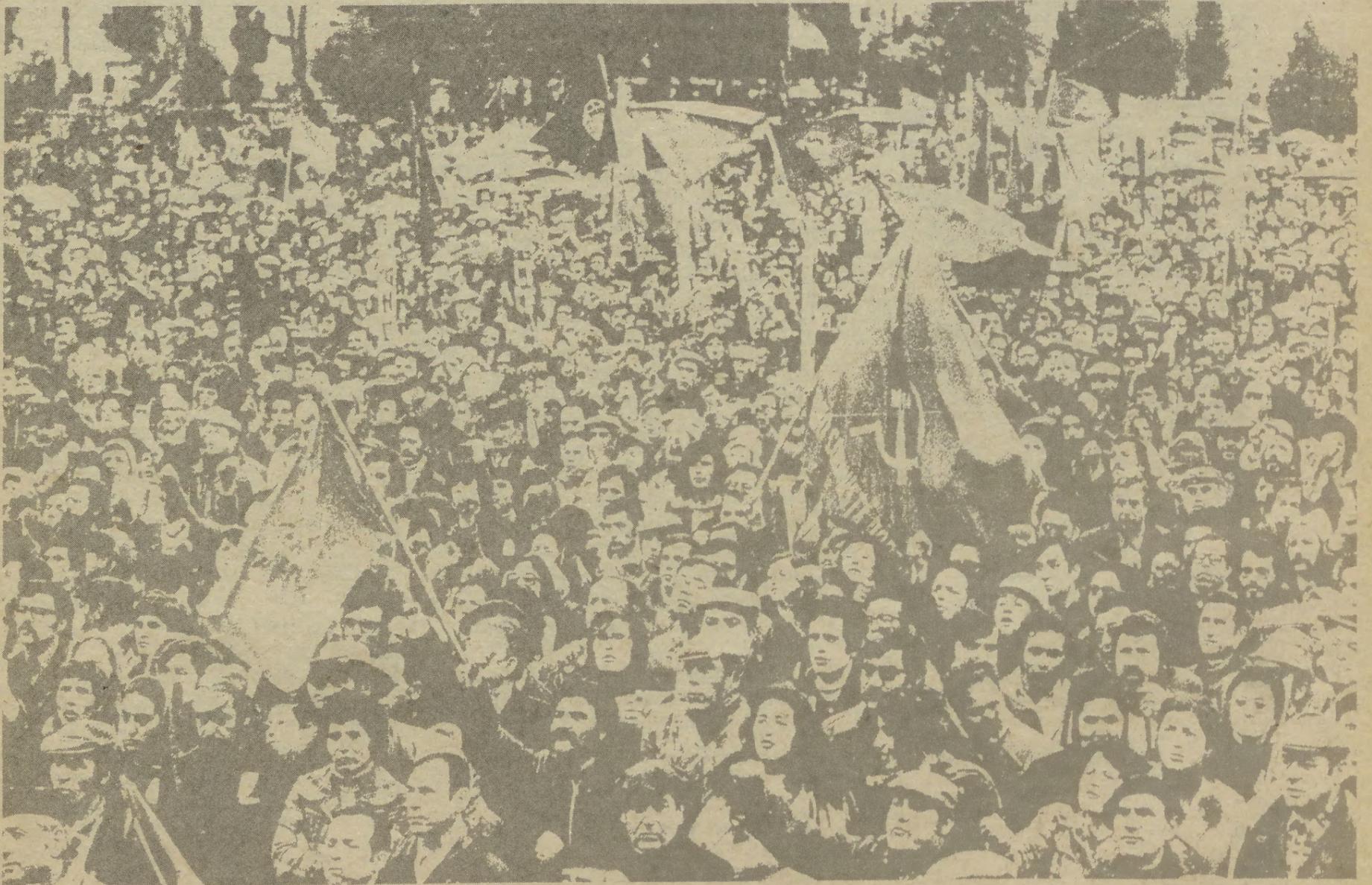
O Comité Central aprovou a sistematização das matérias do novo Programa pelo que o projecto constará, além de uma introdução, de quatro pontos fundamentais:

1.^o A revolução de Abril, grande realização histórica do povo português.

2.^o Uma democracia avançada no limiar do século XXI.

3.^o A sociedade socialista como futuro de Portugal.

4.^o O Partido, sua natureza, princípios e orientações.



I

A REVOLUÇÃO DE ABRIL REALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO PORTUGUÊS

1. A revolução inacabada

A revolução de Abril constituiu um dos mais importantes acontecimentos nos oito séculos da história de Portugal, uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional.

A revolução de Abril, iniciada com o heróico levantamento militar do MFA e logo seguida por um levantamento popular, pôs fim à quase meio século de ditadura fascista, pôs fim à guerra colonial reconhecendo aos povos das então colónias portuguesas o direito à completa e imediata independência, alterou significativamente o enquadramento de Portugal no concerto internacional e realizou profundas transformações políticas, económicas e sociais que abriram na vida do país um novo período da sua história marcado pela liberdade e pelo progresso social.

Revoluções tão profundas não se resumem a um acto revolucionário: constituem um processo que pode ser mais ou menos demorado e acidentado. A revolução de Abril é uma revolução inacabada.

2. O Programa do PCP de 1965

O Programa do PCP aprovado no VI Congresso realizado em 1965, nove anos antes do 25 de Abril, definiu a natureza da revolução antifascista como **uma revolução democrática e nacional** e indicou os seus objectivos fundamentais: 1.º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5.º Democratizar a instrução e a cultura; 6.º Libertar Portugal do imperialismo; 7.º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O Programa sublinhava a interdependência destes objectivos. «Pode admitir-se (observava) que alguns dos oito objectivos enunciados só numa etapa ulterior da revolução venham a ser completamente realizados. Mas sem a realização de todos eles a revolução democrática e nacional não estará acabada e não estará assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa».

3. A revolução de Abril

A revolução de Abril confirmou que os objectivos fundamentais da revolução definidos pelo PCP correspondiam, não apenas a condições objectivas da sociedade portuguesa e às necessidades do desenvolvimento económico, do progresso social e do melhoramento das condições de vida da população, mas também à vontade do povo.

A revolução de Abril transformou profundamente a realidade nacional e o posicionamento de Portugal no mundo:

- Instaurou liberdades democráticas fundamentais e direitos básicos dos trabalhadores e dos cidadãos;
- Institucionalizou a igualdade de direitos do homem e da mulher e os direitos dos jovens;
- Pôs fim à guerra colonial e deu uma directa contribuição para a independência de povos secularmente submetidos ao colonialismo português;
- Instituiu uma democracia política entre cujos elementos básicos se contam os princípios da igualdade de direitos e da proporcionalidade no sistema eleitoral, o Poder Local democrático e a autonomia regional nos arquipélagos da Madeira e Açores;
- Liquidou o capitalismo monopolista de Estado e os grupos monopolistas e o seu domínio sobre a economia e a vida nacional, criando com as nacionalizações um sector básico da economia portuguesa em condições de dinamizar o desenvolvimento económico e garantir o interesse público;
- Criou condições para a realização de profundas transformações nos campos, nomeadamente através da Reforma Agrária, do alargamento dos direitos dos rendeiros, da proibição dos regimes de aforamento, colónia e parceria agrícola e do reconhecimento da posse, gestão e fruição dos baldios pelos povos;
- Promoveu o melhoramento das condições de vida do povo;
- Pôs fim ao isolamento internacional do País estabelecendo relações diplomáticas de Portugal com os países socialistas e diversificando as relações externas;
- Impulsionou importantes transformações e mudanças nas esferas dos ideais, valores, atitudes e comportamentos cívicos, sociais, culturais e políticos.

Trata-se de grandes realizações e conquistas que imprimiram ao novo regime as suas características fundamentais.

Não se tratou de medidas voluntaristas ou desadequadas à realidade portuguesa. Nas condições existentes e perante a conspiração, a sabotagem e as tentativas de golpes de força de sectores reacçãoários apoiados pelos grandes capitalistas e agrários, as grandes reformas estruturais não só criaram

uma base nova e promissora para o desenvolvimento económico e social, como foram necessárias para a defesa das liberdades e da democracia nascente.

A classe operária, as massas populares e os militares progressistas — os «capitães de Abril» — unidos na aliança Povo-MFA, desempenharam papel fundamental em todas as conquistas democráticas. O PCP foi neste processo uma força política essencial e determinante.

4. O processo contra-revolucionário

O avanço e a continuação do processo democrático da revolução de Abril foram entretanto comprometidos, paralisados e interrompidos por virtude de numerosos factores:

- a inexistência de um poder político com um programa definido e o empenho em realizá-lo;
- a incapacidade para uma rápida estruturação global de um Estado democrático;
- as divisões, os conflitos e ulteriormente os confrontos no MFA permitindo a retomada progressiva de posições nas Forças Armadas por elementos conservadores e revanchistas;
- a colaboração do PS e de sectores democráticos do MFA com os sectores mais conservadores e golpistas no novo quadro do poder;
- o esquerdismo e fortes tendências e correntes de radicalismo no campo democrático e em algumas organizações do Partido;
- o apoio à reacção interna, ingerências e pressões financeira, económica, política e diplomática do imperialismo;
- o acesso ao poder de forças conservadoras nos países capitalistas mais desenvolvidos e o agravamento da situação internacional.

O conjunto destes e outros factores inseriu no processo revolucionário profundas contradições, conduziu a uma acenada irregularidade, a uma instabilidade crescente e a variações constantes da correlação de forças, e abriu caminho ao avanço das forças reacçãoárias e conservadoras no sistema de poder e à formação de alianças que viriam a culminar no 25 de Novembro.

A partir de 1976 a política de sucessivos governos, em manifesto desrespeito pela Constituição da República e pela legalidade democrática, adoptaram como objectivo estratégico a restauração dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista, com a sua dinâmica de exploração. Desencadeou-se e desenvolveu-se assim o processo contra-revolucionário.

As ofensivas contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações e outros sectores não-capitalistas com vistas à restauração do capital financeiro e do grande capital monopolista, a ofensiva contra a Reforma Agrária para a restauração do latifúndio, contra os direitos dos rendeiros e os direitos dos povos aos baldios, constituíram **uma verdadeira cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas**, transferindo para as mãos dos grandes capitalistas a propriedade de capitais e de meios de produção do Estado, dos trabalhadores, do povo português.

As ofensivas contra as grandes transformações democráticas das estruturas socioeconómicas foram acompanhadas sistematicamente por medidas limitativas das liberdades dos cidadãos e por tentativas para subverter princípios e instituições essenciais do edifício da democracia política portuguesa.

O facto de que, após 12 anos de sucessivos planos e ofensivas contra-revolucionárias, os governos não terem conseguido a liquidação completa das conquistas democráticas de Abril, deve-se à luta dos trabalhadores, de amplos sectores sociais e das forças democráticas mais consequentes que em diversos momentos cruciais conseguiram derrotar planos em curso.

Os interesses, a independência e a soberania nacionais foram profundamente afectados. A integração na CEE inseriu-se nos planos subversivos de restauração do capitalismo monopolista e de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático português que as consagra.

A política de restauração monopolista com as ofensivas contra as conquistas de Abril não só não resolveu nenhum dos mais graves problemas nacionais, como teve consequências gravosas na situação económica e social do País.

A vida nacional nos últimos 12 anos tem a caracterizá-la o constante desrespeito por parte dos governos de princípios constitucionais e da legalidade democrática, e o desenvolvimento da luta popular em estrita observância da legalidade democrática. A Constituição da República e a legalidade afirmaram-se como obstáculos reais a uma política que visa subverter o regime democrático instaurado com a Revolução de Abril.

A par da luta diária em defesa dos interesses do povo e do País e das conquistas democráticas, a defesa da Constituição da República e dos seus princípios é um dos objectivos centrais da luta dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas.

5. A integração na CEE condicionalismos externos da democracia portuguesa

A integração de Portugal na CEE, contra a qual o PCP justamente lutou, criou novos obstáculos e novos condicionalismos a uma política conforme com o regime democrático criado pela revolução de Abril e definido na Constituição da República.

As limitações à independência e soberania nacionais decorrentes da integração de Portugal na CEE radicam-se, não só no carácter supranacional de muitas das decisões comunitárias, como nos tratados e acordos firmados pelo Governo português sem acautelar no mínimo os interesses nacionais.

Assim, a realização de uma política democrática é condicionada neste fim de século por factores externos alheios e em muitos aspectos contrários aos interesses, às necessidades, às aspirações e à vontade do povo português.

A integração de Portugal na CEE é uma nova realidade na situação portuguesa que tem de ser tida necessariamente em conta na definição de uma política nacional e democrática neste fim do século XX.

Uma política ao serviço do povo e de Portugal tem de conjugar a firme defesa dos interesses do povo português e de Portugal com orientações e actuações internas e externas que visem por um lado minimizar os condicionalismos e consequências negativas da integração e por outro lado utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades abertas por políticas comunitárias.

A internacionalização da economia, a divisão internacional do trabalho e os processos de integração correspondem, neste fim do século XX, a leis objectivas do desenvolvimento não exclusivas do capitalismo. Tais processos podem servir os monopólios e as transnacionais, ou podem servir os povos. É direito inalienável de cada povo lutar num tal quadro em defesa dos seus interesses e direitos.

O povo português tem e deverá sempre ter o pleno direito de decidir do seu próprio destino e de escolher em qualquer altura os caminhos que mais lhe convierem.

6. Abril no futuro democrático de Portugal

As históricas conquistas da revolução de Abril criaram condições para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural.

O processo contra-revolucionário adiou a concretização de tal perspectiva, mas muitas das conquistas e valores da revolução de Abril criaram e mantêm fundas raízes na vida e na realidade nacionais.

Quaisquer que sejam os êxitos conjunturais das ofensivas antidemocráticas, a democracia exige:

- a garantia efectiva do pleno exercício das liberdades e da plena satisfação dos direitos dos cidadãos;
- a organização do poder político de molde a prevenir e a impedir actuações ilegais e arbitrarias e a assegurar a participação e intervenção popular;
- as alavancas fundamentais da vida económica nacional ao serviço dos interesses do País;
- um salto qualitativo no desenvolvimento e na dinamização da agricultura incompatível com a agricultura do latifúndio e com o abandono e ruína dos pequenos e médios agricultores;
- a democratização de toda a vida económica, social, política e cultural do País;
- a afirmação e a prática de uma política de independência nacional.



II

PORTUGAL:

UMA DEMOCRACIA AVANÇADA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

No ideal dos comunistas, a democracia é simultaneamente política, económica, social e cultural.

A democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português, contém seis componentes ou objectivos fundamentais:

- 1.º um regime de liberdade no qual o povo decida o seu destino;
- 2.º um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente;
- 3.º o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica ao serviço do povo e do País;
- 4.º uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo;
- 5.º a democracia cultural que assegure o acesso generalizado à criação e fruição da cultura;
- 6.º uma pátria independente e soberana com uma política de cooperação, paz e amizade.

1. Um regime de liberdade

A democracia política, embora intimamente relacionada com a democracia económica, social e cultural, possui um valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.

A liberdade é um elemento básico essencial da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.

É pressuposto de um regime de liberdade a igualdade de direitos, deveres e oportunidades dos cidadãos, sem discriminações por motivo do sexo, de raça, de convicções políticas, de crenças religiosas, de situação económica e de condição social.

Serão plenamente assegurados os direitos pessoais fundamentais, designadamente o direito à vida, à integridade moral e física, à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

O reconhecimento e a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos:

- a liberdade de expressão de pensamento, a liberdade de imprensa e o direito à informação;
- o direito de eleger e ser eleito para cargos públicos em condição de igualdade e liberdade;
- a liberdade de constituição e acção de partidos políticos e outras associações;
- a liberdade de reunião e manifestação;
- a liberdade sindical, com efectiva garantia de actividade em todos os locais de trabalho;
- o direito à greve;
- a liberdade de criação cultural, científica e artística;
- a liberdade de consciência, de religião e de culto;
- a liberdade de circulação, estadia e fixação em todo o território nacional, bem como o direito de emigração e de retorno.
- o direito à liberdade física, à privacidade e à plena aplicação das garantias do processo criminal.

No regime de liberdade que o PCP propõe ao povo português as eleições são fundamento directo do poder político e da legitimidade da constituição dos seus órgãos.

Este traço do regime de liberdade exige que as eleições sejam realizadas com princípios que garantam a democraticidade de todo o processo e a representatividade dos eleitos com eliminação efectiva de pressões e coacções económicas e sociais, de métodos de manipulação da opinião pública e de falseamento da vontade popular.

Uma Comunicação Social democrática, plural e responsável é essencial num regime de liberdade, para a formação da opinião dos cidadãos, o estímulo à sua participação cívica, a transparência da vida política, o controlo democrático da acção dos órgãos de poder, a expressão genuína da vontade popular através do sufrágio, o conhecimento das realidades e o esforço colectivo para a solução dos problemas nacionais, a elevação do nível cultural da população e a aproximação, amizade e compreensão entre os povos.

Constituem elementos de uma Comunicação Social democrática, plural e responsável entre outros: a existência de um sector público de Comunicação Social, independente do governo e dos partidos; a defesa da independência dos órgãos de comunicação face ao poder económico; a garantia dos direitos dos jornalistas; a garantia do exercício do direito de antena, do direito de réplica e do direito de resposta; o apoio à imprensa regional e às rádios locais.

A democracia avançada que o PCP propõe e preconiza tem como objectivo alargar crescentemente o alcance e o exercício das liberdades pessoais e colectivas, e a garantia efectiva dos direitos dos cidadãos.

2. Um Estado democrático

O Estado, as suas características, os critérios de designação dos seus órgãos, a medida e o sentido do exercício das suas funções, a sua receptividade à participação e intervenção

popular, representam simultaneamente um objectivo programático autónomo e uma condição de realização de outros objectivos programáticos. Na democracia avançada que o PCP propõe ao povo português o Estado deve ser estruturado de forma a corresponder aos interesses e necessidades do povo e do País.

São seus elementos componentes:

— **A organização do poder político** de que serão traços essenciais: o sufrágio directo, secreto e periódico para designação dos órgãos do Estado; a separação e interdependência dos órgãos de soberania; o respeito pela legalidade constitucional; o poder local democrático com garantia efectiva de autonomia das decisões na esfera das suas competências; a criação de regiões administrativas no Continente, fixadas tendo em conta a vontade das populações; a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas no quadro da unidade e soberania nacionais.

— **A participação popular permanente no exercício do poder** não apenas nos actos eleitorais, mas também com formas de democracia directa e participativa, designadamente: o direito de todos os cidadãos tomarem parte na vida política e na direcção dos assuntos políticos; o direito de os trabalhadores e de os pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, participarem na definição e elaboração da política que lhes diga directamente respeito; o direito de os trabalhadores participarem na gestão das empresas públicas e no controlo de gestão; o direito de participação popular na administração da Justiça e na gestão dos serviços públicos essenciais; o direito de petição e acção popular; a iniciativa popular e as consultas locais; a participação das organizações populares de base no poder local.

— **A Administração Pública** descentralizada, desconcentrada, simplificada e desburocratizada, moderna, eficaz e eficiente, aberta, próxima das populações e ao serviço dos seus interesses, actuando com isenção justa e imparcialidade, prestando contas da sua actividade, observando a legalidade democrática, utilizando critérios transparentes de mérito e competência no acesso a cargos de Administração, nas promoções e nomeações para cargos de chefia e respeitando outros direitos dos trabalhadores.

— **Serviços essenciais** sob a responsabilidade do Estado como a segurança social, a saúde, o ensino, a habitação para camadas insolventes, saneamento básico e outros sem prejuízo da existência de actividades particulares nestas áreas desde que integradas na política democrática do Estado.

— **A Justiça** democratizada, moderna, célere e acessível através do nível das custas, da simplificação do processo e do patrocínio judiciário, com o respeito efectivo pela independência dos tribunais e a autonomia dos magistrados judiciais e do Ministério Público.

— **Forças Armadas** inteiramente dedicadas à defesa da independência e soberania nacionais contra quaisquer ameaças externas, fiéis à Constituição e aos valores democráticos, apoiadas numa política de defesa nacional e num serviço militar obrigatório, em condições dignas que valorizem a juventude, recusando na sua vida interna todas as discriminações de carácter político e ideológico.

— **A segurança e ordem pública** garantidas por forças e serviços despartidarizados, institucionalmente controlados, educados no respeito pela Constituição, pelos cidadãos e por si próprios, reforçando as medidas preventivas, combatendo a criminalidade e a violência.

3. O desenvolvimento económico

O desenvolvimento económico deve ter como objectivo a melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses, o progresso nacional, e a salvaguarda da independência de Portugal.

Para tal importa uma economia moderna, com um nível elevado de produtividade, emprego e salários com produções e serviços de boa base científico-técnica, numa nova especialização produtiva e uma inserção mais favorável na divisão internacional do trabalho. Os principais défices estruturais — agro-alimentar, energético e de bens de equipamento devem ser substancialmente atenuados ou controlados.

Para se atingir esse desenvolvimento torna-se necessária uma estratégia de desenvolvimento que a nível interno parta da realidade nacional e a nível externo tenha em conta a integração de Portugal na CEE e os condicionamentos dela resultantes.

Tal estratégia de desenvolvimento deverá ter como principais vectores:

- O aproveitamento, a mobilização das potencialidades e a gestão adequada dos recursos naturais, da capacidade produtiva e dos recursos humanos.
- O aumento da produção nacional como factor básico do desenvolvimento económico, do melhoramento das condições de vida do povo, e da superação de problemas nacionais, como o défice da balança comercial, a dívida pública e o endividamento externo.

— **A modernização e a reorganização da economia e o aumento da produtividade**, exigindo a superação dos mais graves desequilíbrios regionais, o desenvolvimento científico e tecnológico, a aplicação dos avanços da revolução científico-técnica, uma nova especialização produtiva do País.

— **O planeamento** que indique grandes linhas e metas de actuação.

— **a ciência e a tecnologia** intervindo crescentemente nas forças produtivas fomentando o desenvolvimento;

— **A cooperação económica internacional** pautada pela afirmação do interesse nacional na divisão internacional do trabalho.

As políticas sectoriais a inserir no novo Programa (política energética, política industrial, política agrícola, política de pescas, política de transportes, política de ciências e de tecnologia, políticas do comércio interno e do comércio externo, política de turismo) assim como a política financeira e fiscal e a política de investimento inserem-se em tal estratégia nacional de desenvolvimento.

Para garantir o desenvolvimento torna-se necessária uma organização económica mista, livre do domínio dos monopólios capitalistas, com formações económicas diversificadas e complementares, com as suas dinâmicas próprias apoiadas pelo Estado, designadamente:

- um Sector Empresarial do Estado, integrado e modernizado, abrangendo a banca e outros sectores básicos e estratégicos da economia;
- um sector privado de empresas de variada grandeza, designadamente pequenas e médias empresas;
- empresas e explorações agrícolas familiares;
- unidades de produção/cooperativas da Reforma Agrária;
- cooperativas de produção, de serviço, de consumo e de comercialização.

A libertação de alavancas fundamentais da economia portuguesa do domínio do grande capital, exige um sector empresarial do Estado dinâmico em que a gestão das respectivas empresas seja coordenada, desvinculada da actuação abusiva dos governos, e assegurada por gestores competentes ao serviço efectivo do Estado e do interesse e bem públicos.

A libertação relativamente a imposições externas exige uma política patriótica nas relações internacionais, com a afirmação e defesa permanente dos interesses nacionais nos tratados, acordos e negociações em que Portugal participe (designadamente na CEE).

4. Uma política social

O melhoramento das condições de vida e o desenvolvimento económico são elementos indissociavelmente complementares na política democrática que o PCP propõe ao povo português.

O desenvolvimento económico deve ter como um dos principais objectivos a eliminação da pobreza, das gravíssimas carências, injustiças e desigualdades sociais do povo português, o aumento do seu bem-estar material e cultural, a garantia dos seus direitos sociais.

10 direitos sociais fundamentais devem ser assegurados:

- **O direito ao trabalho e à justa remuneração**, assegurado por uma política económica e social que tenha como objectivo a criação e a garantia de emprego, a igualdade de acesso aos postos de trabalho, e a elevação progressiva das condições de vida;
- **O direito à segurança social**, assegurado por um sistema integrado, descentralizado e participado, no respeito pelos princípios da universalidade, unidade, igualdade e solidariedade de forma a proteger os cidadãos em situação de doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade;
- **O direito à saúde**, assegurado fundamentalmente por um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, com uma gestão participada e descentralizada;
- **O direito à educação, ao ensino e à cultura**, assegurado por um sistema educativo democraticamente gerido que permita a todos os portugueses iguais condições de acesso à escola, ao sucesso escolar e ao desenvolvimento das suas potencialidades, capacidades e vocações individuais, e pela criação de condições favoráveis à criação e fruição literária, artística e científica;
- **O direito à habitação**, assegurado por uma política que tenha como objectivo proporcionar a acessibilidade de habitação compatível com o rendimento, quer pela via do arrendamento, quer pelo processo de compra de casa própria, quer pela reconversão das zonas de clandestinos;
- **O direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado**, assegurado pela preservação da floresta, a defesa dos cursos de água, das praias e da atmosfera, o combate à desertificação dos solos agrícolas e à irracional expansão urbana e o desenvolvimento dos espaços verdes;

e ainda

— **O direito das mulheres à igualdade**, assegurado no plano jurídico e no plano material.

— **O direito dos jovens** ao ensino, à realização e formação profissional, ao trabalho, à educação física e desporto e ao aproveitamento dos tempos livres.

— **O direito dos idosos** a uma vida digna.

— **O direito dos deficientes** a uma vida integrada na sociedade como cidadãos de pleno direito.

Não basta que fique na lei o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e de todos os cidadãos. Uma política democrática, pelas suas orientações e pela sua realização, tem de assegurá-los na prática.

5. Democracia cultural

A democratização cultural que o PCP propõe aos portugueses consiste no efectivo exercício dos direitos culturais na elevação do nível de conhecimento da população na superação do analfabetismo e do obscurantismo, na generalização e elevação de participação criadora dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, bem como das suas organizações, nas várias esferas da vida social, e também, na pedagogia activa dos valores democráticos.

A democracia cultural que o PCP defende é indissociável da democracia nas suas dimensões política, económica e social, que são condições materiais da sua realização, mas o exercício dos direitos culturais e a luta pela sua expansão e aprofundamento são factores da democracia globalmente considerada. A democracia cultural constitui um dos factores de transformação de vida.

São elementos fundamentais de uma democracia cultural:

- A progressiva generalização da fruição dos bens culturais, com a eliminação das discriminações económicas, sociais e regionais.
- Uma Escola orientada para o desenvolvimento sempre actualizado para a emancipação cultural e a pedagogia democrática.
- Uma coerente política nacional de ciência e tecnologia.
- A criação de condições materiais e espirituais que propiciem o desenvolvimento da criação e da fruição artística.
- A elevação do papel cultural da comunicação social.
- O estudo, a salvaguarda e a divulgação do património cultural nacional, regional e local erudito e popular, tradicional ou actual.
- Uma política que fomente a educação física e o desporto.
- Uma política de ambiente, de ordenamento do território e de urbanismo.
- A descentralização e regionalização dos equipamentos culturais.
- O reconhecimento da função social específica dos trabalhadores da cultura.

A política cultural que o PCP propõe implica uma forte responsabilidade do Estado, mas só pode ser construída com a participação e a intervenção criadora do povo e dos indivíduos.

A educação e o ensino, devem estimular o pensamento activo, crítico e criador, recusando-se a imposição dogmática e obscurantista de conceitos ou valores alheios aos esforços da investigação e do conhecimento da realidade.

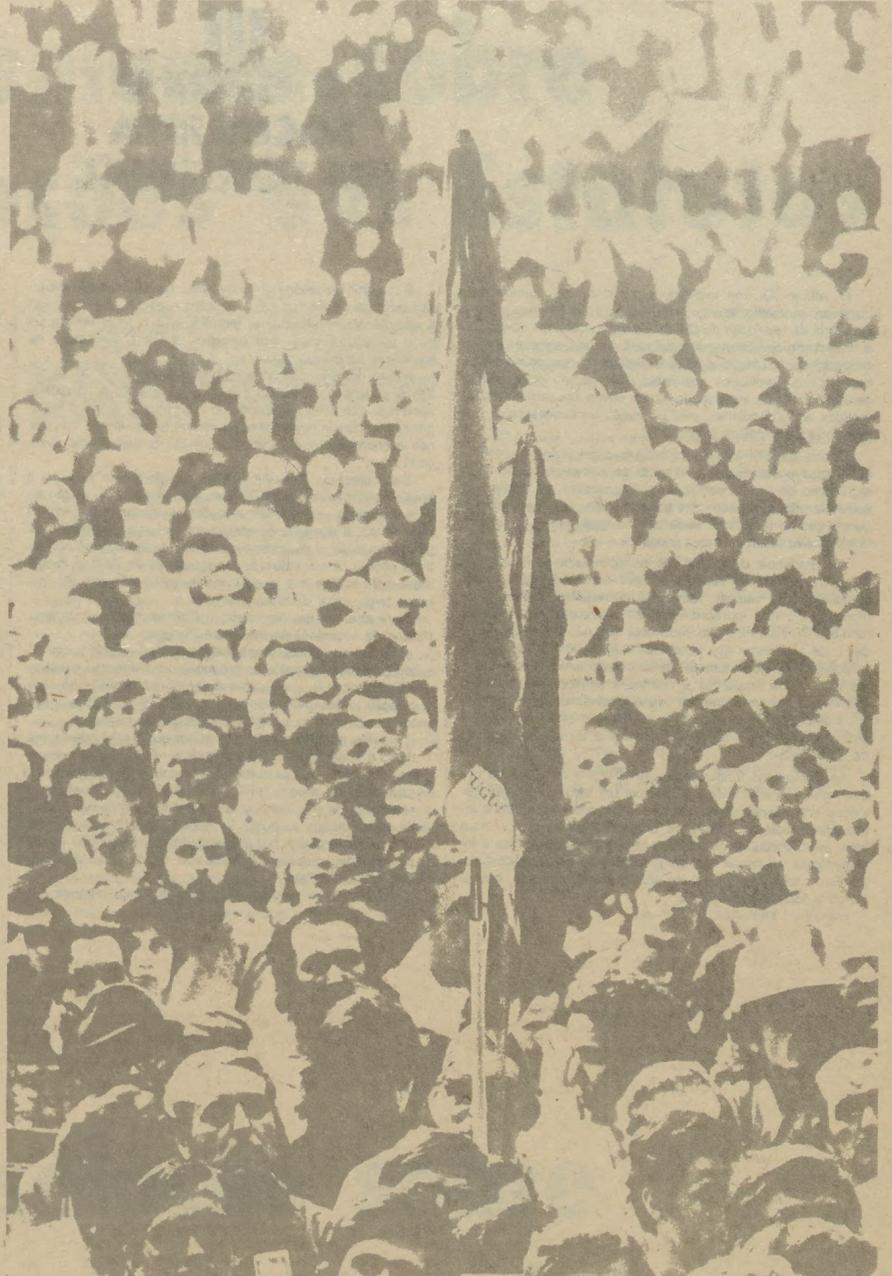
A democracia cultural que o PCP propõe aos portugueses é um factor de emancipação social e nacional; um factor de desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade no seu conjunto.

6. Uma pátria independente e soberana

A independência, a soberania e a integridade territorial de Portugal constituem valores fundamentais e inalienáveis da nação, do Estado e do povo. A sua defesa constitui um princípio básico na política de relações externas na democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.

Portugal está vitalmente interessado no incremento da cooperação económica, científica, tecnológica, cultural, política e diplomática com outros países, com respeito pelos interesses recíprocos, a independência e a soberania nacionais na superação do ciclo tradicional de relações externas afuniladas, e na diversificação das relações externas.

Numa economia mundial caracterizada pelo desenvolvimento acelerado da internacionalização dos aparelhos produtivos, da complementaridade de recursos, da divisão internacional do trabalho e dos processos de integração, a integração de Portugal na CEE agrava laços de dependência e influi por um período de tempo indeterminado na economia e na política de Portugal. No quadro da integração na CEE é indispensável



garantir os poderes do Estado Português para a defesa dos interesses nacionais e o respeito pelo «interesse vital» da nação portuguesa.

No plano político-militar, sujeito a crescentes compromissos externos, que lhe impõem graves vulnerabilidades, Portugal está vitalmente interessado no processo de desarmamento e desarmamento e no reforço dos mecanismos internacionais de segurança colectiva.

São elementos fundamentais da independência e da soberania portuguesas:

- a **independência económica**, garantindo, no quadro da cooperação internacional e designadamente no quadro da CEE o domínio nacional dos sectores e recursos estratégicos da economia, a atenuação dos défices externos do desenvolvimento da produção, a atenuação da dívida externa e a inserção não subordinada na divisão internacional do trabalho;
- a **definição nacional da política de defesa**, garantindo a autonomia na definição de uma doutrina e na adopção dos conceitos estratégicos fundamentais, a independência das Forças Armadas Portuguesas em relação a qualquer controlo ou ingerência externas, a decisão prévia e controlo nacional sobre a utilização do território e zonas marítimas portuguesas por forças estrangeiras excluindo utilizações para operações de agressão, para projectos de militarização do espaço ou como base de instalação e trânsito de quaisquer meios ou tipos de armamento nuclear;
- a **autonomia de decisão e relacionamento diplomático**, sem subordinação a ditames ou imposições externas;
- a **salvaguarda e desenvolvimento da cultura portuguesa**;
- o **desenvolvimento nacional da ciência e tecnologia**.

Na democracia avançada, Portugal desenvolverá uma poli-

tica externa diversificada, de cooperação, de paz e amizade com todos os povos:

- As relações com a CEE e países membros, defendendo os interesses e a soberania nacionais;
- As relações tradicionais, designadamente com outros países da Europa Ocidental e com os EUA;
- As relações de amizade e cooperação com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe (bem como com o Brasil);
- As relações de amizade e cooperação com os países do chamado Terceiro Mundo com particular referência ao Movimento dos Não Alinhados;
- As relações de amizade e cooperação com os países socialistas.

Portugal:

- Será activamente solidário com os povos em luta pela sua liberdade e progresso social, vítimas de agressões do imperialismo, contra o colonialismo, o racismo, o *aphartoid* e o sionismo e assumirá cabalmente todas as suas responsabilidades com o povo de Timor-Leste, no sentido de assegurar a sua autodeterminação e independência.
- Intervirá activamente em todas as instâncias internacionais em que participa, particularmente na ONU e suas agências.
- Empenhar-se-á na criação de uma nova ordem económica internacional.
- Contribuirá activamente para o processo que conduza ao desarmamento e ao estabelecimento de um sistema de segurança colectiva que permita caminhar para a dissolução dos blocos político-militares.

Na democracia avançada que o PCP propõe para o limiar do século XXI, Portugal assumirá o seu pleno direito de decidir do seu próprio regime social e político, da sua própria política interna e externa, do seu futuro e do seu destino.

III O FUTURO SOCIALISTA EM PORTUGAL

O século XX fica marcado na História da humanidade como um momento de viragem da sociedade humana a partir da vitória da revolução de Outubro e da constituição do primeiro Estado de operários e camponeses. Passos agigantados do processo de libertação dos trabalhadores e dos povos foram dados pelas revoluções socialistas, pelo ruir do colonialismo, pela conquista da independência por povos secularmente submetidos ao jugo colonial, pela conquista de direitos pelos trabalhadores nos países capitalistas.

Depois de milénios de sociedades cujos sistemas socioeconómicos e cujo desenvolvimento se basearam sempre na exploração de umas classes por outras classes, as revoluções socialistas, com o poder dos trabalhadores, empreenderam a construção de uma nova sociedade na qual o bem do povo é um objectivo básico de toda a política.

A experiência da construção da sociedade socialista, em países com graus de desenvolvimento, estruturas económicas, composição de classes, ideologias dominantes, culturas, tradições e hábitos extraordinariamente diferenciados, mostra (como o PCP de há muito sublinhou) que não existe um «modelo» de socialismo que possa ter validade universal, que as soluções adoptadas têm de estar constantemente sujeitas à verificação dos resultados e abertas à correcção quando necessária, e que, para impedir o uso indevido do poder político e da autoridade, são essenciais o exercício efectivo do poder pelo povo e a consideração permanente do aprofundamento da democracia.

As realizações fundamentais da URSS e de todos os outros países socialistas constituem, por um lado, conquistas históricas irreversíveis das quais no mundo contemporâneo é inseparável qualquer verdadeiro progresso social e, por outro lado, experiências revolucionárias cuja assimilação crítica é indispensável às forças que se propõem, no seu próprio país, pôr fim a todas as formas de exploração e opressão, constituindo a sociedade socialista.

É a partir da realidade portuguesa, da experiência revolucionária portuguesa nos seus múltiplos aspectos e assimilando a experiência revolucionária mundial, que o PCP aponta ao povo português, como seu objectivo, a futura construção da sociedade socialista.

A luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI é parte constitutiva da luta pelo socialismo. A sociedade socialista, que como perspectiva o PCP propõe ao povo português, incorpora e desenvolve elementos fundamentais nos planos económico, social, político e cultural da democracia avançada.

São objectivos fundamentais do socialismo em Portugal a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas, inspirada por valores humanistas, a elevação constante do bem-estar material e espiritual do povo, o desaparecimento das desigualdades e injustiças sociais, a concretização da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país, como força social dinâmica e criativa.

Para alcançar tais objectivos, o PCP aponta como características da sociedade socialista em Portugal:

— **Na organização económica**, a propriedade social sobre os principais meios de produção, uma direcção planificada da economia, a coexistência de formas diversas de organização, o desenvolvimento harmonioso dos recursos e sectores da economia nacional e de todas as regiões.

— **No sistema político**, o poder dos trabalhadores manuais e intelectuais, a democratização de toda a vida nacional, a garantia do exercício das liberdades democráticas, a protecção na ordem jurídica dos direitos dos cidadãos, a realização de eleições com a observância estrita da legalidade pelos órgãos do poder, o respeito por opiniões, interesses sociais e aspirações diferenciadas, a intervenção e participação das massas trabalhadoras na direcção política e económica do País.

— **No plano social**, a libertação dos trabalhadores rela-

tivamente a todas as formas de opressão e exploração, o pleno emprego, o pagamento a cada um segundo o seu trabalho, a garantia do interesse material no desenvolvimento da produção, a edificação de relações sociais baseadas no respeito pela dignidade e personalidade de cada cidadão, o desenvolvimento dos serviços sociais, a defesa do meio ambiente.

— **No plano cultural**, a transformação da cultura em património e instrumento e actividade de todo o povo e o progresso da ciência, da técnica, da literatura e da arte, e com estímulo à iniciativa e criatividade individuais e colectivas.

No quadro dos objectivos essenciais, o sistema socialista em Portugal assumirá particularidades e originalidades resultantes não só das realidades do País e das tradições e condições decorrentes da História nacional como também da criatividade revolucionária das massas populares e das formas concretas que até então assumir a luta de classes e a evolução económica, social e política.

No horizonte da evolução social, como objectivo supremo do PCP, está o comunismo — sonho milenário da humanidade progressista, sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes, na qual a liberdade, a paz, a saúde, a cultura, o trabalho liberto do reino da necessidade, o repouso, o recreio, um meio ambiente equilibrado, a acção colectiva e o valor do indivíduo serão componentes de felicidade humana.

Lutando em defesa das conquistas da revolução de Abril e definido como objectivo actual «uma democracia avançada no limiar do século XXI», é a perspectiva do socialismo e do comunismo que o PCP aponta à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os homens, mulheres e jovens de Portugal.

IV O PARTIDO

Na sociedade portuguesa, o Partido Comunista Português é uma força de primacial importância na defesa dos interesses do povo e do País, do regime democrático e independência nacional.

O papel do PCP na sociedade portuguesa decorre da sua natureza, dos seus objectivos, da sua acção.

O PCP é o partido e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores na concretização de cuja política estão objectivamente interessados não apenas os trabalhadores, mas os pequenos e médios agricultores, os intelectuais e quadros técnicos, os pequenos e médios comerciantes e industriais, assim como as mulheres, a juventude, os idosos e deficientes que intervêm na vida nacional como forças sociais com interesses, aspirações e objectivos específicos.

O PCP é um partido cuja teoria, o marxismo-leninismo constantemente enriquecido por novos conhecimentos e experiências, é radicalmente antidogmático e constitui um instrumento indispensável para a análise científica da realidade das suas mutações, para a resposta criativa às novas situações e aos novos fenómenos, para a definição e a correcção se necessário dos objectivos e dos caminhos que conduzem o povo português a um futuro melhor.

O PCP é o partido de cuja gloriosa história de 67 anos é indissociável a luta do povo português pela liberdade, a democracia, a independência nacional e a paz.

Grande força da resistência antifascista e da luta pela conquista da liberdade e da democracia, força política com um papel determinante na fundação do regime democrático, o PCP é um partido portador de valores de uma ímpar história e experiência revolucionária do passado, é um grande partido que no presente defende com firmeza e coerência o regime democrático contra os planos subversivos e restauracionistas da direita; é um partido voltado para o futuro de liberdade, democracia, independência nacional, paz e socialismo de Portugal.

O PCP é um partido que tem como objectivo supremo a construção de uma sociedade socialista e comunista em Portugal.

O PCP é o partido cuja natureza social, política, objectivos, ideologia, força organizada, vida democrática interna, unidade e disciplina constituem bases fundamentais da sua força, da sua ligação às massas, da sua intervenção na vida nacional.

O PCP é um partido que se rege na sua vida interna pelo centralismo democrático, cujos princípios, enriquecidos pela prática e pela experiência asseguram simultaneamente a democracia interna, uma única orientação do partido e uma única direcção central.

O PCP é um partido patriótico, porque é parte integrante

da sociedade portuguesa e da nação portuguesa, continuador das tradições progressistas da nossa História, firme defensor dos interesses nacionais; e é um **partido internacionalista** — porque, partido dos trabalhadores portugueses cujos interesses se identificam com os interesses dos trabalhadores de outros países, partido nacional que define de forma autónoma e independente a sua orientação, é uma força integrante do movimento comunista internacional cuja composição e limites se alargam com o avanço do processo de libertação dos povos, solidário para com as forças revolucionárias do mundo, inspira as suas posições e relações internacionais no internacionalismo proletário e se assume como um partido da causa universal da libertação do homem.

O PCP é um partido que, no quadro das suas responsabilidades para com o povo e o País, considera como tarefa inseparável dos seus objectivos políticos e sociais actuar para a unidade da classe operária, a unidade das várias classes e camadas sociais objectivamente interessadas no desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa, a convergência e a unidade das forças democráticas.

Na defesa dos interesses do povo e do País, na consolidação e construção do regime democrático, o PCP desempenha na sociedade portuguesa um papel necessário, indispensável e insubstituível.

Resolução sobre as alterações aos Estatutos

O Comité Central apreciou um relatório sobre o andamento do trabalho da Comissão para a revisão dos Estatutos.

1. A Comissão teve como importante base do seu trabalho as indicações gerais aprovadas anteriormente pelo Comité Central e as opiniões e propostas de muitos membros do Comité Central bem como de outros camaradas, individualmente ou em nome de organismos do Partido.

Correspondendo ao apelo feito pelo Comité Central, a Comissão recebeu até ao final do mês de Junho cerca de 800 sugestões e propostas escritas que incidiam em 51 dos actuais 58 artigos dos Estatutos.

O Comité Central considerou de grande valor todas essas contribuições, para uma melhor percepção das questões a analisar.

2. Os Estatutos são um documento essencial para o Partido. Eles não constituem somente um conjunto de normas e princípios que formam a sua base jurídica própria; são a sua lei orgânica fundamental, que deve ser respeitada e defendida. A aceitação dos Estatutos é uma das condições para se poder ser membro do Partido.

Os Estatutos desempenham um papel de grande relevo no Partido. Eles consubstanciam a rica experiência colectiva obtida numa luta extremamente difícil, tenaz e prolongada, que cria, entre os seus participantes, um entendimento, uma solidariedade e uma consciência que se expressa por um elevado espírito revolucionário, por um profundo espírito de Partido.

Entretanto, os Estatutos têm de ir assimilando as experiências que vão tendo lugar na vida partidária, têm de ter em conta as transformações na realidade vivida, têm de melhorar através de formulações mais rigorosas e mais claras. As alterações aos Estatutos têm esses objectivos centrais.

3. Embora podendo procurar-se formulações mais rigorosas e uma redacção mais clara, os Estatutos devem continuar a consagrar as características essenciais do Partido — a sua natureza de classe, os seus objectivos supremos, o marxismo-leninismo como base teórica em que assenta a sua actividade, a indissociabilidade das tarefas nacionais com os deveres internacionalistas.

4. A estas características essenciais há que acrescentar as normas fundamentais do Partido. Entre todas estas características existe uma profunda interligação.

De todas essas normas fundamentais, assume particular relevo o centralismo democrático.

O centralismo democrático é uma conquista do movimento operário e comunista, é indispensável a um partido que necessita de uma firme unidade, de uma participação muito ampla, e uma direcção única, altamente responsável.

O centralismo democrático é uma síntese dialéctica de um princípio democrático (que exige a participação, a democraticidade, a eleição, a prestação de contas) e de um princípio centralizador (que assenta num centro único, numa sua grande responsabilidade e na compreensão e aceitação de uma disciplina, igual para todos, que tem a função de congregar e de formar).

Os princípios do centralismo democrático têm uma importância muito grande na vida do Partido. Eles também se enriquecem e se transformam de acordo com as experiências e as condições concretas que têm de ter em conta não um ou outro factor mas o conjunto de factores que são condicionantes da realidade.

Entretanto, embora os princípios do centralismo democrático possam evoluir, tenham mesmo que evoluir, não se pode extrair-lhes o que têm de mais profundo: defender uma vida

democrática dentro do Partido e uma direcção e orientação únicas.

Para isso, o Comité Central entendeu ser necessário introduzir alterações que precisem e enriqueçam a definição estatutária do centralismo democrático.

5. O Comité Central tomou conhecimento de muitas outras propostas da Comissão relativas a:

- direitos e deveres dos membros do Partido — enriquecimento da sua definição estatutária
- órgãos superiores do Partido — estruturação, funcionamento e competências
- estrutura orgânica — novas experiências, novas formas e sua relação com a estrutura clássica
- Assembleias — atribuições e periodicidade
- novos capítulos contemplando a actividade dos eleitos do Partido e o Partido e a juventude
- disciplina — clarificação de competências em matéria disciplinar e fixação de prazos
- informação no seio do Partido — sua importância e reforço da consagração estatutária.

O Comité Central discutiu estas e muitas outras questões relativas às alterações dos Estatutos e, nessa base, incumbiu a Comissão de ultimar, a breve prazo, a proposta para ser apreciada pelo Comité Central, com vistas à elaboração do projecto do CC que será sujeito à apreciação e debate em todo o Partido antes da consideração e decisão final do XII Congresso.

19/7/88

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Resolução sobre a actualidade política

O Comité Central do PCP examinou a situação política nacional no momento em que se completa um ano sobre a realização das eleições legislativas antecipadas, tendo concluído que a evolução verificada dá plena razão à análise feita pelos comunistas logo a seguir ao acto eleitoral de 19 de Julho sobre as suas pesadas consequências negativas para o regime democrático e os interesses da grande maioria dos portugueses.

Dois traços essenciais dominaram a evolução da situação neste período:

— Uma escalada sem precedentes na ofensiva das forças da direita a partir do Governo e da maioria na Assembleia da República para levar até ao fim o plano contra-revolucionário de destruição das transformações democráticas do 25 de Abril, designadamente através dos inconstitucionais «pacotes» laboral, das privatizações e agrícola;

— Uma vigorosa resistência dos trabalhadores e outras camadas sociais, bem como das forças democráticas mais consequentes, na defesa das conquistas revolucionárias do povo português através de um impetuoso movimento de grandes acções de massas compreendendo grandiosas manifestações, greves sectoriais e uma greve geral, a maior de sempre realizada no país.

Tornou-se evidente para milhões de portugueses (incluindo muitos que votaram no PSD nas últimas eleições) que há um conflito insanável entre a política governamental da direita e os seus próprios interesses. O evoluir da situação atesta a generalização do descontentamento popular, a notória redução

da base de apoio social e política do Governo PSD/Cavaco Silva e o desenvolvimento de condições favoráveis ao prosseguimento e aprofundamento da oposição à ofensiva contra-revolucionária da direita.

A política governamental apresenta dois aspectos particularmente característicos:

— Por um lado, o Governo avança contra a constituição e a legalidade democrática, na operação de transferência para os grandes grupos capitalistas nacionais e as transnacionais de meios de produção e riquezas públicas, procura por todos os meios reduzir drástica e inconstitucionalmente os direitos dos trabalhadores e introduz novos e escandalosos mecanismos de controlo e manipulação da comunicação social pelas forças do capital e da direita;

— Por outro lado, o Governo não dá cumprimento às suas promessas eleitoralistas no sentido da melhoria das condições de vida do povo; pelo contrário adopta medidas que agravam o acesso à saúde, ao ensino, à justiça e à habitação, degradam os benefícios da segurança social e aumentam a injustiça fiscal.

Um ano volvido sobre as eleições legislativas de 19 de Julho, está demonstrado que o Governo PSD/Cavaco Silva não só se mostra incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, como se confirma como um factor de desestabilização económica e social, de perturbação crescente da vida política e do próprio funcionamento regular das instituições.

Visando o objectivo estratégico central de utilizar a revisão da Constituição para subverter a Lei Fundamental e consumir

uma verdadeira ruptura constitucional, o Governo e o PSD procuraram numa primeira fase antecipar a revisão da Constituição por leis ordinárias inconstitucionais — «os pacotes» — em rebeldia e à margem de qualquer regra constitucional. Para impor os «pacotes» inconstitucionais aos outros órgãos de soberania, o Governo e o PSD multiplicaram em relação a eles campanhas e outras formas de pressão, inibição e intimidação visando constranger e condicionar a sua intervenção. A denúncia vigorosa e a firme recusa das práticas do Governo e da maioria parlamentar de chantagem e de guerrilha institucional torna-se assim um imperativo fundamental da acção das forças democráticas e da própria atitude das instituições democráticas que não podem aceitar qualquer espécie de perturbação do seu funcionamento ou qualquer amputação dos seus poderes.

A evolução da situação confirma os sérios perigos para a democracia decorrentes dos resultados das eleições de há um ano atrás e logo claramente apontadas pelo PCP. Mas demonstra também que não tinham razão aqueles que se apressaram a decretar o fim da luta de massas e a liquidação inevitável de todas as grandes conquistas do 25 de Abril. Um balanço responsável do último ano e da vida política nacional tem que pôr em grande destaque precisamente o papel fundamental da luta de massas, em ligação com a oposição das forças democráticas, ao Governo para enfrentar, contrariar e infligir mesmo severas derrotas à política governamental.

O Comité Central considera necessário adiantar, no quadro desta análise geral, as posições do PCP sobre algumas questões de grande actualidade na presente situação política.

1

Graves cedências do PS à direita na revisão da Constituição

Declarações dos principais dirigentes do PSD e do PS mostram, sem margem para dúvida, que está eminente um vasto acordo entre os dois partidos em relação à revisão constitucional.

Certas fugas vindas a público sobre a marcha das negociações e as aproximações indiciadas na Comissão da Assembleia da República entre os socialistas e a direita indicam que esse acordo está a ser feito na base de graves cedências do PS em matérias que atingem características essenciais do regime democrático e a identidade da própria Lei fundamental.

Há todas as razões para recear que o PS vá ao encontro das exigências da direita em questões tão importantes como as garantias constitucionais das nacionalizações, da Reforma Agrária, da apropriação colectiva dos principais meios de produção, solos e recursos naturais, bem como em relação a outros princípios fundamentais da organização económica.

Há razões para recear também que o PS se aproxime das reclamações da direita em certas matérias de direito eleitoral, no estatuto constitucional das autarquias, em certos direitos das comissões de trabalhadores e na diminuição das garantias constitucionais do direito à greve. O PS torna-se também o grande responsável por perigosas concepções bipolarizadoras e de distorção do sistema político ao fazer da moção de censura construtiva a sua principal prioridade na revisão constitucional.

O CC do PCP alerta os trabalhadores e todas as forças democráticas para a perigosa evolução que se verificou nos últimos dias no processo de revisão da Constituição com a aceleração das negociações PSD-PS e as preocupantes cedências que os socialistas se preparam para concretizar.

Ao aceitar, no seguimento das pressões e chantagem desencadeadas no Congresso do PSD, uma elaboração bipolar da revisão constitucional, ao dar por «fechados» pontos de negociação, ao assumir prazos e datas para um «acordo global», o PS escolhe a sombra dos gabinetes para capitular, reduz os trabalhos da Comissão da Assembleia da República a mera certificação notarial das cedências previamente concluídas e adopta nestas matérias o caminho mais perigoso para o regime democrático.

As últimas posições assumidas pelo PS em matéria de revisão da Constituição correm o risco de vir a dar cobertura aos pacotes inconstitucionais, especialmente os das privatizações e do latifúndio, mesmo em relação às leis contra as quais o PS se pronunciou e votou quando estiveram em questão na Assembleia da República. É também uma grave manifestação do clima de acordo entre o PS e a direita o apoio do PS à Lei da afixação de propaganda política, que introduz graves limitações à propaganda política no nosso sistema legal.

O CC do PCP salienta a necessidade de se desenvolver, nas presentes circunstâncias, um forte movimento de opinião democrática em defesa da Constituição que possa representar um factor de ponderação para que o PS não dê ao PSD a maioria de dois terços necessário à realização de uma revisão de ruptura e subversiva da Constituição.

O CC do PCP reafirma, finalmente, a disponibilidade dos comunistas para discutir com as outras forças democráticas tudo o que possa contribuir para a defesa da Constituição de Abril.

2

Agrava-se a situação social

Um ano decorrido sobre os resultados eleitorais de 19 de Julho milhares e milhares de portugueses dão-se hoje conta do logro em que caíram ao acreditarem nas promessas de

progresso social e estabilidade política prometidas pelo PSD e Cavaco Silva.

A demagogia governamental não consegue apagar a realidade dos factos.

As poderosas acções de massas que tiveram lugar este ano, são a demonstração clara de que a política do governo fere os interesses e aspirações de camadas muito vastas do nosso povo.

Na realidade, agravou-se o acesso aos **serviços de saúde**, bem como os seus custos. A degradação da **segurança social**, com prestações insuficientes, desactualização dos métodos de cálculos das pensões, agravamento dos períodos de garantia, aumento das dívidas por parte do patronato e estímulo à privatização de importantes serviços sociais, atinge gravemente as condições de vida do povo. A **justiça** tornou-se pior e mais cara. Aumentou o défice habitacional e o acesso ao crédito para compra de casa própria passou a ser mais difícil. A **juventude** continua a não ter trabalho e a que procura o primeiro emprego viu o direito ao subsídio de desemprego tornar-se quase uma miragem. Mantém-se e alarga-se o escândalo do trabalho infantil.

A imposição dos tectos salariais acordados entre o Governo e a UGT no âmbito do Conselho de Concertação Social, na base de taxas de inflação esperada que não se confirmam, afecta profundamente os «rendimentos do trabalho», conduzindo à diminuição dos salários reais de centenas de milhar de trabalhadores (função pública, bancários, transportes, etc.) colocando na ordem do dia a exigência da revisão dos contratos colectivos de trabalho.

O **desemprego** continua a ser um grave problema social, designadamente para os jovens e as mulheres. Milhares de trabalhadores (Siderurgia, Setenave, Quimigal) estão ameaçados de despedimento.

O número de trabalhadores sujeito a estatuto precário continua a crescer, atingindo já largas centenas de milhar de trabalhadores, e o Governo pretende generalizar a precaridade do trabalho.

O Governo Cavaco Silva e o PSD, insistindo no confronto com os trabalhadores, dando mostra de um profundo desprezo pela opinião pública, tenta de novo, através de uma operação de «cosmética» repor o «Pacote Laboral» declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional e que visa atingir gravemente os direitos de todos os trabalhadores, legitimando o poder discricionário do patronato de despedir livremente. Atacando o Tribunal Constitucional, escolhendo a via de afrontamento social e institucional, o Governo PSD/Cavaco Silva dá igualmente mostras do seu carácter autoritário.

3

O Governo fracassa em grandes objectivos económicos

Contrariamente às necessidades de uma política de apoio e orientação a um desenvolvimento rápido e equilibrado da economia portuguesa, o Governo promove uma política de desinvestimento do sector público da economia e de multiplicação de benesses financeiras e fiscais ao grande capital, ao mesmo tempo que vem reforçando o peso das indústrias tradicionais na estrutura produtiva e a redução da autonomia da economia portuguesa na sua inserção na divisão internacional do trabalho.

O já indesmentível fracasso do Governo verifica-se naquilo que proclamadamente era a sua primeira prioridade a nível macroeconómico — a taxa de inflação média anual ultrapassará 6%, devendo situar-se nos 8,5% (sem rendas de casa). E comprova plenamente que as metas do Governo para a inflação apenas tinham por objectivo travar as justas reivindicações salariais.

Após a transferência brutal de muitas dezenas de milhões de contos de mais-valias para o grande capital especulativo em prejuízo de milhares de pequenos aforradores, as Bolsas de Valores mantêm-se numa prolongada estagnação e são sacudidas por escândalos e ilegalidades que exigem um cabal esclarecimento público.

Apresentada como uma das reformas estruturais da economia, a Reforma Fiscal apresentada pelo Governo visa agra-

var a injustiça fiscal desagravando tortemente os rendimentos do capital e os ganhos especulativos e aumentando a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

A agricultura vive uma situação de calamidade resultante das condições climáticas que atinge a generalidade das regiões agrícolas, provocando a destruição de cereais, feno, hortícolas, vinho, frutas (melão e cereja quase total) e tomate.

Perante esta situação, e comprovando-se a ineficácia do actual sistema do seguro agrícola, o Governo em vez de mobilizar prontamente os meios materiais e humanos para acorrer ao desastre que se vive, mostra-se inoperante, anuncia créditos desadequados e medidas insuficientes.

O Governo tem-se revelado incapaz de avaliar a situação e os prejuízos ocorridos, não dá resposta às reclamações dos agricultores, às necessidades que colocam as produções afectadas (tratamentos e escoamento, culturas alternativas) e às necessidades das indemnizações que garantam a sobrevivência dos agricultores.

Por outro lado, o Governo em vez de promover o investimento, o aumento da produção, o apoio técnico e económico e a estabilidade dos agricultores, segue uma política de importações desnecessárias (como a da carne de bovino), de desprotecção do mercado nacional face à concorrência externa, de baixa de rendimentos dos produtores (pelo congelamento dos preços e aumento dos encargos) e provoca a instabilidade económica e social através de medidas legislativas (lei dos baldios, arrendamento rural, emparcelamento rural, imposto sobre a indústria agrícola, etc.).

Nesta política de submissão aos interesses da CEE, os pequenos e médios agricultores são ainda vítimas de discriminação no acesso aos fundos da CEE, agravado recentemente pela redução em cerca de 50% das indemnizações compensatórias.

A ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado e a Reforma Agrária, conduzindo à instabilidade e a um ainda maior enfraquecimento da estrutura produtiva nacional e à criação de condições para a entrega do domínio da economia nacional às multinacionais, tornam a economia mais vulnerável ao embate do chamado «mercado interno» a nível da CEE.

4

Persistir e alargar a luta de massas

O carácter antipopular e antidemocrático dos projectos e acção deste Governo, exigem uma resposta firme de todas as forças democráticas.

As muitas e grandiosas lutas dos trabalhadores e de outros sectores sociais que têm tido lugar, o funcionamento das instituições confirmam mais uma vez que, apesar dos perigos que a acção deste Governo e da sua maioria parlamentar comportam para o regime democrático, os trabalhadores e as forças democráticas podem se unidas resistir à ofensiva e derrotar as forças de direita.

A defesa da Constituição assume no actual quadro político tarefa essencial para a defesa do regime democrático saído da revolução de Abril. A intensificação da participação popular no processo de revisão da Constituição é uma condição decisiva para contrariar a subversão da Lei Fundamental.

A luta contra a nova ameaça do pacote laboral, contra os tectos salariais e pela revisão dos contratos colectivos de forma a garantir a melhoria das condições de vida, a luta em defesa das liberdades, contra os despedimentos colectivos, a precaridade do trabalho, a privatização das empresas públicas, a luta dos agricultores por subsídios justos, poderão criar condições para o desenvolvimento de um amplo movimento de massas capaz de derrotar os projectos do Governo.

O Comité Central do PCP apela aos trabalhadores, às massas populares, às forças democráticas, para intensificarem a sua luta por interesses imediatos e as conquistas democráticas, reforçarem a sua unidade e cooperação.

2.ª edição
rectificada

Em Foco

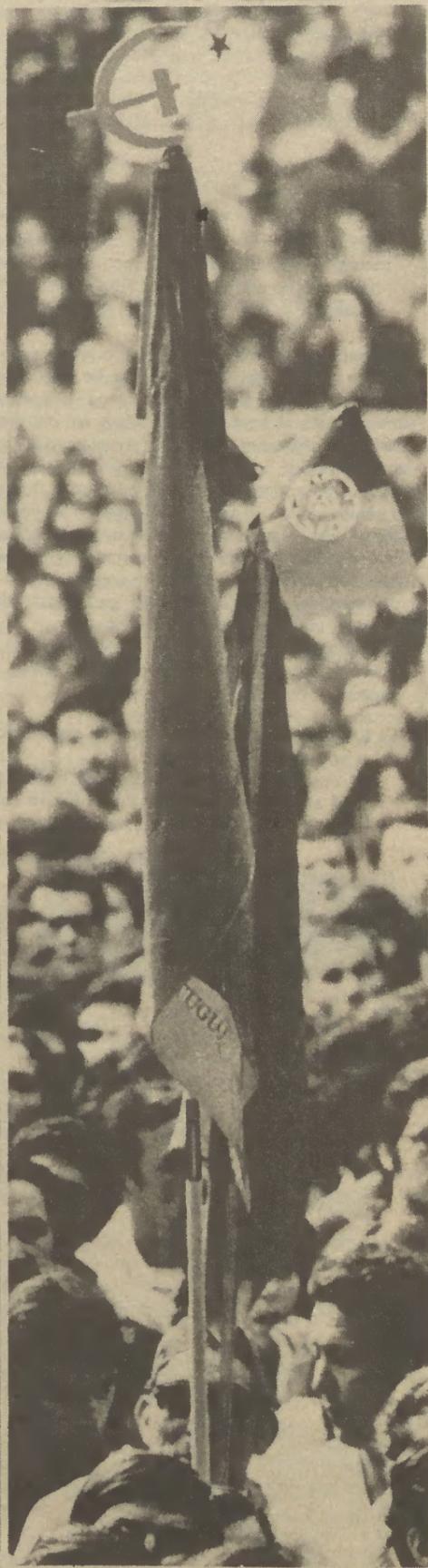
Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 760

21 de Julho de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Reunião do Comité Central de 18 e 19 de Julho de 1988

Na sua reunião plenária de 18 e 19 de Julho o Comité Central examinou o andamento dos trabalhos relativos à elaboração do novo Programa do Partido e às alterações dos Estatutos. Tendo apreciado os relatórios das Comissões respectivas, o Comité Central aprovou duas resoluções que contêm linhas gerais orientadoras relativas aos trabalhos em curso.

Estas resoluções passam a constituir desde já um material de estudo e reflexão no Partido tendo em conta que brevemente serão aprovados pelo Comité Central e editados os projectos de Programa e de alterações aos Estatutos com vistas à sua discussão em todo o Partido e a sua ulterior submissão ao XII Congresso.

Sublinhando o valor para o trabalho das Comissões das contribuições até agora recebidas e traduzidas em ideias, propostas e sugestões de numerosos camaradas, o Comité Central reitera o apelo a todos os militantes e organizações para que se empenhem no estudo e no debate dos diferentes aspectos da vida nacional

e actividades partidárias, inserindo esses estudos e debates no trabalho colectivo do Partido.

Todo este trabalho prepara o debate, a realizar no momento apropriado, em todo o Partido para a discussão dos documentos propostos pelo Comité Central.

O Comité Central aprovará numa próxima reunião plenária o regulamento relativo à 3.ª fase preparatória do Congresso (metodologia para a discussão dos documentos a apresentar ao Congresso e eleição de delegados).

O Comité Central decidiu que o XII Congresso se efectuará na cidade do Porto, nos dias 1 a 4 de Dezembro.

Na sua reunião plenária, o Comité Central aprovou ainda uma Nota relativa à situação política actual.

Antes da ordem de trabalhos, o Comité Central aprovou uma saudação a Nelson Mandela pela passagem do seu 70.º aniversário, em que expressou os votos pela sua libertação e reafirmou a profunda solidariedade do PCP para com a luta do povo sul-africano e para com o ANC.

Resolução do Comité Central sobre a elaboração do novo programa do PCP

INTRODUÇÃO

O Comité Central foi informado do trabalho realizado pela Comissão do Programa para a elaboração do novo Programa do PCP, cujo projecto, uma vez examinado e aprovado no Comité Central, será submetido à apreciação de todo o Partido e proposto depois, com as alterações que resultarem do debate, ao XII Congresso.

A elaboração e aprovação de um novo Programa do Partido apresenta-se na actual conjuntura como uma necessidade, mas com dificuldades reais.

Necessidade — dadas as profundas modificações na situação nacional resultantes da revolução de 1974/75 e do avanço posterior do processo contra-revolucionário, o carácter conjuntural de numerosas alterações introduzidas em 1974 (VII Congresso extraordinário) no Programa de 1965 e a urgência (conforme sublinhou o Comité Central na Resolução da sua reunião plenária de 5 de Maio) de definir no Programa a sociedade portuguesa por que lutam os comunistas, os objectivos que se colocam na actualidade ao Partido, aos trabalhadores, ao povo português.

Dificuldades reais — resultantes por um lado das indefinições decorrentes da revisão da Constituição em curso e relativas ao regime democrático nas suas componentes política, económica e social; e por outro lado dos condicionalismos e limitações externas à soberania nacional e à política interna resultantes nomeadamente da integração de Portugal na CEE.

Na sua reunião de 5 de Maio, o Comité Central tendo aprofundado o exame desta questão e procedido a uma me-

lhor consideração e avaliação positiva das análises e estudos já feitos anteriormente pelo Partido concluiu não apenas pela necessidade, como pela possibilidade de elaborar, pôr à discussão no Partido e submeter à aprovação do XII Congresso o novo Programa do PCP. Com esse fim, o Comité Central constituiu uma Comissão do Programa.

A viabilidade de, neste momento de indefinição da vida nacional, assim como numa situação mundial caracterizada por grandes transformações, elaborar, aprovar e apresentar ao povo português um novo programa do Partido, assenta em **três considerações fundamentais**:

1.ª A presença e valor das realizações, conquistas e objectivos da revolução de Abril na actual realidade económica, social, política e cultural portuguesa e o seu valor duradouro como componentes essenciais de um projecto democrático para Portugal neste final do século XX e limiar do século XXI.

2.ª O carácter imperativo e a possibilidade, na base da firme defesa dos interesses, independência e soberania nacionais, de realização pelo povo português de um projecto democrático que, embora contrariado, não seja impedido pelos condicionalismos externos particularmente os que provêm da nova realidade provocada pela entrada de Portugal na CEE.

3.ª A sociedade socialista que o PCP defende para Portugal cujas características e objectivos se impõe reexaminar

e definir tendo em conta a experiência própria, a evolução mundial e as transformações, processos e ensinamentos na construção do socialismo na URSS e nos outros países socialistas.

Tendo sido informado do trabalho já realizado (embora ainda não completado) na elaboração do projecto do novo Programa, o Comité Central aprovou na generalidade as ideias fundamentais já contidas no projecto em elaboração pela Comissão do Programa. Logo que completado o projecto será de novo apreciado na especialidade pelo Comité Central, aprovado, editado e sujeito ao debate em todo o Partido.

Antecedendo a edição do projecto do novo Programa, o Comité Central considera ser útil desde já dar a conhecer ao Partido ideias fundamentais já contidas no projecto em elaboração, embora o que agora se divulga seja apenas um resumo não abrangendo portanto grande parte dos desenvolvimentos em cada uma das matérias versadas.

O Comité Central aprovou a sistematização das matérias do novo Programa pelo que o projecto constará, além de uma introdução, de quatro pontos fundamentais:

1.º **A revolução de Abril, grande realização histórica do povo português.**

2.º **Uma democracia avançada no limiar do século XXI.**

3.º **A sociedade socialista como futuro de Portugal.**

4.º **O Partido, sua natureza, princípios e orientações.**



A REVOLUÇÃO DE ABRIL REALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO PORTUGUÊS

1. A revolução inacabada

A revolução de Abril constituiu um dos mais importantes acontecimentos nos oito séculos da história de Portugal, uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional.

A revolução de Abril, iniciada com o heróico levantamento militar do MFA e logo seguida por um levantamento popular, pôs fim a quase meio século de ditadura fascista, pôs fim à guerra colonial reconhecendo aos povos das então colónias portuguesas o direito à completa e imediata independência, alterou significativamente o enquadramento de Portugal no concerto internacional e realizou profundas transformações políticas, económicas e sociais que abriram na vida do país um novo período da sua história marcado pela liberdade e pelo progresso social.

Revoluções tão profundas não se resumem a um acto revolucionário: constituem um processo que pode ser mais ou menos demorado e acidentado. A revolução de Abril é uma revolução inacabada.

2. O Programa do PCP de 1965

O Programa do PCP aprovado no VI Congresso realizado em 1965, nove anos antes do 25 de Abril, definiu a natureza da revolução antifascista como **uma revolução democrática e nacional** e indicou os seus objectivos fundamentais: 1.º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5.º Democratizar a instrução e a cultura; 6.º Libertar Portugal do imperialismo; 7.º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O Programa sublinhava a interdependência destes objectivos. «Pode admitir-se (observava) que alguns dos oito objectivos enunciados só numa etapa ulterior da revolução venham a ser completamente realizados. Mas sem a realização de todos eles a revolução democrática e nacional não estará acabada e não estará assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa».

3. A revolução de Abril

A revolução de Abril confirmou que os objectivos fundamentais da revolução definidos pelo PCP correspondiam, não apenas a condições objectivas da sociedade portuguesa e às necessidades do desenvolvimento económico, do progresso social e do melhoramento das condições de vida da população, mas também à vontade do povo.

A revolução de Abril transformou profundamente a realidade nacional e o posicionamento de Portugal no mundo:

- Instaurou liberdades democráticas fundamentais e direitos básicos dos trabalhadores e dos cidadãos;
- Institucionalizou a igualdade de direitos do homem e da mulher e os direitos dos jovens;
- Pôs fim à guerra colonial e deu uma directa contribuição para a independência de povos secularmente submetidos ao colonialismo português;
- Instituiu uma democracia política entre cujos elementos básicos se contam os princípios da igualdade de direitos e da proporcionalidade no sistema eleitoral, o Poder Local democrático e a autonomia regional nos arquipélagos da Madeira e Açores;
- Liquidou o capitalismo monopolista de Estado e os grupos monopolistas e o seu domínio sobre a economia e a vida nacional, criando com as nacionalizações um sector básico da economia portuguesa em condições de dinamizar o desenvolvimento económico e garantir o interesse público;
- Criou condições para a realização de profundas transformações nos campos, nomeadamente através da Reforma Agrária, do alargamento dos direitos dos rendeiros, da proibição dos regimes de aforamento, colónia e parceria agrícola e do reconhecimento da posse, gestão e fruição dos baldios pelos povos;
- Promoveu o melhoramento das condições de vida do povo;
- Pôs fim ao isolamento internacional do País estabelecendo relações diplomáticas de Portugal com os países socialistas e diversificando as relações externas;
- Impulsionou importantes transformações e mudanças nas esferas dos ideais, valores, atitudes e comportamentos cívicos, sociais, culturais e políticos.

Trata-se de grandes realizações e conquistas que imprimiram ao novo regime as suas características fundamentais.

Não se tratou de medidas voluntaristas ou desadequadas à realidade portuguesa. Nas condições existentes e perante a conspiração, a sabotagem e as tentativas de golpes de força de sectores reaccionários apoiados pelos grandes capitalistas e agrários, as grandes reformas estruturais não só criaram

uma base nova e promissora para o desenvolvimento económico e social, como foram necessárias para a defesa das liberdades e da democracia nascente.

A classe operária, as massas populares e os militares progressistas — os «capitães de Abril» — unidos na aliança Povo-MFA, desempenharam papel fundamental em todas as conquistas democráticas. O PCP foi neste processo uma força política essencial e determinante.

4. O processo contra-revolucionário

O avanço e a continuação do processo democrático da revolução de Abril foram entretanto comprometidos, paralisados e interrompidos por virtude de numerosos factores:

- a inexistência de um poder político com um programa definido e o empenho em realizá-lo;
- a incapacidade para uma rápida estruturação global de um Estado democrático;
- as divisões, os conflitos e ulteriormente os confrontos no MFA permitindo a retomada progressiva de posições nas Forças Armadas por elementos conservadores e revanchistas;
- a colaboração do PS e de sectores democráticos do MFA com os sectores mais conservadores e golpistas no novo quadro do poder;
- o esquerdismo e fortes tendências e correntes de radicalismo no campo democrático e em algumas organizações do Partido;
- o apoio à reacção interna, ingerências e pressões financeira, económica, política e diplomática do imperialismo;
- o acesso ao poder de forças conservadoras nos países capitalistas mais desenvolvidos e o agravamento da situação internacional.

O conjunto destes e outros factores inseriu no processo revolucionário profundas contradições, conduziu a uma acentuada irregularidade, a uma instabilidade crescente e a variações constantes da correlação de forças, e abriu caminho ao avanço das forças reaccionárias e conservadoras no sistema de poder e à formação de alianças que viriam a culminar no 25 de Novembro.

A partir de 1976 a política de sucessivos governos, em manifesto desrespeito pela Constituição da República e pela legalidade democrática, adoptaram como objectivo estratégico a restauração dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista, com a sua dinâmica de exploração. Desencadeou-se e desenvolveu-se assim o processo contra-revolucionário.

As ofensivas contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações e outros sectores não-capitalistas com vistas à restauração do capital financeiro e do grande capital monopolista, a ofensiva contra a Reforma Agrária para a restauração do latifúndio, contra os direitos dos rendeiros e os direitos dos povos aos baldios, constituíram **uma verdadeira cruzada de espolações e de acumulação e centralização forçadas**, transferindo para as mãos dos grandes capitalistas a propriedade de capitais e de meios de produção do Estado, dos trabalhadores, do povo português.

As ofensivas contra as grandes transformações democráticas das estruturas socioeconómicas foram acompanhadas sistematicamente por medidas limitativas das liberdades dos cidadãos e por tentativas para subverter princípios e instituições essenciais do edifício da democracia política portuguesa.

O facto de que, após 12 anos de sucessivos planos e ofensivas contra-revolucionárias, os governos não terem conseguido a liquidação completa das conquistas democráticas de Abril, deve-se à luta dos trabalhadores, de amplos sectores sociais e das forças democráticas mais consequentes que em diversos momentos cruciais conseguiram derrotar planos em curso.

Os interesses, a independência e a soberania nacionais foram profundamente afectados. A integração na CEE inseriu-se nos planos subversivos de restauração do capitalismo monopolista e de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático português que as consagra.

A política de restauração monopolista com as ofensivas contra as conquistas de Abril não só não resolveu nenhum dos mais graves problemas nacionais, como teve consequências gravosas na situação económica e social do País.

A vida nacional nos últimos 12 anos tem a caracterizá-la o constante desrespeito por parte dos governos de princípios constitucionais e da legalidade democrática, e o desenvolvimento da luta popular em estrita observância da legalidade democrática. A Constituição da República e a legalidade afirmaram-se como obstáculos reais a uma política que visa subverter o regime democrático instaurado com a Revolução de Abril.

A par da luta diária em defesa dos interesses do povo e do País e das conquistas democráticas, a defesa da Constituição da República e dos seus princípios é um dos objectivos centrais da luta dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas.

5. A integração na CEE condicionalismos externos da democracia portuguesa

A integração de Portugal na CEE, contra a qual o PCP justamente lutou, criou novos obstáculos e novos condicionalismos a uma política conforme com o regime democrático criado pela revolução de Abril e definido na Constituição da República.

As limitações à independência e soberania nacionais decorrentes da integração de Portugal na CEE radicam-se, não só no carácter supranacional de muitas das decisões comunitárias, como nos tratados e acordos firmados pelo Governo português sem acautelar no mínimo os interesses nacionais.

Assim, a realização de uma política democrática é condicionada neste fim de século por factores externos alheios e em muitos aspectos contrários aos interesses, às necessidades, às aspirações e à vontade do povo português.

A integração de Portugal na CEE é uma nova realidade na situação portuguesa que tem de ser tida necessariamente em conta na definição de uma política nacional e democrática neste fim do século XX.

Uma política ao serviço do povo e de Portugal tem de conjugar a firme defesa dos interesses do povo português e de Portugal com orientações e actuações internas e externas que visem por um lado minimizar os condicionalismos e consequências negativas da integração e por outro lado utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades abertas por políticas comunitárias.

A internacionalização da economia, a divisão internacional do trabalho e os processos de integração correspondem, neste fim do século XX, a leis objectivas do desenvolvimento não exclusivas do capitalismo. Tais processos podem servir os monopólios e as transnacionais, ou podem servir os povos. É direito inalienável de cada povo lutar num tal quadro em defesa dos seus interesses e direitos.

O povo português tem e deverá sempre ter o pleno direito de decidir do seu próprio destino e de escolher em qualquer altura os caminhos que mais lhe convierem.

6. Abril no futuro democrático de Portugal

As históricas conquistas da revolução de Abril criaram condições para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural.

O processo contra-revolucionário adiou a concretização de tal perspectiva, mas muitas das conquistas e valores da revolução de Abril criaram e mantêm fundas raízes na vida e na realidade nacionais.

Quaisquer que sejam os êxitos conjunturais das ofensivas antidemocráticas, a democracia exige:

- a garantia efectiva do pleno exercício das liberdades e da plena satisfação dos direitos dos cidadãos;
- a organização do poder político de molde a prevenir e a impedir actuações ilegais e arbitrárias e a assegurar a participação e intervenção popular;
- as alavancas fundamentais da vida económica nacional ao serviço dos interesses do País;
- um salto qualitativo no desenvolvimento e na dinamização da agricultura incompatível com a agricultura do latifúndio e com o abandono e ruína dos pequenos e médios agricultores;
- a democratização de toda a vida económica, social, política e cultural do País;
- a afirmação e a prática de uma política de independência nacional.



II

PORTUGAL: UMA DEMOCRACIA AVANÇADA NO LIMAR DO SÉCULO XXI

No ideal dos comunistas, a democracia é simultaneamente política, económica, social e cultural.

A democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português, contém seis componentes ou objectivos fundamentais:

- 1.º um regime de liberdade no qual o povo decida o seu destino;
- 2.º um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente;
- 3.º o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica ao serviço do povo e do País;
- 4.º uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo;
- 5.º a democracia cultural que assegure o acesso generalizado à criação e fruição da cultura;
- 6.º uma pátria independente e soberana com uma política de cooperação, paz e amizade.

1. Um regime de liberdade

A democracia política, embora intimamente relacionada com a democracia económica, social e cultural, possui um valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.

A liberdade é um elemento básico essencial da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.

É pressuposto de um regime de liberdade a igualdade de direitos, deveres e oportunidades dos cidadãos, sem discriminações por motivo do sexo, de raça, de convicções políticas, de crenças religiosas, de situação económica e de condição social.

Serão plenamente assegurados os direitos pessoais fundamentais, designadamente o direito à vida, à integridade moral e física, à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

O reconhecimento e a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos:

- a liberdade de expressão de pensamento, a liberdade de imprensa e o direito à informação;
- o direito de eleger e ser eleito para cargos públicos em condição de igualdade e liberdade;
- a liberdade de constituição e acção de partidos políticos e outras associações;
- a liberdade de reunião e manifestação;
- a liberdade sindical, com efectiva garantia de actividade em todos os locais de trabalho;
- o direito à greve;
- a liberdade de criação cultural, científica e artística;
- a liberdade de consciência, de religião e de culto;
- a liberdade de circulação, estadia e fixação em todo o território nacional, bem como o direito de emigração e de retorno.
- o direito à liberdade física, à privacidade e à plena aplicação das garantias do processo criminal.

No regime de liberdade que o PCP propõe ao povo português as eleições são fundamento directo do poder político e da legitimidade da constituição dos seus órgãos.

Este traço do regime de liberdade exige que as eleições sejam realizadas com princípios que garantam a democraticidade de todo o processo e a representatividade dos eleitos com eliminação efectiva de pressões e coacções económicas e sociais, de métodos de manipulação da opinião pública e de falseamento da vontade popular.

Uma Comunicação Social democrática, plural e responsável é essencial num regime de liberdade, para a formação da opinião dos cidadãos, o estímulo à sua participação cívica, a transparência da vida política, o controlo democrático da acção dos órgãos de poder, a expressão genuína da vontade popular através do sufrágio, o conhecimento das realidades e o esforço colectivo para a solução dos problemas nacionais, a elevação do nível cultural da população e a aproximação, amizade e compreensão entre os povos.

Constituem elementos de uma Comunicação Social democrática, plural e responsável entre outros: a existência de um sector público de Comunicação Social, independente do governo e dos partidos; a defesa da independência dos órgãos de comunicação face ao poder económico; a garantia dos direitos dos jornalistas; a garantia do exercício do direito de antena, do direito de réplica e do direito de resposta; o apoio à imprensa regional e às rádios locais.

A democracia avançada que o PCP propõe e preconiza tem como objectivo alargar crescentemente o alcance e o exercício das liberdades pessoais e colectivas, e a garantia efectiva dos direitos dos cidadãos.

2. Um Estado democrático

O Estado, as suas características, os critérios de designação dos seus órgãos, a medida e o sentido do exercício das suas funções, a sua receptividade à participação e intervenção

popular, representam simultaneamente um objectivo programático autónomo e uma condição de realização de outros objectivos programáticos. Na democracia avançada que o PCP propõe ao povo português o Estado deve ser estruturado de forma a corresponder aos interesses e necessidades do povo e do País.

São seus elementos componentes:

— **A organização do poder político** de que serão traços essenciais: o sufrágio directo, secreto e periódico para designação dos órgãos do Estado; a separação e interdependência dos órgãos de soberania; o respeito pela legalidade constitucional; o poder local democrático com garantia efectiva de autonomia das decisões na esfera das suas competências; a criação de regiões administrativas no Continente, fixadas tendo em conta a vontade das populações; a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas no quadro da unidade e soberania nacionais.

— **A participação popular permanente no exercício do poder** não apenas nos actos eleitorais, mas também com formas de democracia directa e participativa, designadamente: o direito de todos os cidadãos tomarem parte na vida política e na direcção dos assuntos políticos; o direito de os trabalhadores e de os pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, participarem na definição e elaboração da política que lhes diga directamente respeito; o direito de os trabalhadores participarem na gestão das empresas públicas e no controlo de gestão; o direito de participação popular na administração da justiça e na gestão dos serviços públicos essenciais; o direito de petição e acção popular; a iniciativa popular e as consultas locais; a participação das organizações populares de base no poder local.

— **A Administração Pública** descentralizada, desconcentrada, simplificada e desburocratizada, moderna, eficaz e eficiente, aberta, próxima das populações e ao serviço dos seus interesses, actuando com isenção justa e imparcialidade, prestando contas da sua actividade, observando a legalidade democrática, utilizando critérios transparentes de mérito e competência no acesso a cargos de Administração, nas promoções e nomeações para cargos de chefia e respeitando outros direitos dos trabalhadores.

— **Serviços essenciais** sob a responsabilidade do Estado como a segurança social, a saúde, o ensino, a habitação para camadas insolventes, saneamento básico e outros sem prejuízo da existência de actividades particulares nestas áreas desde que integradas na política democrática do Estado.

— **A Justiça** democratizada, moderna, célere e acessível através do nível das custas, da simplificação do processo e do patrocínio judiciário, com o respeito efectivo pela independência dos tribunais e a autonomia dos magistrados judiciais e do Ministério Público.

— **Forças Armadas** inteiramente dedicadas à defesa da independência e soberania nacionais contra quaisquer ameaças externas, fiéis à Constituição e aos valores democráticos, apoiadas numa política de defesa nacional e num serviço militar obrigatório, em condições dignas que valorizem a juventude, recusando na sua vida interna todas as discriminações de carácter político e ideológico.

— **A segurança e ordem públicas** garantidas por forças e serviços despartidarizados, institucionalmente controlados, educados no respeito pela Constituição, pelos cidadãos e por si próprios, reforçando as medidas preventivas, combatendo a criminalidade e a violência.

3. O desenvolvimento económico

O desenvolvimento económico deve ter como objectivo a melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses, o progresso nacional, e a salvaguarda da independência de Portugal.

Para tal importa uma economia moderna, com um nível elevado de produtividade, emprego e salários com produções e serviços de boa base científico-técnica, numa nova especialização produtiva e uma inserção mais favorável na divisão internacional do trabalho. Os principais défices estruturais — agro-alimentar, energético e de bens de equipamento devem ser substancialmente atenuados ou controlados.

Para se atingir esse desenvolvimento torna-se necessária uma estratégia de desenvolvimento que a nível interno parta da realidade nacional e a nível externo tenha em conta a integração de Portugal na CEE e os condicionamentos dela resultantes.

Tal estratégia de desenvolvimento deverá ter como principais vectores:

- O aproveitamento, a mobilização das potencialidades e a gestão adequada dos recursos naturais, da capacidade produtiva e dos recursos humanos.
- O aumento da produção nacional como factor básico do desenvolvimento económico, do melhoramento das condições de vida do povo, e da superação de problemas nacionais, como o défice da balança comercial, a dívida pública e o endividamento externo.

— **A modernização e a reorganização da economia e o aumento da produtividade**, exigindo a superação dos mais graves desequilíbrios regionais, o desenvolvimento científico e tecnológico, a aplicação dos avanços da revolução científico-técnica, uma nova especialização produtiva do País.

— **O planeamento** que indique grandes linhas e metas de actuação.

— **a ciência e a tecnologia** intervindo crescentemente nas forças produtivas fomentando o desenvolvimento;

— **A cooperação económica internacional** pautada pela afirmação do interesse nacional na divisão internacional do trabalho.

As políticas sectoriais a inserir no novo Programa (política energética, política industrial, política agrícola, política de pescas, política de transportes, política de ciências e de tecnologia, políticas do comércio interno e do comércio externo, política de turismo) assim como a política financeira e fiscal e a política de investimento inserem-se em tal estratégia nacional de desenvolvimento.

Para garantir o desenvolvimento torna-se necessária uma organização económica mista, livre do domínio dos monopólios capitalistas, com formações económicas diversificadas e complementares, com as suas dinâmicas próprias apoiadas pelo Estado, designadamente:

- um Sector Empresarial do Estado, integrado e modernizado, abrangendo a banca e outros sectores básicos e estratégicos da economia;
 - um sector privado de empresas de variada grandeza, designadamente pequenas e médias empresas;
 - empresas e explorações agrícolas familiares;
 - unidades de produção/cooperativas da Reforma Agrária;
 - cooperativas de produção, de serviço, de consumo e de comercialização.
- A libertação de alavancas fundamentais da economia portuguesa do domínio do grande capital, exige um sector empresarial do Estado dinâmico em que a gestão das respectivas empresas seja coordenada, desvinculada da actuação abusiva dos governos, e assegurada por gestores competentes ao serviço efectivo do Estado e do interesse e bem públicos.
- A libertação relativamente a imposições externas exige uma política patriótica nas relações internacionais, com a afirmação e defesa permanente dos interesses nacionais nos tratados, acordos e negociações em que Portugal participe (designadamente na CEE).

4. Uma política social

O melhoramento das condições de vida e o desenvolvimento económico são elementos indissociavelmente complementares na política democrática que o PCP propõe ao povo português.

O desenvolvimento económico deve ter como um dos principais objectivos a eliminação da pobreza, das gravíssimas carências, injustiças e desigualdades sociais do povo português, o aumento do seu bem-estar material e cultural, a garantia dos seus direitos sociais.

10 direitos sociais fundamentais devem ser assegurados:

- **O direito ao trabalho e à justa remuneração**, assegurado por uma política económica e social que tenha como objectivo a criação e a garantia de emprego, a igualdade de acesso aos postos de trabalho, e a elevação progressiva das condições de vida;
- **O direito à segurança social**, assegurado por um sistema integrado, descentralizado e participado, no respeito pelos princípios da universalidade, unidade, igualdade e solidariedade de forma a proteger os cidadãos em situação de doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade;
- **O direito à saúde**, assegurado fundamentalmente por um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, com uma gestão participada e descentralizada;
- **O direito à educação, ao ensino e à cultura**, assegurado por um sistema educativo democraticamente gerido que permita a todos os portugueses iguais condições de acesso à escola, ao sucesso escolar e ao desenvolvimento das suas potencialidades, capacidades e vocações individuais, e pela criação de condições favoráveis à criação e fruição literária, artística e científica;
- **O direito à habitação**, assegurado por uma política que tenha como objectivo proporcionar a acessibilidade de habitação compatível com o rendimento, quer pela via do arrendamento, quer pelo processo de compra de casa própria, quer pela reconversão das zonas de clandestinos;
- **O direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado**, assegurado pela preservação da floresta, a defesa dos cursos de água, das praias e da atmosfera, o combate à desertificação dos solos agrícolas e à irracional expansão urbana e o desenvolvimento dos espaços verdes;

e ainda

- **O direito das mulheres à igualdade**, assegurado no plano jurídico e no plano material.
- **O direito dos jovens** ao ensino, à realização e formação profissional, ao trabalho, à educação física e desporto e ao aproveitamento dos tempos livres.
- **O direito dos idosos** a uma vida digna.
- **O direito dos deficientes** a uma vida integrada na sociedade como cidadãos de pleno direito.

Não basta que fique na lei o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e de todos os cidadãos. Uma política democrática, pelas suas orientações e pela sua realização, tem de assegurá-los na prática.

5. Democracia cultural

A democratização cultural que o PCP propõe aos portugueses consiste no efectivo exercício dos direitos culturais na elevação do nível de conhecimento da população na superação do analfabetismo e do obscurantismo, na generalização e elevação de participação criadora dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, bem como das suas organizações, nas várias esferas da vida social, e também, na pedagogia activa dos valores democráticos.

A democracia cultural que o PCP defende é indissociável da democracia nas suas dimensões política, económica e social, que são condições materiais da sua realização, mas o exercício dos direitos culturais e a luta pela sua expansão e aprofundamento são factores da democracia globalmente considerada. A democracia cultural constitui um dos factores de transformação de vida.

São elementos fundamentais de uma democracia cultural:

- A progressiva generalização da fruição dos bens culturais, com a eliminação das discriminações económicas, sociais e regionais.
- Uma Escola orientada para o desenvolvimento sempre actualizado para a emancipação cultural e a pedagogia democrática.
- Uma coerente política nacional de ciência e tecnologia.
- A criação de condições materiais e espirituais que propiciem o desenvolvimento da criação e da fruição artística.
- A elevação do papel cultural da comunicação social.
- O estudo, a salvaguarda e a divulgação do património cultural nacional, regional e local erudito e popular, tradicional ou actual.
- Uma política que fomente a educação física e o desporto.
- Uma política de ambiente, de ordenamento de território e de urbanismo.
- A descentralização e regionalização dos equipamentos culturais.
- O reconhecimento da função social específica dos trabalhadores da cultura.

A política cultural que o PCP propõe implica uma forte responsabilidade do Estado, mas só pode ser construída com a participação e a intervenção criadora do povo e dos indivíduos.

A educação e o ensino, devem estimular o pensamento activo, crítico e criador, recusando-se a imposição dogmática e obscurantista de conceitos ou valores alheios aos esforços da investigação e do conhecimento da realidade.

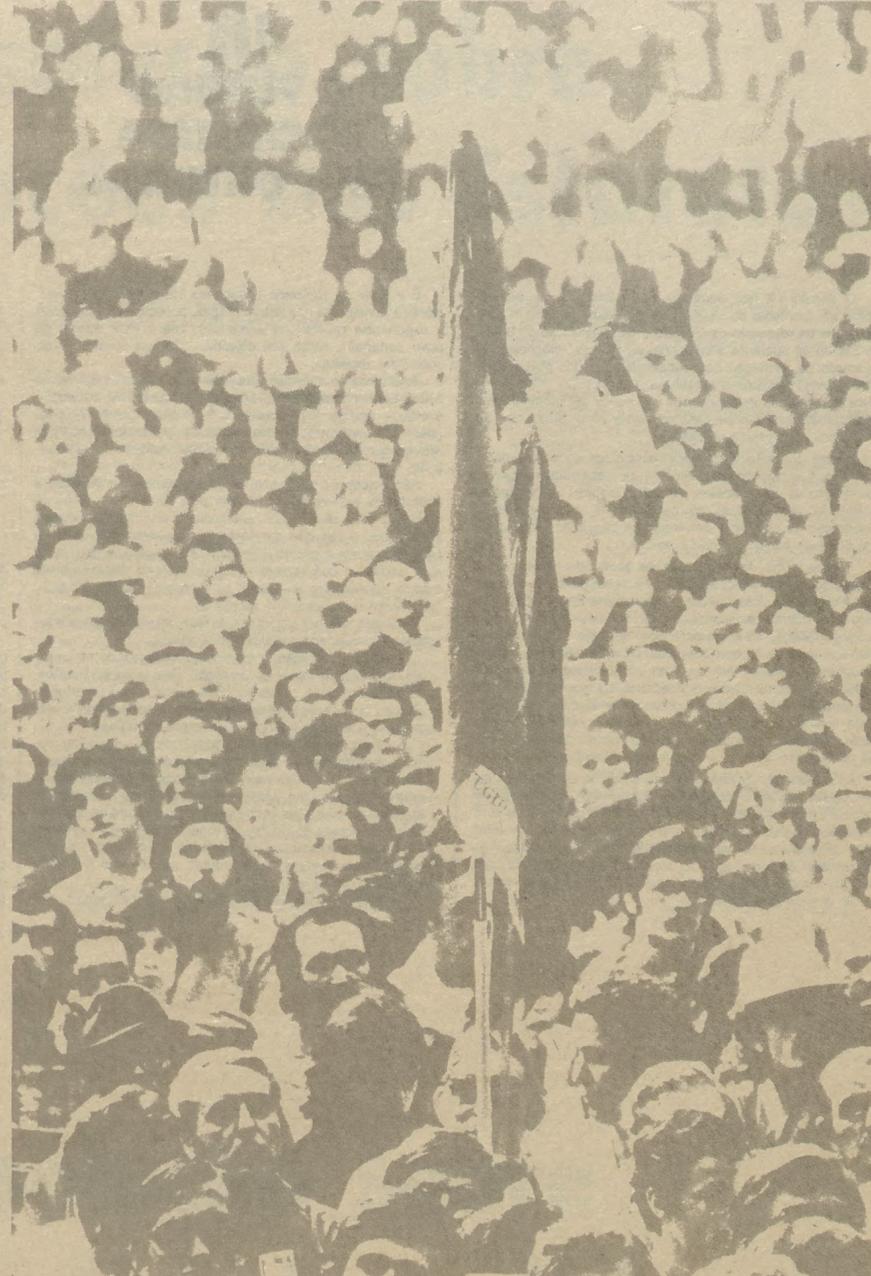
A democracia cultural que o PCP propõe aos portugueses é um factor de emancipação social e nacional; um factor de desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade no seu conjunto.

6. Uma pátria independente e soberana

A independência, a soberania e a integridade territorial de Portugal constituem valores fundamentais e inalienáveis da nação, do Estado e do povo. A sua defesa constitui um princípio básico na política de relações externas na democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.

Portugal está vitalmente interessado no incremento da cooperação económica, científica, tecnológica, cultural, política e diplomática com outros países, com respeito pelos interesses recíprocos, a independência e a soberania nacionais na superação do ciclo tradicional de relações externas afuniladas, e na diversificação das relações externas.

Numa economia mundial caracterizada pelo desenvolvimento acelerado da internacionalização dos aparelhos produtivos, da complementaridade de recursos, da divisão internacional do trabalho e dos processos de integração, a integração de Portugal na CEE agrava laços de dependência e influi por um período de tempo indeterminado na economia e na política de Portugal. No quadro da integração na CEE é indispensável



garantir os poderes do Estado Português para a defesa dos interesses nacionais e o respeito pelo «interesse vital» da nação portuguesa.

No plano político-militar, sujeito a crescentes compromissos externos, que lhe impõem graves vulnerabilidades, Portugal está vitalmente interessado no processo de desarmamento e desarmamento e no reforço dos mecanismos internacionais de segurança colectiva.

São elementos fundamentais da Independência e da soberania portuguesas:

- a independência económica, garantindo, no quadro da cooperação internacional e designadamente no quadro da CEE o domínio nacional dos sectores e recursos estratégicos da economia, a atenuação dos défices externos do desenvolvimento da produção, a atenuação da dívida externa e a inserção não subordinada na divisão internacional do trabalho;
- a definição nacional da política de defesa, garantindo a autonomia na definição de uma doutrina e na adopção dos conceitos estratégicos fundamentais, a independência das Forças Armadas Portuguesas em relação a qualquer controlo ou ingerência externas, a decisão prévia e controlo nacional sobre a utilização do território e zonas marítimas portuguesas por forças estrangeiras excluindo utilizações para operações de agressão, para projectos de militarização do espaço ou como base de instalação e trânsito de quaisquer meios ou tipos de armamento nuclear;
- a autonomia de decisão e relacionamento diplomático, sem subordinação a ditames ou imposições externas;
- a salvaguarda e desenvolvimento da cultura portuguesa;
- o desenvolvimento nacional da ciência e tecnologia.

Na democracia avançada, Portugal desenvolverá uma polí-

tica externa diversificada, de cooperação, de paz e amizade com todos os povos:

- As relações com a CEE e países membros, defendendo os interesses e a soberania nacionais;
- As relações tradicionais, designadamente com outros países da Europa Ocidental e com os EUA;
- As relações de amizade e cooperação com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe (bem como com o Brasil);
- As relações de amizade e cooperação com os países do chamado Terceiro Mundo com particular referência ao Movimento dos Não Alinhados;
- As relações de amizade e cooperação com os países socialistas.

Portugal:

- Será activamente solidário com os povos em luta pela sua liberdade e progresso social, vítimas de agressões do imperialismo, contra o colonialismo, o racismo, o *apartheid* e o sionismo e assumirá cabalmente todas as suas responsabilidades com o povo de Timor-Leste, no sentido de assegurar a sua autodeterminação e independência.
- Intervirá activamente em todas as instâncias internacionais em que participa, particularmente na ONU e suas agências.
- Empenhar-se-á na criação de uma nova ordem económica internacional.
- Contribuirá activamente para o processo que conduza ao desarmamento e ao estabelecimento de um sistema de segurança colectiva que permita caminhar para a dissolução dos blocos político-militares.

Na democracia avançada que o PCP propõe para o limiar do século XXI, Portugal assumirá o seu pleno direito de decidir do seu próprio regime social e político, da sua própria política interna e externa, do seu futuro e do seu destino.

III O FUTURO SOCIALISTA EM PORTUGAL

O século XX fica marcado na História da humanidade como um momento de viragem da sociedade humana a partir da vitória da revolução de Outubro e da constituição do primeiro Estado de operários e camponeses. Passos agigantados do processo de libertação dos trabalhadores e dos povos foram dados pelas revoluções socialistas, pelo ruir do colonialismo, pela conquista da independência por povos secularmente submetidos ao jugo colonial, pela conquista de direitos pelos trabalhadores nos países capitalistas.

Depois de milénios de sociedades cujos sistemas socioeconómicos e cujo desenvolvimento se basearam sempre na exploração de umas classes por outras classes, as revoluções socialistas, com o poder dos trabalhadores, empreenderam a construção de uma nova sociedade na qual o bem do povo é um objectivo básico de toda a política.

A experiência da construção da sociedade socialista, em países com graus de desenvolvimento, estruturas económicas, composição de classes, ideologias dominantes, culturas, tradições e hábitos extraordinariamente diferenciados, mostra (como o PCP de há muito sublinhou) que não existe um «modelo» de socialismo que possa ter validade universal, que as soluções adoptadas têm de estar constantemente sujeitas à verificação dos resultados e abertas à correcção quando necessária, e que, para impedir o uso indevido do poder político e da autoridade, são essenciais o exercício efectivo do poder pelo povo e a consideração permanente do aprofundamento da democracia.

As realizações fundamentais da URSS e de todos os outros países socialistas constituem, por um lado, conquistas históricas irreversíveis das quais no mundo contemporâneo é inseparável qualquer verdadeiro progresso social e, por outro lado, experiências revolucionárias cuja assimilação crítica é indispensável às forças que se propõem, no seu próprio país, pôr fim a todas as formas de exploração e opressão, constituindo a sociedade socialista.

É a partir da realidade portuguesa, da experiência revolucionária portuguesa nos seus múltiplos aspectos e assimilando a experiência revolucionária mundial, que o PCP aponta ao povo português, como seu objectivo, a futura construção da sociedade socialista.

A luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI é parte constitutiva da luta pelo socialismo. A sociedade socialista, que como perspectiva o PCP propõe ao povo português, incorpora e desenvolve elementos fundamentais nos planos económico, social, político e cultural da democracia avançada.

São objectivos fundamentais do socialismo em Portugal a abolição da exploração do homem pelo homem, a criação de uma sociedade sem classes antagónicas, inspirada por valores humanistas, a elevação constante do bem-estar material e espiritual do povo, o desaparecimento das desigualdades e injustiças sociais, a concretização da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país, como força social dinâmica e criativa.

Para alcançar tais objectivos, o PCP aponta como características da sociedade socialista em Portugal:

— **Na organização económica**, a propriedade social sobre os principais meios de produção, uma direcção planificada da economia, a coexistência de formas diversas de organização, o desenvolvimento harmonioso dos recursos e sectores da economia nacional e de todas as regiões.

— **No sistema político**, o poder dos trabalhadores manuais e intelectuais, a democratização de toda a vida nacional, a garantia do exercício das liberdades democráticas, a protecção na ordem jurídica dos direitos dos cidadãos, a realização de eleições com a observância estrita da legalidade pelos órgãos do poder, o respeito por opiniões, interesses sociais e aspirações diferenciadas, a intervenção e participação das massas trabalhadoras na direcção política e económica do País.

— **No plano social**, a libertação dos trabalhadores rela-

tivamente a todas as formas de opressão e exploração, o pleno emprego, o pagamento a cada um segundo o seu trabalho, a garantia do interesse material no desenvolvimento da produção, a edificação de relações sociais baseadas no respeito pela dignidade e personalidade de cada cidadão, o desenvolvimento dos serviços sociais, a defesa do meio ambiente.

— **No plano cultural**, a transformação da cultura em património e instrumento e actividade de todo o povo e o progresso da ciência, da técnica, da literatura e da arte, e com estímulo à iniciativa e criatividade individuais e colectivas.

No quadro dos objectivos essenciais, o sistema socialista em Portugal assumirá particularidades e originalidades resultantes não só das realidades do País e das tradições e condições decorrentes da História nacional como também da criatividade revolucionária das massas populares e das formas concretas que até então assumiram a luta de classes e a evolução económica, social e política.

No horizonte da evolução social, como objectivo supremo do PCP, está o comunismo — sonho milenário da humanidade progressista, sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes, na qual a liberdade, a paz, a saúde, a cultura, o trabalho liberto do reino da necessidade, o repouso, o recreio, um meio ambiente equilibrado, a acção colectiva e o valor do indivíduo serão componentes de felicidade humana.

Lutando em defesa das conquistas da revolução de Abril e definido como objectivo actual «uma democracia avançada no limiar do século XXI», é a perspectiva do socialismo e do comunismo que o PCP aponta à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os homens, mulheres e jovens de Portugal.

IV O PARTIDO

Na sociedade portuguesa, o Partido Comunista Português é uma força de primacial importância na defesa dos interesses do povo e do País, do regime democrático e independência nacional.

O papel do PCP na sociedade portuguesa decorre da sua natureza, dos seus objectivos, da sua acção.

O PCP é o partido e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores na concretização de cuja política estão objectivamente interessados não apenas os trabalhadores, mas os pequenos e médios agricultores, os intelectuais e quadros técnicos, os pequenos e médios comerciantes e industriais, assim como as mulheres, a juventude, os idosos e deficientes que intervêm na vida nacional como forças sociais com interesses, aspirações e objectivos específicos.

O PCP é um partido cuja teoria, o marxismo-leninismo constantemente enriquecido por novos conhecimentos e experiências, é radicalmente antidogmático e constitui um instrumento indispensável para a análise científica da realidade das suas mutações, para a resposta criativa às novas situações e aos novos fenómenos, para a definição e a correcção se necessário dos objectivos e dos caminhos que conduzem o povo português a um futuro melhor.

O PCP é o partido de cuja gloriosa história de 67 anos é indissociável a luta do povo português pela liberdade, a democracia, a independência nacional e a paz.

Grande força da resistência antifascista e da luta pela conquista da liberdade e da democracia, força política com um papel determinante na fundação do regime democrático, o PCP é um partido portador de valores de uma impar história e experiência revolucionária do passado, é um grande partido que no presente defende com firmeza e coerência o regime democrático contra os planos subversivos e restauracionistas da direita; é um partido voltado para o futuro de liberdade, democracia, independência nacional, paz e socialismo de Portugal.

O PCP é um partido que tem como objectivo supremo a construção de uma sociedade socialista e comunista em Portugal.

O PCP é o partido cuja natureza social, política, objectivos, ideologia, força organizada, vida democrática interna, unidade e disciplina constituem bases fundamentais da sua força, da sua ligação às massas, da sua intervenção na vida nacional.

O PCP é um partido que se rege na sua vida interna pelo centralismo democrático, cujos princípios, enriquecidos pela prática e pela experiência asseguram simultaneamente a democracia interna, uma única orientação do partido e uma única direcção central.

O PCP é um partido patriótico, porque é parte integrante

da sociedade portuguesa e da nação portuguesa, continuador das tradições progressistas da nossa História, firme defensor dos interesses nacionais; é um **partido internacionalista** — porque, partido dos trabalhadores portugueses cujos interesses se identificam com os interesses dos trabalhadores de outros países, partido nacional que define de forma autónoma e independente a sua orientação, é uma força integrante do movimento comunista internacional cuja composição e limites se alargam com o avanço do processo de libertação dos povos, solidário para com as forças revolucionárias do mundo, inspira as suas posições e relações internacionais no internacionalismo proletário e se assume como um partido da causa universal da libertação do homem.

O PCP é um partido que, no quadro das suas responsabilidades para com o povo e o País, considera como tarefa inseparável dos seus objectivos políticos e sociais actuar para a unidade da classe operária, a unidade das várias classes e camadas sociais objectivamente interessadas no desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa, a convergência e a unidade das forças democráticas.

Na defesa dos interesses do povo e do País, na consolidação e construção do regime democrático, o PCP desempenha na sociedade portuguesa um papel necessário, indispensável e insubstituível.

Resolução sobre as alterações aos Estatutos

1. O Comité Central apreciou um relatório sobre o andamento do trabalho da Comissão para a revisão dos Estatutos.

2. A Comissão teve como importante base do seu trabalho as indicações gerais aprovadas anteriormente pelo Comité Central e as opiniões e propostas de muitos membros do Comité Central bem como de outros camaradas, individualmente ou em nome de organismos do Partido.

Correspondendo ao apelo feito pelo Comité Central, a Comissão recebeu até ao final do mês de Junho cerca de 800 sugestões e propostas escritas incidindo sobre 51 dos actuais 58 artigos dos Estatutos.

O Comité Central considerou de grande valor todas essas contribuições, para uma melhor percepção das questões a analisar.

3. Os Estatutos são um documento essencial para o Partido. Não se reduzem a um conjunto de normas e princípios que formam a sua base jurídica própria; são a sua lei orgânica fundamental, que deve ser respeitada e defendida. A aceitação dos Estatutos é uma das condições para se poder ser membro do Partido.

Os Estatutos desempenham um papel de grande relevo no Partido. Consubstanciam a rica experiência colectiva obtida numa luta extremamente difícil, tenaz e prolongada, que cria, entre os seus participantes, um entendimento, uma solidariedade e uma consciência que se exprime por um elevado espírito revolucionário, por um profundo espírito de Partido.

Entretanto, os Estatutos têm de ir assimilando as experiências que se ligam à vida partidária, têm de ter em conta as transformações na realidade vivida, têm de melhorar através

de formulações mais rigorosas e mais claras. As alterações aos Estatutos têm esses objectivos centrais.

4. Embora sejam necessárias formulações mais rigorosas e uma redacção mais clara, os Estatutos devem continuar a consagrar as características essenciais do Partido — a sua natureza de classe, os seus objectivos supremos, o marxismo-leninismo como base teórica em que assenta a sua actividade, a indissociabilidade entre as tarefas nacionais e os deveres internacionalistas.

5. A estas características essenciais há que acrescentar as normas fundamentais do Partido. Entre todas estas características existe uma profunda interligação.

No conjunto dessas normas fundamentais, assume particular relevo o centralismo democrático.

O centralismo democrático exige a procura permanente de formas de participação dos militantes e condições de democracia na actividade partidária. Ao mesmo tempo, assenta numa direcção central e numa orientação única para todo o Partido!

Os princípios do centralismo democrático enriquecem-se e transformam-se, continuamente, de acordo com as experiências e as condições concretas, e tendo em conta não apenas um ou outro factor mas o conjunto de factores que são condicionantes da realidade.

Porque assim é, o Comité Central entendeu ser necessário introduzir alterações que actualizem, precisem e enriqueçam a definição estatutária do centralismo democrático.

6. O Comité Central tomou conhecimento e pronunciou-se sobre muitas outras propostas da Comissão relativas a:

— direitos e deveres dos membros do Partido — enriquecimento da sua definição estatutária
— democracia interna — aprofundamento do seu conteúdo e das formas do seu exercício

— órgãos superiores do Partido — estruturação, funcionamento e competências

— estrutura orgânica — novas experiências, novas formas e sua relação com a estrutura clássica

— Assembleias — atribuições e periodicidade

— novos capítulos que contemplem a actividade dos eleitos do Partido em cargos públicos e a relação do Partido com a juventude

— disciplina — clarificação de competências em matéria disciplinar e fixação de prazos

— informação no seio do Partido — sua importância e reforço da consagração estatutária.

O Comité Central discutiu estas e outras questões relativas às alterações dos Estatutos e reafirmou a necessidade de prosseguir o seu aprofundamento, nomeadamente pelo confronto do texto estatutário com aspectos da experiência e da realidade da vida partidária actual, procurando introduzir nos Estatutos alterações mais profundas do que as introduzidas em Congressos anteriores, de forma a torná-los mais conformes com essa realidade e com a perspectiva do seu desenvolvimento.

O Comité Central incumbiu a Comissão de Revisão dos Estatutos de ultimar, a breve prazo, uma proposta para ser apreciada pelo Comité Central, com vistas à elaboração do projecto do CC que será sujeito a debate em todo o Partido antes da consideração e decisão finais do XII Congresso.

19/7/88

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Resolução sobre a actualidade política

O Comité Central do PCP examinou a situação política nacional no momento em que se completa um ano sobre a realização das eleições legislativas antecipadas, tendo concluído que a evolução verificada dá plena razão à análise feita pelos comunistas logo a seguir ao acto eleitoral de 19 de Julho sobre as suas pesadas consequências negativas para o regime democrático e os interesses da grande maioria dos portugueses.

Dois traços essenciais dominaram a evolução da situação neste período:

— Uma escalada sem precedentes na ofensiva das forças da direita a partir do Governo e da maioria na Assembleia da República para levar até ao fim o plano contra-revolucionário de destruição das transformações democráticas do 25 de Abril, designadamente através dos inconstitucionais «pacotes» laboral, das privatizações e agrícola;

— Uma vigorosa resistência dos trabalhadores e outras camadas sociais, bem como das forças democráticas mais consequentes, na defesa das conquistas revolucionárias do povo português através de um impetuoso movimento de grandes acções de massas compreendendo grandiosas manifestações, greves sectoriais e uma greve geral, a maior de sempre realizada no país.

Tornou-se evidente para milhões de portugueses (incluindo muitos que votaram no PSD nas últimas eleições) que há um conflito insanável entre a política governamental da direita e os seus próprios interesses. O evoluir da situação atesta a generalização do descontentamento popular, a notória redução

da base de apoio social e política do Governo PSD/Cavaco Silva e o desenvolvimento de condições favoráveis ao prosseguimento e aprofundamento da oposição à ofensiva contra-revolucionária da direita.

A política governamental apresenta dois aspectos particularmente característicos:

— Por um lado, o Governo avança contra a constituição e a legalidade democrática, na operação de transferência para os grandes grupos capitalistas nacionais e as transnacionais de meios de produção e riquezas públicas, procura por todos os meios reduzir drástica e inconstitucionalmente os direitos dos trabalhadores e introduz novos e escandalosos mecanismos de controlo e manipulação da comunicação social pelas forças do capital e da direita;

— Por outro lado, o Governo não dá cumprimento às suas promessas eleitoralistas no sentido da melhoria das condições de vida do povo; pelo contrário adopta medidas que agravam o acesso à saúde, ao ensino, à justiça e à habitação, degradam os benefícios da segurança social e aumentam a injustiça fiscal.

Um ano volvido sobre as eleições legislativas de 19 de Julho, está demonstrado que o Governo PSD/Cavaco Silva não só se mostra incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, como se confirma como um factor de desestabilização económica e social, de perturbação crescente da vida política e do próprio funcionamento regular das instituições.

Visando o objectivo estratégico central de utilizar a revisão da Constituição para subverter a Lei Fundamental e consumir

uma verdadeira ruptura constitucional, o Governo e o PSD procuraram numa primeira fase antecipar a revisão da Constituição por leis ordinárias inconstitucionais — «os pacotes» — em rebelia e à margem de qualquer regra constitucional. Para impor os «pacotes» inconstitucionais aos outros órgãos de soberania, o Governo e o PSD multiplicaram em relação a eles campanhas e outras formas de pressão, inibição e intimidação visando constringer e condicionar a sua intervenção. A denúncia vigorosa e a firme recusa das práticas do Governo e da maioria parlamentar de chantagem e de guerrilha institucional torna-se assim um imperativo fundamental da acção das forças democráticas e da própria atitude das instituições democráticas que não podem aceitar qualquer espécie de perturbação do seu funcionamento ou qualquer amputação dos seus poderes.

A evolução da situação confirma os sérios perigos para a democracia decorrentes dos resultados das eleições de há um ano atrás e logo claramente apontadas pelo PCP. Mas demonstra também que não tinham razão aqueles que se apresaram a decretar o fim da luta de massas e a liquidação inevitável de todas as grandes conquistas do 25 de Abril. Um balanço responsável do último ano e da vida política nacional tem que pôr em grande destaque precisamente o papel fundamental da luta de massas, em ligação com a oposição das forças democráticas, ao Governo para enfrentar, contrariar e infligir mesmo severas derrotas à política governamental.

O Comité Central considera necessário adiantar, no quadro desta análise geral, as posições do PCP sobre algumas questões de grande actualidade na presente situação política.

1

Graves cedências do PS à direita na revisão da Constituição

Declarações dos principais dirigentes do PSD e do PS mostram, sem margem para dúvida, que está eminente um vasto acordo entre os dois partidos em relação à revisão constitucional.

Certas fugas vindas a público sobre a marcha das negociações e as aproximações iniciadas na Comissão da Assembleia da República entre os socialistas e a direita indicam que esse acordo está a ser feito na base de graves cedências do PS em matérias que atingem características essenciais do regime democrático e a identidade da própria Lei fundamental.

Há todas as razões para recear que o PS vá ao encontro das exigências da direita em questões tão importantes como as garantias constitucionais das nacionalizações, da Reforma Agrária, da apropriação colectiva dos principais meios de produção, solos e recursos naturais, bem como em relação a outros princípios fundamentais da organização económica.

Há razões para recear também que o PS se aproxime das reclamações da direita em certas matérias de direito eleitoral, no estatuto constitucional das autarquias, em certos direitos das comissões de trabalhadores e na diminuição das garantias constitucionais do direito à greve. O PS torna-se também o grande responsável por perigosas concepções bipolarizadoras e de distorção do sistema político ao fazer da moção de censura construtiva a sua principal prioridade na revisão constitucional.

O CC do PCP alerta os trabalhadores e todas as forças democráticas para a perigosa evolução que se verificou nos últimos dias no processo de revisão da Constituição com a aceleração das negociações PSD-PS e as preocupantes cedências que os socialistas se prepararam para concretizar.

Ao aceitar, no seguimento das pressões e chantagem desencadeadas no Congresso do PSD, uma elaboração bipolar da revisão constitucional, ao dar por «fechados» pontos de negociação, ao assumir prazos e datas para um «acordo global», o PS escolhe a sombra dos gabinetes para capitular, reduz os trabalhos da Comissão da Assembleia da República a mera certificação notarial das cedências previamente concluídas e adopta nestas matérias o caminho mais perigoso para o regime democrático.

As últimas posições assumidas pelo PS em matéria de revisão da Constituição correm o risco de vir a dar cobertura aos pacotes inconstitucionais, especialmente os das privatizações e do latifúndio, mesmo em relação às leis contra as quais o PS se pronunciou e votou quando estiveram em questão na Assembleia da República. É também uma grave manifestação do clima de acordo entre o PS e a direita o apoio do PS à Lei da afixação de propaganda política, que introduz graves limitações à propaganda política no nosso sistema legal.

O CC do PCP salienta a necessidade de se desenvolver, nas presentes circunstâncias, um forte movimento de opinião democrática em defesa da Constituição que possa representar um factor de ponderação para que o PS não dê ao PSD a maioria de dois terços necessário à realização de uma revisão de ruptura e subversiva da Constituição.

O CC do PCP reafirma, finalmente, a disponibilidade dos comunistas para discutir com as outras forças democráticas tudo o que possa contribuir para a defesa da Constituição de Abril.

2

Agrava-se a situação social

Um ano decorrido sobre os resultados eleitorais de 19 de Julho milhares e milhares de portugueses dão-se hoje conta do logro em que caíram ao acreditarem nas promessas de

progresso social e estabilidade política prometidas pelo PSD e Cavaco Silva.

A demagogia governamental não consegue apagar a realidade dos factos.

As poderosas acções de massas que tiveram lugar este ano, são a demonstração clara de que a política do governo fere os interesses e aspirações de camadas muito vastas do nosso povo.

Na realidade, agravou-se o acesso aos serviços de saúde, bem como os seus custos. A degradação da segurança social, com prestações insuficientes, desactualização dos métodos de cálculos das pensões, agravamento dos períodos de garantia, aumento das dívidas por parte do patronato e estímulo à privatização de importantes serviços sociais, atinge gravemente as condições de vida do povo. A justiça tornou-se pior e mais cara. Aumentou o défice habitacional e o acesso ao crédito para compra de casa própria passou a ser mais difícil. A juventude continua a não ter trabalho e a que procura o primeiro emprego viu o direito ao subsídio de desemprego tornar-se quase uma miragem. Mantém-se e alarga-se o escândalo do trabalho infantil.

A imposição dos tectos salariais acordados entre o Governo e a UGT no âmbito do Conselho de Concertação Social, na base de taxas de inflação esperada que não se confirmam, afecta profundamente os «rendimentos do trabalho», conduzindo à diminuição dos salários reais de centenas de milhar de trabalhadores (função pública, bancários, transportes, etc.) colocando na ordem do dia a exigência da revisão dos contratos colectivos de trabalho.

O desemprego continua a ser um grave problema social, designadamente para os jovens e as mulheres. Milhares de trabalhadores (Siderurgia, Setenave, Quimigal) estão ameaçados de despedimento.

O número de trabalhadores sujeito a estatuto precário continua a crescer, atingindo já largas centenas de milhar de trabalhadores, e o Governo pretende generalizar a precariedade do trabalho.

O Governo Cavaco Silva e o PSD, insistindo no confronto com os trabalhadores, dando mostra de um profundo desprezo pela opinião pública, tenta de novo, através de uma operação de «cosmética» repor o «Pacote Laboral» declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional e que visa atingir gravemente os direitos de todos os trabalhadores, legitimando o poder discricionário do patronato de despedir livremente. Atacando o Tribunal Constitucional, escolhendo a via de afrontamento social e institucional, o Governo PSD/Cavaco Silva dá igualmente mostras do seu carácter autoritário.

3

O Governo fracassa em grandes objectivos económicos

Contrariamente às necessidades de uma política de apoio e orientação a um desenvolvimento rápido e equilibrado da economia portuguesa, o Governo promove uma política de desinvestimento do sector público da economia e de multiplicação de benesses financeiras e fiscais ao grande capital, ao mesmo tempo que vem reforçando o peso das indústrias tradicionais na estrutura produtiva e a redução da autonomia da economia portuguesa na sua inserção na divisão internacional do trabalho.

O já indesmentível fracasso do Governo verifica-se naquilo que proclamadamente era a sua primeira prioridade a nível macroeconómico — a taxa de inflação média anual ultrapassará 6%, devendo situar-se nos 8,5% (sem rendas de casa). E comprova plenamente que as metas do Governo para a inflação apenas tinham por objectivo travar as justas reivindicações salariais.

Após a transferência brutal de muitas dezenas de milhões de contos de mais-valias para o grande capital especulativo em prejuízo de milhares de pequenos aforradores, as Bolsas de Valores mantêm-se numa prolongada estagnação e são sacudidas por escândalos e ilegalidades que exigem um cabal esclarecimento público.

Apresentada como uma das reformas estruturais da economia, a Reforma Fiscal apresentada pelo Governo visa agra-

var a injustiça fiscal desagravando tortemente os rendimentos do capital e os ganhos especulativos e aumentando a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

A agricultura vive uma situação de calamidade resultante das condições climáticas que atinge a generalidade das regiões agrícolas, provocando a destruição de cereais, feno, hortícolas, vinho, frutas (melão e cereja quase total) e tomate.

Perante esta situação, e comprovando-se a ineficácia do actual sistema do seguro agrícola, o Governo em vez de mobilizar prontamente os meios materiais e humanos para acorrer ao desastre que se vive, mostra-se inoperante, anuncia créditos desadequados e medidas insuficientes.

O Governo tem-se revelado incapaz de avaliar a situação e os prejuízos ocorridos, não dá resposta às reclamações dos agricultores, às necessidades que colocam as produções afectadas (tratamentos e escoamento, culturas alternativas) e às necessidades das indemnizações que garantam a sobrevivência dos agricultores.

Por outro lado, o Governo em vez de promover o investimento, o aumento da produção, o apoio técnico e económico e a estabilidade dos agricultores, segue uma política de importações desnecessárias (como a da carne de bovino), de desprotecção do mercado nacional face à concorrência externa, de baixa de rendimentos dos produtores (pelo congelamento dos preços e aumento dos encargos) e provoca a instabilidade económica e social através de medidas legislativas (lei dos baldios, arrendamento rural, emparcelamento rural, imposto sobre a indústria agrícola, etc.).

Nesta política de submissão aos interesses da CEE, os pequenos e médios agricultores são ainda vítimas de discriminação no acesso aos fundos da CEE, agravado recentemente pela redução em cerca de 50% das indemnizações compensatórias.

A ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado e a Reforma Agrária, conduzindo à instabilidade e a um ainda maior enfraquecimento da estrutura produtiva nacional e à criação de condições para a entrega do domínio da economia nacional às multinacionais, tornam a economia mais vulnerável ao embate do chamado «mercado interno» a nível da CEE.

4

Persistir e alargar a luta de massas

O carácter antipopular e antidemocrático dos projectos e acção deste Governo, exigem uma resposta firme de todas as forças democráticas.

As muitas e grandiosas lutas dos trabalhadores e de outros sectores sociais que têm tido lugar, o funcionamento das instituições confirmam mais uma vez que, apesar dos perigos que a acção deste Governo e da sua maioria parlamentar comportam para o regime democrático, os trabalhadores e as forças democráticas podem se unidas resistir à ofensiva e derrotar as forças de direita.

A defesa da Constituição assume no actual quadro político tarefa essencial para a defesa do regime democrático saído da revolução de Abril. A intensificação da participação popular no processo de revisão da Constituição é uma condição decisiva para contrariar a subversão da Lei Fundamental.

A luta contra a nova ameaça do pacote laboral, contra os tectos salariais e pela revisão dos contratos colectivos de forma a garantir a melhoria das condições de vida, a luta em defesa das liberdades, contra os despedimentos colectivos, a precariedade do trabalho, a privatização das empresas públicas, a luta dos agricultores por subsídios justos, poderão criar condições para o desenvolvimento de um amplo movimento de massas capaz de derrotar os projectos do Governo.

O Comité Central do PCP apela aos trabalhadores, às massas populares, às forças democráticas, para intensificarem a sua luta por interesses imediatos e as conquistas democráticas, reforçarem a sua unidade e cooperação.

18/19 de Julho de 1988

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Por erro técnico, o texto publicado na pág. 7 do caderno «Em Foco» da edição do n.º 760 do «Avante!» não corresponde à «Resolução do Comité Central sobre as Alterações aos Estatutos» mas a um documento de trabalho para a preparação dessa Resolução do Comité Central.

A presente 2.ª edição rectificadora inclui o documento aprovado e constitui parte integrante do n.º 760 do «Avante!» não podendo ser vendida separadamente.

Agência



Avante!

Ano 58 - Série VII

N.º 760

21 de Julho de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

ZONA DA

XII festa Avante!

Quinta 21

LISBOA

Plenário dos sectores do Comércio, Escri-tórios, Hotelaria e Câmara Municipal de Lisboa, para discussão das conclusões da Reunião do CC. Às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário das camaradas do Sector Público, às 19.00, no CT de Alfama, com a participação do camarada **Dias Lourenço**, da Comissão Política do CC.

Sexta 22

LISBOA

No Centro de Trabalho Vitória, às 19.30, plenário dos organismos de direcção, comissões de freguesia e secretariados de célula de toda a Organização Local de Lisboa. Com a participação do camarada **José Casanova**, da Comissão Política do CC.

FARO

Reunião plenária da DORAL para discussão das conclusões da reunião do CC. A partir das 21.30 no CT de Faro.

MARINHA GRANDE

Plenário de militantes no Centro de Trabalho a partir das 21.30, para discussão da situação política e tarefas do Partido. Com a participação do camarada **António Orcinha**, da Comissão Política do CC.

Sábado 23

OEIRAS

Plenário de militantes no concelho de Oeiras, no Centro de Trabalho de Algés, a partir das 16.00, para discussão da situação política e do XII Congresso. Participa o camarada **José Casanova**.

LISBOA

Plenário de militantes da organização dos gráficos. No CT Vitória às 15.00.

Quarta 27

LISBOA

No Centro de Trabalho da Av. António Serpa, a partir das 21.30, plenário de militantes das freguesias de Campo Grande, S. João de Brito e Alvalade da 6.ª Zona da OIL.

Plenário de militantes da **Editorial Caminho**, às 17.30.

Plenário de militantes da 4.ª Zona no Centro de Trabalho de Arroios, às 21.30.

Plenário no Centro de Trabalho de Santos, às 21.30, dos camaradas do sector Ocidental da 1.ª Zona.

Plenário no Centro de Trabalho da Graça, às 21.30, dos camaradas do sector Centro da 1.ª Zona.



GAYO (Espanha) in «La Codorniz» Revista de humor editada em Madrid e Barcelona - n.º 1700 - 1/8/76



Fugiu um Condenado à Morte de Robert Bresson - domingo à noite no 2.º canal

TV Programa

RTP2

- 14.30 - Série: «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.45 - Gente de Fora
- 18.05 - Basquetebol Americano
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Clube de Jornalistas



- 22.10 - Série: «Terra Vermelha» (último episódio)
- 23.10 - Entre Barreiras
- 23.35 - Troféu

Sábado 23

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Operação Open
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série: «Os Fiscais»
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Policlone
- 16.00 - Sessão da Tarde: «O Morto Vivo», real. Michael Schultz (EUA/1986)
- 17.40 - Série: «Allô, Allô»
- 18.10 - Vivamúsica
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.44 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Série: «Alf, Uma Coisa do Outro Mundo»
- 22.00 - Clubíssimo
- 23.05 - Volta a França em Bicicleta
- 23.20 - Cinema da Meia-Noite - «Júlia», real. Fred Zinnemann, interpr. Jane Fonda, Vanessa Redgrave, Jason Roberts (EUA/1977)

RTP2

- 10.00 - Compacto «Totally Live»
- 13.05 - Compacto «Selva de Pedra»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Music Box
- 20.50 - Uma Boa Ideia



- 21.15 - Série: «J. Jolière - Comédia e Drama»
- 22.15 - Concorde ou Talvez Não
- 23.45 - Música na América

Domingo 24

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Um País de Floresta
- 13.35 - Série: «O Continente Americano»
- 14.30 - Primeira Matinée: «A Ponte Estreita», real. Nissim Dayan (Israel/1986)
- 16.10 - Deixem Passar a Música - Paulo de Carvalho
- 17.15 - Cinema Português: «A Menina da Rádio», real. Artur Duarte (1944)
- 19.00 - Série: «O Justicheiro»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - Série: «Acasos de Guerra»
- 21.50 - Série: «Cacau da Ribeira»
- 23.00 - Domingo Desportivo (incluindo Volta a França em bicicleta)

RTP2

- 10.10 - Troféu
- 12.30 - Novos Horizontes
- 12.50 - Caminhos
- 13.20 - Troféu
- 17.00 - Concurso de Jovens Empresários
- 18.00 - 5.ª Dimensão
- 18.50 - Plano Bar
- 19.50 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
- 20.15 - Artes e Letras
- 21.30 - Cineclube - «Fugiu um Condenado à Morte», real. Robert Bresson (França/1956)

Segunda 25

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «O Império de Carson»
- 14.30 - Série: «Guimarães, Dia Um de Portugal»
- 15.55 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Série: «O Sonho do Emigrante»
- 21.45 - Jogos Sem Fronteiras
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Série: «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.40 - Série: «Um Amigo Especial»
- 18.05 - Histórias Maravilhosas
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros



- 21.35 - Ópera: «Rigoletto», de Verdi. Encenação de Jonathan Miller. Coro e Orquestra da Ópera Nacional Inglesa, maestro Mark Elder.

Terça 26

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Dallas»
- 14.20 - Série: «Jogos Olímpicos»
- 15.00 - Mosaico
- 16.00 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.25 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.50 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.45 - Programação da Direcção de Informação
- 22.50 - Série: «Simenon»
- 23.50 - 24 Horas
- 00.25 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Série: «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Dois Dedos de Conversa
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»



- 17.40 - Série: «Histórias Fantásticas de Ray Bradbury»
- 18.10 - Music Box
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.05 - Cinemadois: «Mulheres», real. Andrzej Wajda (Polónia-França/1979).

Quarta 27

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Fama»
- 14.20 - Animais
- 16.00 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Lotação Esgotada: «Quo Vadis», real. Mervyn Le Roy (EUA/1951)
- 00.20 - 24 Horas
- 00.55 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Série: «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.40 - Série: «Viagem do Mimi»
- 18.10 - Série: «Hans, na Maior»
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Futebol: «Torneio da Amizade».

Quinta 21

RTP1

- 10.00 - Às dez
- 12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra» (70.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Ilha da Fantasia»
- 14.20 - Série: «Jogos Olímpicos»
- 15.05 - Downchild Blues Band
- 16.00 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela: «Roque Santeiro» (200.º epis.)
- 21.10 - Concerto - Composições de Dvorjak pela Orquestra Gulbenkian
- 21.55 - Telemundo
- 22.30 - Série: «Espelho Secreto»
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 14.30 - Série: «Filhos e Filhas»
- 14.55 - Série: «Joana»
- 15.45 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.45 - Série: «O Regresso de Antelope»
- 18.10 - Série: «Equinócio»
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - Série: «O Fugitivo»
- 20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Convite

- 22.05 - Série: «As Teias da Lei»
- 23.00 - Série: «América, Luta pelos Direitos Cívicos»

Sexta 22

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série: «Derrick»
- 16.00 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Série: «Escolher Saúde»
- 20.35 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.25 - Série: «Histórias Quase Clínicas»
- 22.30 - Moçambique, Roda Viva
- 22.55 - Série: Tribunal de Polícia
- 23.25 - 24 Horas
- 24.00 - Remate



00.25 - Pela Noite Dentro - «O Próximo Homem», real. Richard Sarafian (EUA/1976)

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A ACTIVIDADE E O REFORÇO DO PARTIDO TÊM DE SER UMA PREOCUPAÇÃO DE TODOS OS SEUS MEMBROS

Encontros Nacionais do PCP sobre o Ensino, a Segurança Social e o Poder Local • Encontro do PCP sobre a CEE A Cimeira de Moscovo • Acerca das ideologias

Julho 1988 • N.º 169 • Preço 50.000

CADERNOS POLITIKA!

O REGRESSO...

Cinema A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Império do Sol	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
B A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	★★	★	★
C Maurice	—	—	★★★	—	★★★
D A Mulher que Viveu 2 Vezes	—	★★★★★	★★★★★	—	★★★★★
E O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

A — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Nimas (13.45, 16.15, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Philip Kaufman — Las Vegas (15.00, 18.15, 21.30): Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. James Ivory — Mundial/1 (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Bernardo Bertolucci — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.

Classificação de +
 a

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuenes; R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental,** de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo Malzum.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Deus os Fez, Deus os Juntou,** teatralização de quatro contos de Tchekov. Interpr. Manuela de Freitas, Mário Viegas.

Espaço CESL, R. Almirante Barroso, 3. De 4.ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **O Quebra-Mar,** de Steven Berkoff, encenação de Durval Lucena.

Ritz Clube De 3.ª a Sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Baile,** adaptação e encenação de Hélder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a

sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé,** de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Auto da Feira,** de Gil Vicente, encenação Luís Miguel Cintra — **A Cornucópia.**

Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. **Os Velhos Não Devem Namorar,** de Alfonso Daniel Castellón, enc. Blanco Gil, pelo Teatro Ibérico.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio Sala Garrett — De 3.ª a sáb. às 21.30; sáb e dom. também às 16.00: **O Fidalgo Aprendiz,** de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Varela Silva. **Sala Gil Vicente** De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Crimes do Coação,** de Beth Henley, enc. João Canijo,



«Deus os fez, Deus os juntou»

pela Comp. de Teatro Luzes.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço,** enc. Armando Cortez.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. **Dona Rosinha Solteira,** de Frederico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00 — **Compa-**

nhia de Teatro de Almada.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Opereta,** de Gombrowicz, adaptação e encenação de Carlos Avilez — **Teatro Experimental** de Cascais.

• ÉVORA

Teatro Garcia de Resende. De 4.ª a sáb. às 21.30. **M. Moderado,** de Arthur Adamov, encenação de Luís Varela — **Companhia do Centro Cultural** de Évora.

Exposições

• LISBOA

António Melão — Fotografias sobre o Japão. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.º Dt.º. As 3.ª e 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 29/7)

«Arte High-Tech em Questão» — técnicas várias. De E. M. de Melo e Castro, Cecília Melo e Castro, Pedro Barbosa, Silvestre Pestana, Clara Menezes, Eduardo Kac. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 30/7).

Catrina Baleiras e Pedro Campos Rosado. Galeria Quadrum, R. Alberto de Oliveira (Coruchéus).

Colectiva de escultura (Croft, Miguel Branco, Alberto Carneiro, Graça Costa Cabral, Xana). Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7)

Colectiva de Fotografia. AR.CO, R. Santiago, 18. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 18.00 (até 25/7).

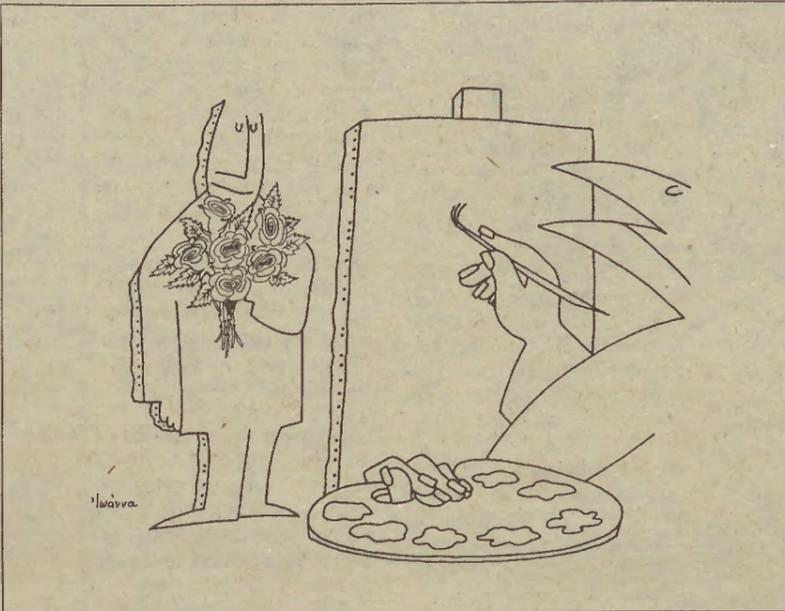
Colectiva de pintura (Leonel Moura, Cabrita Reis, Julião Sarmento, Fernando Calhau, Pedro Proença). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/7).

A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Costa Pinheiro Tapeçaria, pintura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 31/7)

Filipe Rocha da Silva — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Gil Teixeira Lopes Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª



das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só de manhã (até 31/7).

Helmut Senke Pintura. Gal. S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 161. De 3.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30, e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só à tarde (até 30/7)

«Imagens de Nossa Senhora». Mosteiro dos Jerónimos (Refeitório). De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30.

Isabel Augusta — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7).

Jorge Jacinto — «O Mundo do Espectáculo», fotografia. SPA, Av. Duque de Loulé, 31. De 2.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00 (até 22/5).

Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 14/8)

Lino António — Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

Luís Caruncho Pintura e Gravura. Gal.

111, Campo Grande, 113. (até 29/7)

Mostra de Arte Brasil-Portugal — Colectiva de novos pintores brasileiros. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36 (até 24/7).

Nuno Siqueira — Pintura recente. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/7).

«Paisajes» — Colectiva de jovens pintores espanhóis. Forum Picoas (até 30/7).

Paula Rito, Isabel Tavares, Paula Carreira — Desenho e pintura. Gal. Voz do Operário, R. da Voz do Operário. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (até 28/7).

Verónica Nel — Pintura. Gal. St.ª Justa, R. Santa Justa, 93-2.ª. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 28/7).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 31/8).

• PORTO

Joaquim Filipe — «Interferências», pintura. Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 2. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 23.30, sáb. a partir das 15.00 (até 27/7).

Maria António Santos — Tapeçaria. Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 2. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 23.30, sáb. a partir das 15.00 (até 27/7).

Nadir Afonso — Pintura. Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00.

Patrícia Garrido — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 16.00 às 20.00 (até 30/7).

Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Casa de Serralves, R. de Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central — AMADORA. **Alfredo Garcia Revuelta** (Espanha) — Pintura e escultura.

Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Júlio Pomar — Desenho e serigrafia. Até 3/8, Galerias da Universidade — BRAGA.

Luís Camacho — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 26/7) COLARES.

Velloso Salgado — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 7/8) COLARES.

José de Guimarães — Pintura e escultura. Convento dos Capuchos (até 20/8) COSTA DA CAPARICA.

Costa Martins — «Lisboa Revisitada», pintura. Até 31/7, Galeria de arte do Casino — ESTORIL.

Aníbal Falcato Alves — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

Bienal Internacional de Óbidos. Até 31/7, Solar de Santa Maria — ÓBIDOS.

Eurico Gonçalves — Desenho e pintura (retrospectiva anos 50-80). Até 20/8, Museu de SETÚBAL.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

Arte Portuguesa Contemporânea — Exposição inaugural da Gal. Municipal de Vila Franca de Xira: pintura e escultura de Álvaro Perdigão, António Carmo, António Trindade, Carlos Calvet, Hélder Baptista, Hilário Teixeira Lopes, Isabel Sabino, João Duarte, Jorge Pinheiro, Maria João Franco, Néilson Dias, Rocha de Sousa, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingos. VILA FRANCA DE XIRA.



...e ainda Música, debates, etc.

Convívios em Soure

No próximo sábado o pátio interior do Centro de Trabalho de Soure vai voltar a animar-se com o convívio em que os camaradas da Comissão Concelhia mais uma vez se aprimorarão. Eis o programa: de manhã, um tomel relâmpago de jogos tradicionais (da malha e do burro), ao fim da tarde canto livre e fados; durante todo o dia sardinha assada, febras, caldo verde.

Trivial, dir-se-á... Só que o mais interessante, digno de apreço (e imitação!) é que tal convívio é entre os muitos que os camaradas organizam regularmente e sobretudo no Verão. Para animação do Centro de Trabalho, confraternização, recolha de fundos, e agora também para divulgação da Festa do «Avante!». Para fazer novos amigos.

Acampamento JCP

Na Praia do Pessegueiro em Porto Covo vai instalar-se de sábado próximo até dia 29 o acampamento nacional da Organização do Ensino Secundário da JCP. Partida cerca das 7 horas da manhã de sábado do Terreiro do Paço em Lisboa. Preço total da

passagem de ida e volta: 1300\$00.

Barragem do Maranhão em Avis é o local escolhido para um outro acampamento de jovens — este o **Inter-Jovem**, organizado pela CGTP-IN, de 1 a 10 de Agosto. Informações pelo tel. 37 21 81 de Lisboa.

Ballet da Tartária

Com um espectáculo no Teatro S. Luís em Lisboa no próximo domingo às 21.30 encerra a curta série de espectáculos que os bailarinos do **Teatro de Ópera e Ballet da**

Tartária apresentaram no nosso país.

Entretanto, o grupo vai estar ainda em dois outros espectáculos: amanhã em Setúbal e sábado no Barreiro.

Mais ballet mas na Gulbenkian — com a **Sidney Dance Company**, tida como a mais importante companhia de dança contemporânea australiana. Sempre às 22 horas, nos dias 21, 22 e 23, com bilhetes a 600\$00.

Música

Nos arredores de Lisboa dois festivais

têm programados concertos para esta semana.

Quanto ao Festival dos Capuchos, uma orquestra e um solista, ambos de primeiro plano — a **Filarmonia de Moscovo** e o pianista **Sequeira Costa** — interpretam obras de Rachmaninov e Tchaikovsky no concerto que terá lugar no sábado às 21.30 no Teatro Académia em Almada. No **Convento dos Capuchos**, na 4.ª feira, 27, música de câmara para dois pianos (de Copland, Samuel Barber, Scott Joplin, Milhaud, Poulenc, Lopes-Graça) pelos concertistas **Pedro Burmester** e **Mário Laginha**.

Quanto ao Festival da Costa do Estoril, que também prossegue: no Palácio da Cidadela de Cascais, sábado, às 21.30, música da Época dos Descobridores interpretada pelos grupos **Capela Lusitana** e **Escola Cantorum Lusitana** sob a direcção do maestro Gerhard Doderer. Bilhetes: 450\$00.

Integrado neste Festival da Costa do Estoril está também um outro concerto pela **Orquestra Filarmonica de Moscovo** com obras de Tchaikovsky, Prokofieff, Stawinsky. **Sexta-feira, 21.30, Mosteiro dos Jerónimos**, com bilhetes a 950\$00.



Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado. Vento fraco de Noroeste. No Norte períodos de céu muito nublado e aguaceiros.

Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



sumário

- A. Cunhal (Portugal). A realidade exige um elevado sentido de responsabilidade
 A. Dobrinin (URSS). A política externa soviética: seus princípios básicos e o novo pensamento
 A. Fava (Argentina). Uma viragem transcendente rumo à unidade das forças revolucionárias
 N. Isa Conde (República Dominicana). «Santa Fé» declina: a paz e a libertação podem avançar!

PASSO A PASSO, /RUMO AO DESARMAMENTO

Como está prevista a redução. Do Tratado sobre a eliminação dos mísseis de curto e médio alcance E. Flores (Espanha). A cimeira de Washington abre novas perspectivas

VIDA E EXPERIÊNCIAS DOS PARTIDOS

- J. Bizzell (Canadá). Como romper o círculo vicioso do bipartidarismo
 OS COMUNISTAS E A JUVENTUDE. J. Blume, E. Remacle (Bélgica).
 Conflito de gerações: confronto ou realidade?
 C. Kileo (Tanzânia). Um êxito importante na construção da nova sociedade
 Breves Informações
 Liberdade, justiça, paz! Revista de imprensa e documentos do Partido Comunista Francês sobre o seu XXVI Congresso

O MOVIMENTO FEMININO /E A ACTUALIDADE

- M. Kabrhelová (Checoslováquia). «Feminismo socialista?» Não, plena igualdade
 E. Thomas (Jamaica). Somos metade do género humano!
 G. Rabesahala (Madagáscar). Defendendo a independência, garantiremos a igualdade

INTERCÂMBIO DE OPINIÕES/DEBATES

Os comunistas no mundo contemporâneo: com quem colaboramos e com vista a que objectivos. Materiais de um debate colectivo na Revista Internacional

PAÍSES/ACONTECIMENTOS /COMENTÁRIOS

- Marxistas e cristãos. O. Millas (Chile). A dialéctica da participação dos cristãos na luta social. L. Proaño (Equador). Se não houver justiça não pode haver paz
 A crise no Golfo Pérsico. M. Abdallah (Arábia Saudita). À sombra da guerra. S. Ben Ali, Y. Al Hassan (Barém). Sob o pretexto de defesa da soberania. S. Djaber (Kuwait). Há que prevenir uma catástrofe nacional
 W. Mandela (África do Sul). Um quarto de século nas masmorras racistas

PANORAMA BIBLIOGRÁFICO

D. Volkogonov. Triunfo e tragédia de Stáline

INFORMAÇÃO/CORRESPONDÊNCIA /CRÓNICA

Páginas da história. T. Kuczynski (RDA). Dados desconhecidos sobre o destino de raridades bibliográficas
 OS MEMBROS DO CONSELHO DE REDACÇÃO RESPONDEM AOS LEITORES. S. Wronski (Polónia). O referendo na Polónia: a democracia em acção

Síntese semanal da IMPRENSA

Revisão da Constituição: assim se chega... «ao diálogo»

• «É certo que a vida do país se tem vindo a alterar profundamente "apesar" dos interditos e tabus constitucionais. Os ventos da realidade provocaram a erosão implacável das tábuas da Lei, deixando sobre alguns preceitos míticos a poeira de piedosos vestígios. Por outro lado, as expressões de maior dinamismo e iniciativa na sociedade civil não deixaram de afirmar-se com impetuosa nitidez, ainda quando contrariavam a letra e o espírito do texto básico de 1976. Aliás, um dos grandes critérios para se poder avaliar da vitalidade dos agentes económicos e sociais reside precisamente em separá-los entre os que, desde então, souberam criar novas realidades, e os que se limitaram a assistir, protestando contra a "Constituição marxista" ou jogando na sombra das clientelas.

De qualquer modo, porém, não seria saudável nem normal manter-se em vigor um texto historicamente datado, ultrapassado já em muitos dos seus fundamentos, mesmo na hipótese limite de a vida real do país lhe poder ser inteiramente indiferente. É que, nesse caso, não seriam apenas os preceitos caducos a estarem condenados ao descrédito e ao ridículo, mas já o próprio sentido e razão de existir da Constituição — esta, ou qualquer outra.

Foi para este equívoco grave que se deixou arrastar Cavaco Silva, sob a vaga de fundo vitoriosa de 19 de Julho. Apostando na dinâmica cega do voluntarismo, em que a sucessão acumulada de factos consumados acabaria por tornar a revisão

constitucional uma mera formalidade, Cavaco imaginou-se solitário e imperial no território de um sonho mexicano. Sobre o pedestal da "maior maioria de sempre", para quê negociar laboriosos consensos com os interlocutores da área política e social, quando estava ao seu alcance estabelecer um "diktat"?

O facto é que, prisioneiro das tensões contraditórias no seio dessa maioria, obrigado a adiar sucessivamente o seu "xeque-mate" às oposições, Cavaco, em nítida perda de velocidade, chocou com a muralha esburacada da Constituição, quando tentou levar por diante o "pacote laboral". Já antes, porém, a mobilização sem precedentes conseguida pela greve geral criou um enquadramento social onde a solidão sobranceira do primeiro-ministro aparecia vulnerável, pela primeira vez, desde o 19 de Julho.

A viragem estratégica — inconfessada mas transparente — que o último Congresso do PSD consagrou, terá feito Cavaco surgir, enfim, como um "político igual aos outros", ou seja, um homem que aprendeu a tempo a resistir à tentação fatal do "providencialismo" e a admitir — pelo menos implicitamente — o direito pessoal a enganar-se e a ter dúvidas...

(V. Jorge Silva, «Expresso», 16 Julho)

Um par de dialogantes

«Declarada a inconstitucionalidade do pacote laboral e agravada a situação por algumas reacções de intemperança e mau-poder do primeiro-ministro, o Congresso do PSD veio, em cinzenta resignação, operar a grande inflexão estratégica.

Final, a revisão da Cons-

tituição é a máxima prioridade da vida portuguesa. (...)

Muito antes das legislativas de 1987, era já óbvio que a personalidade de Cavaco Silva, na chefia da direita portuguesa, iria, pelas suas características, complicar, senão comprometer, o processo da revisão constitucional e tudo aquilo que, no político, no social e no económico, dele dependiam e dependem. A clara abertura dos principais opositores dificilmente poderia evitá-lo, porque basta um conflituoso para fazer um bom conflito e requerer-se dois dialogantes para fazer um bom diálogo.»

(N. Brederode Santos, «Expresso», 16 Julho)

Dois casos sem comparação

• «1. Uma única e breve notícia — anunciando o adiamento da reunião do Conselho de Segurança da ONU — chegou esta semana, via agências noticiosas internacionais, a propósito do Airbus iraniano abatido por um missile americano, no Golfo, no dia 2. Mais nada. Compare-se: um caça soviético abateu um Jumbo sul-coreano a 1 de Setembro de 1983. Até ao dia 17, as agências internacionais enviaram, ininterruptamente, noticiário sobre o assunto, reacções ocidentais, boicote à Aeroflot, pesquisa da caixa negra, etc. Depois desse dia e até final do mês, pelo menos dia sim dia não havia notícias. Quando perguntaram a Reagan se não era semelhante o caso do dia 2 com o de 1983, ele explicou que eram muito diferentes. E tinha razão — como o provam as agências noticiosas internacionais...»

2. Se desejarem outra prova de que os dois casos são completamente diferentes, aqui vai ela: enquanto o caso do Jumbo serviu para aumentar o isolamento internacional da URSS, o episódio do Airbus permitiu a Henry Kissinger, em artigo na Newsweek, acorrer com bons conselhos sobre como aproveitar a tragédia para iniciar o diálogo amistoso EUA-Irão. Assim mesmo, sem tirar nem pôr. E não-de ver que ele também tem razão.

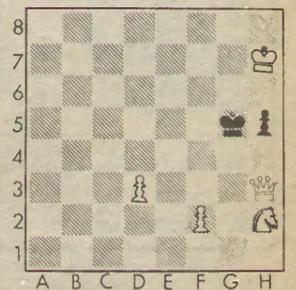
(Oscar Mascarenhas, «Diário de Notícias», 17 Julho)

Xadrez

CLXIII — 21 de Julho de 1988

Proposição N.º 163

Por: H. Kaviev
«Echiquier Belge», 1964
Pr.: [2]: Ph5-Rg5



Br.: [5]: Ps.d3,f2-Ch2-Dh3-Rh7
Mate em dois lances

Jogo N.º 163

Taça do Mundo, Belfort (F), 1988

Br.: Spassky
Pr.: Hjatar Son

1. e4, c5; 2. Cc3, Cc6; 3. g3, g6; 4. Bg2, Bg7; 5. d3, e6; 6. B63, Cd4; 7. Cc6, b6; 8. B: d4, c: d4; 9. e5, Tb8; 10. f4, f6; 11. Cf3, f6; 12. f: e5, Dc7; 13. Cc: d4, B: e5; 14. D62, B: d4; 15. C: d4, Dc5; 16. Cb3, Dg5; 17. 0-0, Cc7; 18. Ta6, Tf8; 19. Cd2, T: f1+; 20. T: f1, C15; 21. Cc4, R67; 22. g4, b5; 23. g: f5, b: c4; 24. D65 e abandono.

Solução do N.º 163

Chave: 1. D66, Rf4; 2. Df6++
1., Rh4; 2. Cf3++
1., h4; 2. D65++

A. de M.M.

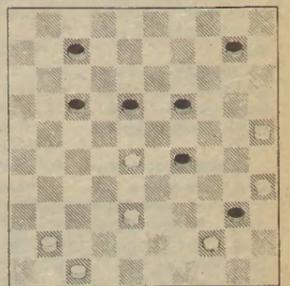
Damas

CLXIII — 21 de Julho de 1988

Proposição n.º 163

Por: B. Skitkin — URSS, 1973

Pr.: [7]: 7-10-17-18-19-29-40



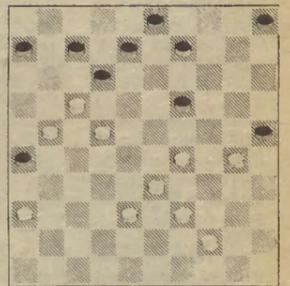
Br.: [7] 25-28-35-38-41-44-47

Jogam as brancas e ganham

Golpe n.º 163

Por: E. Boissinot — França, 1927

Pr.: [10]: 3-5-6-7-8-9-12-19-25-26



Br.: [10]: 17-21-22-29-30-33-36-38-39-44

Jogam as brancas e ganham

Soluções do N.º CLXIII
 N.º 163 (B. S.): 35-30, (40x49)
 30-24, (49x46) A; 24x2 (46x23 ou 14); 47-41 (14 ou 23x46); 2-24 (29x20); 25x5+ A-Se: (49x23); 24x2 (23x46)...+
 Golpe N.º 163 (E. B.): 36-31 (25x32); 44-39 (26x37); 29-23 (19x28); 21-16 (12x21); (16x38); (28x17); 38-32 (37x28); 33x4+

A. de M. M.

Tabela de assinaturas

(12 números)

Continente e ilhas	770\$00
Europa	2070\$00
P. Exp. Portuguesa	2870\$00
Extra-Europa	3620\$00

Pagamento em cheque ou vale de correio dirigido a
 Central Distribuidora Livreira, SARL
 Av. Santos Dumont, 57, 2.º
 1500 Lisboa



da festa!

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 2
21 de Julho de 1988

Não pode ser vendido
separadamente

**Guardem
as vossas energias**

**Vamos
dançar
contra
o Apartheid**



**Johnny
Clegg**

na **XII festa**
Avante!

O
que
é

«Le mystère
des voix bulgares»

Ao que rezam as crónicas, tudo começou quando o dono de uma editora discográfica independente da Grã-Bretanha, Mr. Ivo Watts-Russel da «4AD» ouviu em 1985, em casa de Pete Murphy, uma fita com gravações folclóricas recolhidas na Bulgária.

Apaixonado pela fascinante fusão de doçura e vigor daquelas vozes femininas, Watts-Russel precipitou-se para o possuidor dos originais daquelas gravações, aliás, autor das próprias recolhidas.

Trata-se de um personagem apaixonante, um tal Marcel Cellier, hoje com 62 anos, que já no início dos anos 60 dera origem a um outro fenómeno discográfico: o disco com a banda sonora do filme «Picnic at Hanging Rock» vendeu um milhão de cópias. Tratava-se de improvisações em flauta de Pan e órgão por Cellier e o romeno Georges Zamfir.

Indo ainda mais atrás, a paixão de Cellier pela música da Europa central começara lá pelos anos 50 quando, trabalhando para uma empresa mineira, realizou várias viagens pela Hungria, Roménia, Checoslováquia — e Bulgária.

Equipado com um gravador, Marcel Cellier recolheu um impressionante acervo de registos originais, tomados em pleno campo, nas aldeias ou nas montanhas.

Na sua casa hoje na Suíça, Watts-Russel foi encontrar os originais que deram origem a um LP e logo depois a um compacto, que os talentos do *marketing* baptizaram de «Le mystère des voix bulgares» — tal e qual em francês mesmo na edição britânica, seguramente para aumentar «le mystère»...

A realidade é que, palavras não eram ditas, o disco vendera 30 mil exemplares e desencadeou um dos mais curiosos — e positivos, há que dizê-lo — movimentos de interesse musical dos últimos anos. O insuspeito «New Musical Express», Sagra da Escritura da pop e do rock inglês, reconhece que não há disc-jockey europeu que não se tenha apaixonado pelas vozes búlgaras e que os jovens seguramente fatigados de tanta electrónica descobriram de repente a mesma fascinação que, há quase um século, se revelara a Bartok ou Kodaly! ■

Vozes búlgaras

na Festa do «Avante!»



Não é mistério — é um povo

Mistério, mistério, propriamente — não há!

O que há é um dos mais fascinantes folclores europeus, gerado pela vida e pela História do povo búlgaro.

Tenha-se em conta um país montanhoso, situado num ponto da Europa por onde, ao longo de séculos, passaram quantos do Mediterrâneo subiram para Norte, quantos do Norte desceram para o Mediterrâneo e para a Ásia Menor.

Considere-se que este país fixa as origens da sua nacionalidade em 681, o que faz dele a realidade nacional mais antiga da Europa.

Verifique-se que a Bulgária medieval conhece um apogeu cultural que se traduz pela criação nas suas terras do alfabeto cirílico e por um desenvolvimento político e religioso particularmente importante.

Recorde-se que esta realidade nacional, já então forjada por seis séculos de vida, cai em 1396 sob a dominação turca que se arrastará por cinco séculos, até 1878.

Sublinhe-se finalmente que: os búlgaros eram cristãos-ortodoxos e viveram quinhentos anos sob dominação muçul-

mana; os búlgaros jamais se vergaram ao ocupante e esses quinhentos anos são uma constante sucessão de revoltas, de guerrilhas que levaram os homens para as montanhas; que a actividade agrícola, a manutenção dos lares e da vida social coube assim durante anos com grande destaque às mulheres; que nas suas vozes se juntam a vida, a religiosidade cristã-ortodoxa, as influências culturais do islamismo ocupante, a conservação de um património popular como afirmação mesma de resistência.

E tem-se o mistério!



Conjunto folclórico de Plovdiv

Este conjunto é composto por oito elementos: Zlatka Kissiova, Tania Dosseva, Milka Koleva, Svetla Stanilova, Miltcho Vassilev, Entcho Pachov, Dimitar Ivanov e Assev Mutafov, que têm duas características comuns. Todos eles possuem um grande amor pela música e em todos eles esse amor nasceu por tradição familiar. Além do mais são executantes de nomeada. Uns são vencedores de festivais folclóricos, outros fizeram da cultura popular o seu curso superior e hoje ensinam em institutos superiores de música.

O Conjunto Folclórico de Plovdiv é composto por quatro vozes femininas acompanhadas por outros quatro instrumentos: a flauta, a gaita, o bombo e o gadulka. O seu som é mágico e a oportunidade sensacional.

Há um ritmo misterioso...

Entretanto, há outra questão, não propriamente misteriosa — mas curiosa. E reveladora da pujança e vivacidade do folclore búlgaro.

Em 1938, o incansável investigador da música popular da Europa central que foi o compositor húngaro Bela Bartok chamava a atenção num artigo para a revelação que para ele constituía a leitura de um opúsculo de Vasili Stoin com o prolixo e germânico título de «Grundriss der Metrik und der Rhythmik der bulgarischen Volksmusik». O opúsculo repegava aliás um trabalho de Dobri Christov de 1913 e, no essencial, chamava a atenção para o facto de que a música folclórica búlgara possuía uma estrutura rítmica inteiramente original. Citando Stoin, escreve Bartok:

«Em quase metade das canções populares búlgaras, nem todos os valores fundamentais dos compassos simples são iguais; frequentemente um, às vezes dois e mesmo três alargam-se até metade do seu valor.»

E acrescenta o autor da «Cantata Profana» em exposição para entendidos:

«Ritmo búlgaro é uma espécie de ritmo em que o valor fornecido pelo denominador da fracção que indica o compasso é extremamente breve (cerca de 300-400 no metrónomo) e em que esses brevíssimos valores fundamentais não se agrupam, dentro do compasso em valores maiores iguais, isto é, não se agrupam simetricamente.»



Bela Bartok em 1908

E Bartok narra ainda uma curiosa experiência, reveladora do rigor exigido pela investigação etno-musical. Intrigado com tão subtis diferenças rítmicas, interrogou-se sobre se elas existiriam ainda, mas, simultaneamente, outra dúvida o tomou: e se até então nelas se não tivesse apercebido?! Bartok sujeitou então todo o seu material transcrito a uma revisão, verificando que dificuldades encontradas, subtilezas não traduzidas na transcrição se resolviam utilizando e aplicando as originais suspensões criadas pelos cantores e músicos das montanhas e dos vales da Bulgária.

E hoje, ele aí está, em qualquer manual de música: o ritmo búlgaro! ■

Carl Sagan e um disco editado em Portugal

Acompanhando o conjunto de iniciativas da próxima Festa do «Avante!» ligadas ao folclore búlgaro, uma editora portuguesa — Transmídia — promoveu em colaboração com a editora discográfica búlgara Balkanton a edição em Portugal, no próximo mês de Setembro, de um LP contendo uma vasta selecção de registo de música popular da Bulgária.

Particularmente significativa da selecção feita e incluída no disco é a canção «Deliu tornou-se um haiduk» interpretada pela cantora Valya Balkanska.

Esclareça-se, por um lado, que se trata de uma canção particularmente ilustrativa de um tema constante do folclore búlgaro: os haiduks, isto é, os guerrilheiros de origem camponesa que nas montanhas combateram durante séculos a ocupação otomana, tornando-se numa das figuras mais presentes em toda a história e no imaginário popular da Bulgária.

Mas o mais significativo será que os ouvintes portugueses do disco terão possibilidades idênticas às oferecidas pelo cientista norte-americano Carl Sagan aos extra-terrestres...

A história é a seguinte.

Em 1977, Carl Sagan esteve ligado aos projectos de envio das naves «Voyager 1» e «Voyager 2», lançadas para o Cosmos e destinados a um percurso de investigação sem destino certo ao longo das distâncias cósmicas que as naves conseguem atingir.

Do projecto «Voyager» fez parte a suposição que, algures no Cosmos, as naves terrestres poderão vir a ser encontradas por seres inteligentes. Nesse sentido, foi devidamente condicionado no seu interior um conjunto de materiais com os quais se pretende dar a eventuais extra-terrestres uma ideia de civilização da Terra, das suas características, das suas realidades.

Para além de vasto material científico em vídeo, filmes, fotos, textos, etc., aquele conjunto inclui igualmente amostras da produção estética do homem em todos os campos — incluindo o musical.

Foi durante a preparação da selecção de materiais que Sagan escutou acidentalmente «Deliu tornou-se um haiduk» por Valya Balkanska, o que determinou a sua proposta para que o trecho fosse incluído nos retratos terrestres transportados pelo «Voyager».

Desde 1977 portanto que esta voz búlgara percorre o Cosmos em busca de alguém que venha a fazer o que em breve nos será possível: ouvir uma canção criada por séculos e séculos da vida dos homens. ■

Um professor búlgaro para explicar na Festa o mistério

Correspondendo ao interesse gerado pelo «mistério das vozes búlgaras», a Festa do «Avante!» promoveu, no quadro das relações com o «Rabotnicesko Dielo», órgão do Partido Comunista Búlgaro, uma presença particularmente significativa para o próximo mês de Setembro.

Por um lado, os espectáculos da 12.ª Festa contarão com a presença do grupo folclórico de Plovdiv de que se dá conta noutro ponto desta página.

Mas, para além disso, o «Avante!» sugeriu — e foi aceite! — que nos nossos novos terrenos de Loures pudéssemos contar com a presença de alguém particularmente capacitado que explicasse se, afinal, há ou não há algum mistério nas vozes búlgaras!

Teremos assim na nossa Festa para participar em diversos colóquios o professor Manol Todorov, professor assistente no Conservatório Nacional da Bulgá-

ria. O curriculum que nos foi enviado informa do seguinte:

Manol Todorov, professor assistente no Conservatório Nacional da Bulgária. É conhecido no nosso país e no estrangeiro como folclorista e trabalha nomeadamente no âmbito do instrumentário folclórico búlgaro/orgaografia, música popular instrumental, ideias estéticas e criadoras do músico popular etc. Junto com isso investiga questões científicas da esfera da etnomusicologia ligadas à canção não mensurada, aos traços comuns no instrumentário e na música popular instrumental entre os povos eslavos.

Manol Todorov tem editado livros de música popular búlgara e uma série de discos com folclore musical búlgaro. As suas obras estão editadas na URSS, Hungria, Suécia, RDA, Japão e Polónia.

Manol Todorov é membro do Conselho Académico do Instituto Superior Pedagógico de Música em Plovdiv. É dirigente artístico do grupo folclórico do Instituto. ■

Johnny Clegg vem à Festa



A Festa já vem no horizonte e as novidades vão chegando. Esta que hoje vos damos é de arromba e já tinha sido aflorada por outros órgãos de comunicação social. Diziam na altura faltar apenas pôr preto no branco os compromissos.

Isso já aconteceu e podemos confirmar-vos a presença de Johnny Clegg na 12.ª edição da Festa do «Avante!».

Quem estiver atento aos tops de vendas internacionais sabe já de certeza que este músico é um caso raro de popularidade em terras gaulesas.

O seu primeiro álbum ocupa o primeiro lugar de vendas há mais de três meses. «Third World Child» já vendeu 900 mil cópias e foi, por isso mesmo, três vezes disco de platina.

No top francês, este primeiro trabalho de Johnny Clegg apenas tem um concorrente capaz de o destronar. Trata-se de um seu novo disco, que em apenas um mês vendeu mais de 350 mil exemplares.

Se Johnny Clegg se preocupasse com estas tabelas não teria grandes motivos de preocupações. Esse álbum com carreira fulgurante e que já foi editado em Portugal chama-se «Shadow Man» e é o segundo 33 rotações que este compositor grava para a editora EMI.

Em França, depois de Johnny Clegg, só mesmo Johnny Clegg. Mas não é essa a sua preocupação. O que importa mesmo é levar a sua música e as suas letras ao maior número possível de pessoas.

Por isso também a Festa do «Avante!» e um palco bem à medida do seu talento. Vamos dar-vos a conhecer este homem que definitivamente conquistou os sentidos e também a cabeça das gentes de França. Com uma certeza. A sua música vai fazer furor neste Verão e quem for à antigo Quinta do Infantado em Loures não resistirá à batida forte e melodiosa deste homem e do seu grupo, os Savuka. ★

A palavra é o meu combate

Johnny Clegg é um homem que faz da palavra a sua luta. Nesta cachá, vamos ouvi-lo falar de si próprio e da sua música.

Diz de si que «o meu papel, enquanto letrista, é o de reivindicar o Zulu e a língua africana como parceiros de uma nova cultura. Enquanto o *apartheid* não for destruído, a palavra será um campo de batalha. E o meu combate».

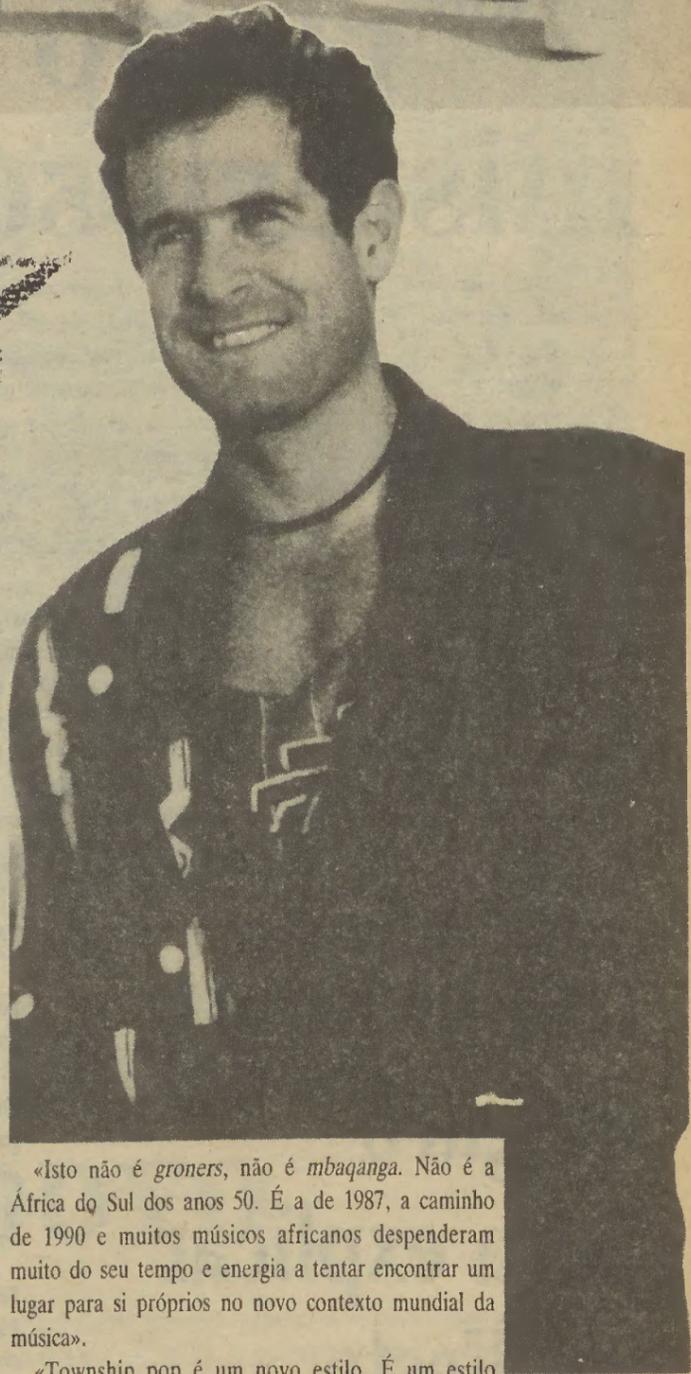
É desta forma simples que Johnny Clegg define o seu papel na música, enquanto músico que se assume como um homem de palavras. E que passou por várias fases na sua vida. Houve uma altura em que cortou com a cultura ocidental. «Eu não queria mais ser branco. Era como os migrantes, estrangeiro nesta cidade (Joanesburgo). Os brancos escutavam Rolling Stones — e eu fazia música zulu e dançava-a».

Com o andar dos anos, percebe que as etnias eram exploradas pelo regime do *apartheid* enquanto factor de divisão. É esse facto que o leva a tomar uma decisão: «O *apartheid* gerou um sentimento negativo em relação às etnias. Não queremos saber se tal indivíduo é um Zulu ou Xhosa. Queremos salientar o facto de que é um cidadão do mundo pela música que ouve, pelas suas roupas, aquilo que come».

«A nossa música Zulu deve modernizar-se e condensar toda a África do Sul. E assim demonstrar o absurdo que é o *apartheid*».

«A nossa proposta — afirma ainda — é de que deve existir uma democracia da música: as novas formas devem ter muito mais suportes do que as antigas. Deve haver uma balança.»

São estes pressupostos que o levam a criar o seu primeiro grupo multi-racial e cultural e a ensaiar um novo estilo de música.



«Isto não é *groners*, não é *mbaraqanga*. Não é a África do Sul dos anos 50. É a de 1987, a caminho de 1990 e muitos músicos africanos despenderam muito do seu tempo e energia a tentar encontrar um lugar para si próprios no novo contexto mundial da música».

«Township pop é um novo estilo. É um estilo onde se fundem o Reggae, o soul e o funk com o *mbaraqanga*. «Eu não faço música africana, faço música que vem de África. Atenção à diferença!».

Sobre a actualidade, sublinha Johnny Clegg: «A tensão cresce todos os dias na África do Sul. Por causa de todos os problemas com que nos defrontamos, é essencial que o grupo continue a tocar no nosso país. É lá que temos de renovar e entregar a nossa energia, a nossa chama e a nossa identidade».

É este homem, que conhecemos em discurso directo, quem vai estar presente na décima segunda edição da Festa do «Avante!». ★

NO MUNDO DOS «OUTROS»

A música de Johnny Clegg goza de uma popularidade rara entre a população sul-africana. O seu prestígio só é igualável ao de Miriam Makeba, nome grande da música africana exilada do seu país há mais de 20 anos. Na Europa, e principalmente em França, faz sombra a «monstros» que se julgavam acima de qualquer nuvem, Tina Turner ou Bruce Springsteen. Este Verão chegará a vez da Inglaterra se render a este sul-africano.

Mas qual o segredo para este tão fulgurante como firme sucesso?

Para o descobriremos, temos de voltar 35 anos atrás, aos arredores da cidade inglesa de Manchester. Fazêmo-lo apenas para assinalar o seu nascimento, que a história que nos interessa começa seis anos mais tarde na África do Sul.

Foi quando Johnny Clegg acompanhou a sua mãe para uma vida nova que tinha como elemento importante um jornalista sul-africano, seu padrasto.

Este homem terá sido decisivo para a sua formação, uma vez que era um apaixonado pela música e cultura africanas e transmite esse gosto a Clegg, que cedo começou a falar o dialecto Ndebele.

«Dan — dirá mais tarde — deu-me acima de tudo a África e os africanos românticos».

Que a África real e as condições de vida dos negros na África do Sul, foi o acaso que a levou até si.

A vida dos outros

Numa noite de 1968 os acordes de uma guitarra na rua chamam-lhe a atenção. «Soa como folclore celta», pensa. O homem que toca na rua é um jovem negro varredor, um migrante que vem do território zulu. Chama-se Charlie Mzila.

Impressionado com a atenção de Clegg pela sua música, resolve ensinar-lhe a tocar o instrumento e inicia-o na cultura zulu.

Mais do que isso, mostra-lhe a vida ignorada dos outros, dos habitantes dos ghettos onde o branco não pode entrar por proibição do *apartheid*.

Conhece as barras nas janelas, as leis militares. Todos os dias, ilude a vigilância do exército racista e junta-se ao seu amigo Mzila. Assiste então aos despiques dos Dance-Teams; dos grupos de dança que mimam a guerra ao ritmo dos tambores.

Mas depois deste encontro é admitido nas danças colectivas. Então, são cinco anos para aprender a mover-se na perfeição e outros sete para decifrar e aprender o simbolismo da mímica.

Tanta actividade não passa despercebida e é preso. Dez vezes ao todo. Entretanto, aos 17 anos, decidira-se pelo rompimento: é sul-africano. E deixa, inclusivamente, de falar inglês.

Os rumores de que havia um branco que tocava guitarra zulu chegam aos ouvidos de Siphon Mchunu, um jovem, 23.º filho de um ervanário zulu detentor dos costumes da sua tribo.

Recentemente chegado a Joanesburgo, Mchunu encontra Clegg e desafia-o. É o começo de uma amizade que os levaria a formar um duo inspirado nos cantos nupciais.

Com uma trupe de cinco dançarinos, exibem a sua música nos albergues para trabalhadores migrados e nos ghettos. Começam a fazer-se notados, e a polícia prende-os, espanca-os. Os brancos apontam-nos e os próprios negros os vêem com má cara. Johnny Clegg é branco, e um branco não consegue passar despercebido às autoridades num *gheto* negro.

Soweto

Outra data fundamental no amadurecimento de Johnny Clegg. Uma data que ficará não apenas na sua história mas na História universal. Junho de 1976. E um nome. Soweto.

Os estudantes negros recusam o Afrikaner como língua de ensino e é o levantamento prontamente reprimido. Centenas de mortos, mas o nascimento de uma nova realidade. A partir de então, foi a unidade dos operários com os estudantes negros.

É um acontecimento fundamental também para o amadurecimento de Clegg, devido à exarcebada que as autoridades racistas fazem das particularidades de cada etnia, numa tentativa ainda hoje continuada de dividir. Os seus colegas na Universidade, onde estuda antropologia e ciências políticas, acusam-no de tribalismo e, consequentemente, de ser pró-governamental.

Johnny Clegg decide então um afastamento do mundo zulu e volta a escrever canções em inglês. Divaga por outros estilos de música, nomeadamente o mba-

qanga, mistura de tradicionais africanos com a *pop*.

É o período de gestação dos Juluka (Sangue de Boi), o seu primeiro grupo multi-racial e multicultural... e do Johnny Clegg que hoje conhecemos. ★

O caminho da consagração

«Universal Man» é o primeiro álbum gravado por Johnny Clegg na África do Sul. Foi em 1980, quando o cantor fundou o seu primeiro grupo multi-racial e cultural, os Juvuka. Trata-se de um álbum que não faz carreira no início, não conseguindo entrar no circuito comercial.

Determinado a fazer vingar o seu projecto, Johnny Clegg consegue seduzir com a sua música Hilton Rosenthal, director artístico de uma grande discoteca, que consente em produzir o segundo álbum do grupo.

As rádios, uma vez mais, recusam-se a passá-lo. Como resposta, Rosenthal funda a sua própria etiqueta — chamar-se-á Jujuka.

Foi há sete anos atrás, altura da loucura do disco e do Funk, que também fizeram furor na África do Sul. O governo, cedendo a pressões das grandes indústrias do espectáculo, autoriza públicos e grupos mistos. Também a rádio e a televisão tornam o nó da censura um pouco mais lasso.

Os Jujuka aproveitam a brecha e começam a instalar-se até que o seu terceiro álbum «African Litany» se torna disco de ouro em apenas três meses. Finalmente, a música e as palavras de Johnny Clegg tornam-se património de todos.

... Com o sucesso, chega também a atenção das forças repressivas. Prisões e interrupções de concertos. Mas a música tinha-se tornado irreversível e em 1982, Johnny demite-se do cargo de leitor da Universidade para abraçar a tempo inteiro esta sua profissão. Os seus próximos álbuns trazem-lhe um lugar ao sol. A partir de então, ele e o seu grupo, tocando onde forem solicitados. Com uma condição: que o local seja aberto a todos, brancos e negros. Uma carreira de sucesso que é interrompida em 1984, quando o seu velho amigo Siphon Mchunu volta ao território Zulu. É o fim dos Jujuka. Mas também o começo dos Savuka.

Savuka

O sucesso dos Savuka é instantâneo na África do Sul e coincide com o recrudescer da repressão. É o estado de emergência, o desespero da minoria racista. Duas das canções de Johnny Clegg e dos Savuka são proibidas. «Missing» e «Asimbonanga», um canto de homenagem a Nelson Mandela. Clegg tem o apoio do ANC e sublinha que as palavras são o seu terreno de luta. Dentro e fora do país. Sempre com o mesmo sucesso. ★

Johnny Clegg ao vivo

«Espectáculo inesquecível»

Johnny Clegg fez recentemente uma série de espectáculos em Paris. Êxito estrondoso, que levou um jornalista português a ir assistir à última das apresentações e a escrever depois das suas impressões. O jornalista foi João Govern e o jornal «A Capital».

Deixamo-vos alguns excertos da sua prosa. Para confirmar. Para aguçar o apetite:

«(...) Duas palavras chegam para definir a sequência impecável com que Johnny Clegg brin-

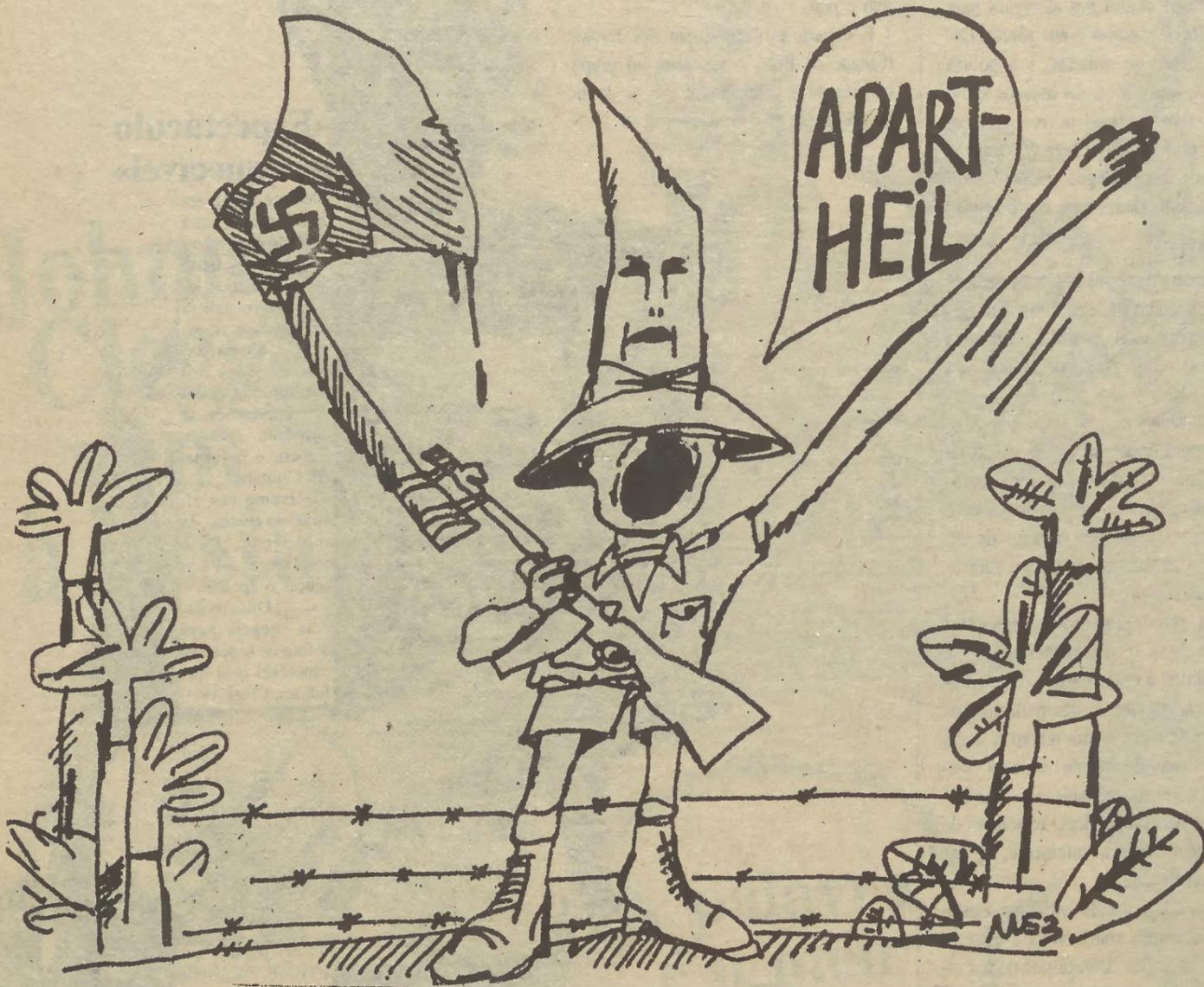
da um público que não se cansa de aplaudir e que, à segunda música deixa de resistir ao impulso da dança — é de pé e em movimento que a esmagadora maioria dos espectadores acompanha o espectáculo: força e fôlego».

«A força é natural — Clegg mistura o canto em inglês com o vocabulário zulu, consegue pôr toda a gente a cantar e pontua algumas canções com explicações que julga necessárias. Começa-as invariavelmente com a frase “no meu país...”»

«Depois há em Johnny Clegg um fôlego espectacular, uma vontade insuperável de não deixar no seu espectáculo uma música “branca” — se os supermúsicos que o acompanham se encarregam de manter o fundo, é ele próprio que anima o palco cantando, dançando e tocando a um ritmo que os seus 35 anos chegariam, no mínimo, para tornar improvável. Um extremo que permite dizer que qualquer “julgamento” de Johnny Clegg deve ter em conta a sua “performance” de palco — uma das mais notáveis e entusiasmantes a que pude assistir até hoje» ★



APARTHEID



A repressão é uma arma fundamental para a sobrevivência do *apartheid*, como de qualquer regime ditatorial.

Repressão significa violência. Todas as formas de violência. A nível interno e contra os países vizinhos.

Desde a violência gerada pela própria segregação — recusa dos mais elementares direitos humanos — à tortura que leva até à morte, seja na repressão das manifestações de rua ou numa qualquer cela das prisões sul-africanas.

Até há alguns anos atrás, a polícia de segurança racista «explicava» as mortes ocorridas na prisão como «suicídios», «acidentes», ou mesmo «devido a causas desconhecidas». O seu número tornou-se tão elevado e o descrédito das «explicações» tão notório, que optou por deixar de lhes fazer referências.

O que significa que não existem dados disponíveis. Mas não que as mortes — os assassinios — tenham terminado.

Paralelamente, o número de negros mortos durante manifestações de protesto contra o *apartheid* continua a aumentar. Para estes casos, Pretória descobriu uma fórmula «legal» que é um incentivo à impunidade: «mortos pela polícia no cumprimento do dever». Um reconhecimento de que o dever da polícia racista é matar!

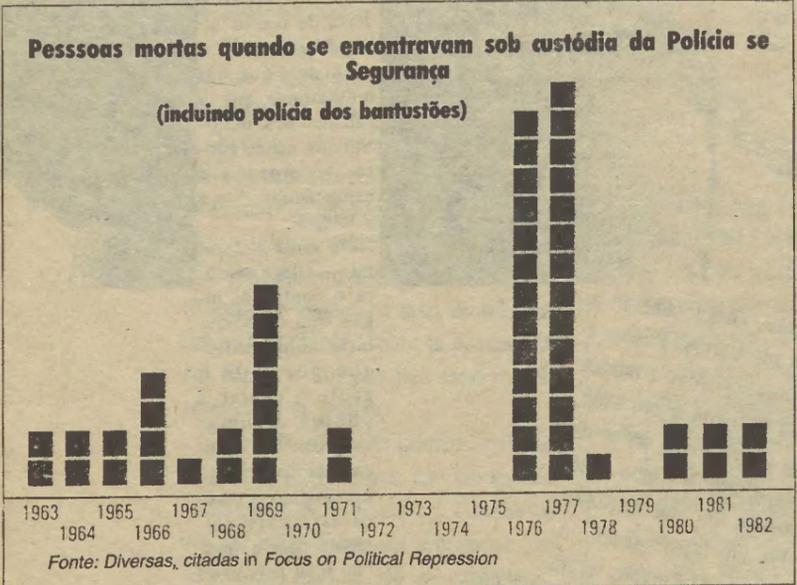
Um negro no entanto os racistas de Pretória não se atrevem a matar — Nelson Mandela.

Mandela, o dirigente histórico do Congresso Nacional Africano (ANC) que na passada segunda-feira fez 70 anos.

Mandela, o símbolo da resistência ao *apartheid*, preso em 1963 e condenado a prisão perpétua.

Mandela, o preso político mais antigo do mundo, prestes a cumprir (em Novembro) um quarto de século de prisão.

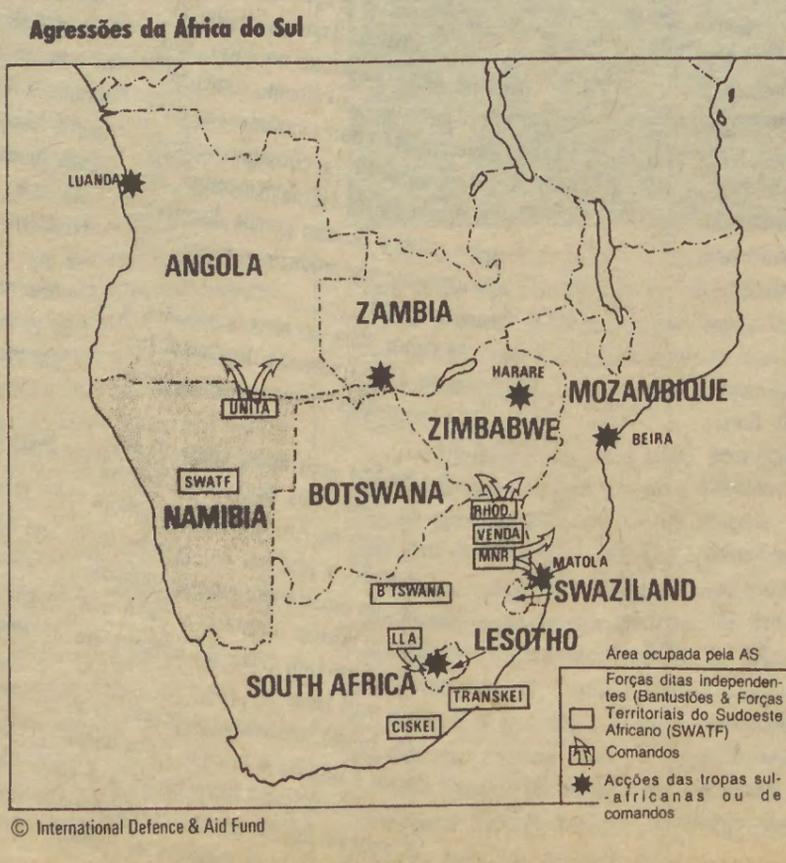
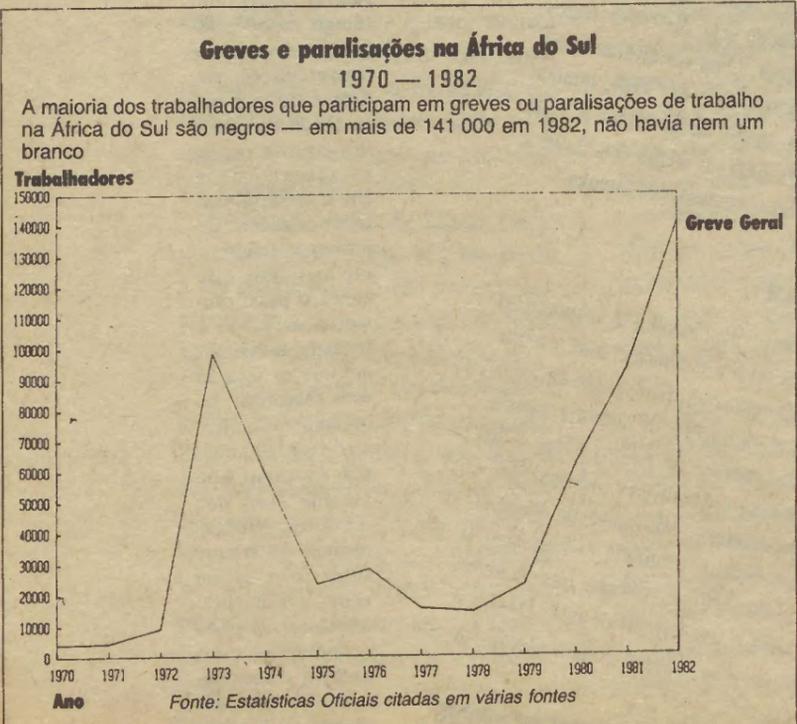
Mandela, o homem cuja libertação é exigida em todo o mundo e que todos os negros sul-africanos evocam em cada manifestação, em cada greve, em cada luta, gritando bem alto: AMANDLA! — Venceremos! ■



Pessoas mortas e agredidas pela polícia «no cumprimento do dever»
(excluindo as pessoas que morreram na prisão, ou que foram mortas pela polícia durante os protestos de 1976-1977)

Ano	Mortas			Feridas		
	Total	Negros	Mestiços	Total	Negros	Mestiços
1974	102	88	11	354	288	57
1975	134	106	25	382	299	79
1976	195	165	28	410	345	53
1977	149	128	20	403	321	76
1978	203	173	28	514	373	126
1979	163	133	28	495	398	87
1974-79	946	793	140	2558	2024	478

Fonte: Instituto Sul-Africano das Relações Raciais citando números oficiais



LISBOA Um espaço novo

... implantação começa este fim-de-semana

Três partes distintas terá a zona confiada à Organização Regional de Lisboa. A intervenção política, a cultura e a gastronomia.

Haverá ranchos, fado, cerveja, gelados, exposições... de tudo um pouco com a qualidade a que nos fomos habituando.

Mas vamos por partes. Primeira, a exposição.

Na zona da Organização Regional de Lisboa, será erguido um monumento à classe operária e a todos os trabalhadores. Aí também, espaço para uma exposição sobre os Descobrimientos e para uma outra em que se abordará a acção dos comunistas no distrito, nomeadamente focando as prioridades apontadas pelo Encontro de Quadros da ORL de Novembro de 1987; através da fotografia, do vídeo e do diaporama, uma exposição viva.

Partindo das exposições temos o coreto onde actuarão ranchos folclóricos e grupos corais, onde estará a música popular portuguesa.

Espaço novo é a zona de Baile. Uma zona onde a música será ao vivo e para dançar, mas onde estará também presente o vídeo. Durante a tarde, com o calor, são as esplanadas deste espaço que serão o local privilegiado dos visitantes da Festa. E a opção é grande. A começar na gelataria de Sintra e a acabar nos crepes de Lisboa, com passagem pela ginginha de Cascais.

Se o interesse for outro, por exemplo, a filatelia, lá estará uma vez mais o espaço do coleccionador. Os selos serão o grande tema deste ano. Novos ou usados, eles poderão ser comprados ou ainda admirados na exposição que desde já se está a preparar.

A agricultura e o fado

A agricultura e o fado vão juntos apenas no subtítulo que cada coisa estará no seu devido lugar. Lisboa dará este ano uma maior importância à zona mais agrícola do seu distrito. Alenquer, Arruda, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras - mas também Loures e Vila Franca - levarão até à Quinta do Infantado, em Loures, a sua gastronomia e o seu artesanato. Também - novidade - a existência de um mercado agrícola na zona de Lisboa. Não faltará uma verdadeira garrafeira de vinhos da região.

Quanto ao fado - canção lisboeta -, terá o seu espaço próprio. Chama-se «Só Fado» e atenção especial para esta zona. Aí, será reproduzida uma zona típica da cidade, e o resto... será só fado.

Ao trabalho

Mas para que tudo o que aqui vos começámos a descrever seja uma realidade, é necessário a força e o empenhamento de todos quantos gostem da Festa.

Por isso, a Organização Regional de Lisboa tem à disposição a partir de agora, e todos os sábados e domingos, autocarros que farão o percurso entre o Vitória e a Festa.

As primeiras partidas serão às oito horas da manhã. No sentido inverso, os autocarros partirão por volta das 18 horas com destino a Entrecampos.

E atenção, que este fim-de-semana começa-se a construir a zona da Organização Regional de Lisboa. Um apelo especial a toda a gente que saiba montar tubos. A Festa começa a subir.

Setúbal

Três campanhas para ajudar a construir

Podemos dizer que a Organização Regional de Setúbal constitui um caso particular. Antes e durante a Festa.

Durante, porque a sua zona mostra-nos a realidade do distrito, das suas gentes e dos seus ofícios, e ainda a gastronomia, numa posição normalmente de destaque pela importância das realizações e das lutas do dia-a-dia dos seus homens e mulheres.

Mas um caso particular também antes da Festa. Distrito onde a Reforma Agrária e as grandes indústrias andam de

mãos dadas, os camaradas e amigos que da região de Setúbal acorrem ao terreno da Festa são gente que põe uma visível alegria e competência na construção da Festa.

Daí que desde já nos cheguem notícias sobre a preparação da Festa. A SIP/DORS editou três cartazes para que ninguém se esqueça; em primeiro lugar, claro está, as Jornadas de Trabalho. Depois, duas campanhas. A das ferramentas, que sem elas nada se constrói, e também a do artesanato.

• Sorteio do Moscatel

Setúbal começou já a vender as garrafas de Moscatel, apreciada bebida da zona, de modo a deixar todos contentes. Quem compra, porque fica bem servido, e quem vende, porque a Festa foi uma vez mais divulgada.

Além do néctar, quem comprar a garrafa tem mais duas razões para se sentir satisfeito. Ajuda a construir a Festa e

ainda fica automaticamente habilitado ao sorteio que no último dia desta, que é a maior iniciativa político-cultural do País, se realiza no Pavilhão do Moscatel.

O sorteio realiza-se às 19 horas e tem como primeiro prémio um computador, como segundo um bicicleta para criança e como terceiro prémio um leitor/gravador de cassetes.

Os números premiados serão anunciados na própria Festa e ainda no «Avante!» de 15 de Setembro.

ESPECTÁCULOS



na
XII festa
de Avante!
com
duas dezenas
de acompanhantes

Mory Kanté

Corrida da Festa Melhores vão à RDA

O desporto é uma componente que se tornou fundamental na Festa do «Avante!», ganhando um espaço de destaque por mérito próprio. Não só pelos atletas de craveira internacional que anualmente se exibem, mas também pela participação de todos os atletas das horas vagas nas diversas provas desportivas que vão acontecendo ao longo dos três dias da Festa.

Este ano não é excepção e o anúncio desde já de que estão abertas as inscrições para a Corrida da Festa do «Avante!».

Uma corrida que leva a Festa fora de portas e que tem 16800 metros de percurso que começa em Loures, vai até Odivelas e regressa a Loures.

A prova realizar-se-á no dia 11 de Setembro, com partida marcada para as 9 e 30 e está aberta a todos os atletas federados e não federados, de ambos os sexos, maiores de 16 anos.

Duas grandes aliciantes para a participação nesta Corrida da Festa do «Avante!»:

• Os vencedores absolutos feminino e masculino terão como prémio a viagem e a estada de uma semana na República Democrática Alemã.

• Todos os atletas participantes terão como prémio de presença uma Entrada Permanente na Festa.

As inscrições, já o dissemos, estão abertas, podendo ser feitas pessoalmente na Av. António Serpa, 26-2.º Esq., 1100 Lisboa, das 9 e 30 às 13 e das 14 às 18 e 30; ou ainda pelo correio para a mesma morada, com a indicação «Corrida da Festa do «Avante!», até 6 de Setembro.

Corrida para o Futuro

Aqui também espaço para o anúncio da já tradicional Corrida para o Futuro

organizada pela comissão da Festa do «Avante!» de Cascais.

Com uma distância aproximada de 12 quilómetros, a corrida realiza-se no próximo dia 7 de Agosto e o prazo para as inscrições termina no primeiro dia do próximo mês.

A prova é aberta a todos os atletas populares ou federados, equipas de escolas, colectividades ou empresas, e conta com três categorias; juniores, seniores e veteranos.

O limite mínimo de idade para a participação nesta Corrida para o Futuro é de 18 anos para a competição masculina, e de 19 para a feminina.

A Corrida para o Futuro disputa-se entre Alcabideche e Trajouce e passar por Alcoitão, Manique, Tires e Abóbada. O sinal para a partida será dado às 9 e 30 do dia 7 de Agosto.

Todos os caminhos vão dar a Loures

Ir à Festa afinal não é nada complicado. Nem moroso. Este mapa que aqui vêm, mostra, embora de uma forma esquemática, o local exacto da Quinta do Infantado, em Loures. O local onde se trabalha para pôr de pé a décima segunda edição da Festa do «Avante!».

Pela terceira vez mudamos de local. Pela terceira vez, se têm de reinventar os hábitos das deslocações ao terreno. É a aprendizagem. O local exacto, as mais fáceis vias de acesso, a morosidade do trajecto. Tudo é questionado antes de se renovar hábito.

Hoje, damos uma ajuda considerável. A partir de agora, torna-se praticamente

impossível a existência de dúvidas.

A Festa do «Avante!» realiza-se na Quinta do Infantado em Loures, a 6 quilómetros — por via rápida — de Lisboa e tem acessos ainda da Malveira, de Bucelas, do Tojal, Alverca, Póvoa de Santa Iria, Santa Iria de Azóia ou ainda Sacavém, sendo a zona servida com regularidade por autocarros de passageiros que partem, por exemplo, de Entrecampos.

A partir de hoje, e para quem ainda não foi, torna-se mais fácil a comparência nas jornadas de trabalho. Este ano com um aliciente mais. A oportunidade de se conhecer antecipadamente os cantos à casa. Da melhor forma. Ajudando a construí-los. ■

